

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**METROPOLIZAÇÃO E IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS EM FLORIANÓPOLIS
(1986-1996)**

EDUARDO GUERINI

Florianópolis (SC), Outubro de 2000



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

METROPOLIZAÇÃO E IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS EM FLORIANÓPOLIS (1986-1996).

Eduardo Guerini

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua
forma final pela Orientadora e Membros da
Banca Examinadora, composta pelos
Professores:

Prof. Dra. Cécile Héléne Jeanne Raud Mattedi
Orientadora

Prof. Dr. Hóyedo Nunes Lins
Membro

Prof. Dra. Tamara Benakouche
Membro

Prof.ª. Dr.ª. Ilse Scherer-Warren
Coordenadora

Florianópolis, SC, Outubro de 2000.

À

Isabelle Christine Guerini,
Rebeca Pilenghy Pereira,
Salomão Pereira Guerini,
Pessoas em que penso todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Toda dissertação resulta de um trabalho intenso e de uma luta incessante contra as condições objetivas e subjetivas que se tornam impeditivas de uma lado e estimulantes para sua realização por outro. O período de pesquisa e elaboração necessita de colaboração constante de pessoas próximas, trocas de informações e alguns conhecimentos que ainda poderão amadurecer melhor. O resultado é um trabalho que se concretiza com alguma contribuição de relevância social.

Muitas pessoas poderiam ser elencadas como colaboradoras diretas ou indiretas, mas como o tempo é veloz e as limitações são várias, gostaria de particularizar meus agradecimentos às pessoas que durante essa árdua batalha contra o tempo e as condições materiais permitiram a conclusão deste trabalho.

Apesar de todos os apelos e responsabilidades, minha gratidão deve-se a persistência de minha família, especialmente Dona Mercedes Maria Guerini, costureira, mãe incansável de dez filhos, que contribuiu e cobrou a atuação de seus filhos. A Nilson, Neusa e Débora, família de adoção que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis.

Aos amigos do curso e da vida, especialmente Guillermo Alfredo Johnson, excelente companheiro de longas lutas pessoais e coletivas, que apoiou decisivamente nos momentos mais difíceis e recentes de minha vida acadêmica.

Aos funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, que apesar dos pesares, sempre estiveram dispostos a auxiliar e colaborar para que tivéssemos um período produtivo e fértil.

Dedico especial gratidão ao Professor Doutor Emi Seibel, que me permitiu ampliar horizontes da pesquisa sociológica, com sua vivacidade acadêmica.

Sou extremamente grato e devedor incondicional de toda dedicação e sinceridade que minha orientadora Professora Cécile Raud Mattedi, nos limites impostos por situações pessoais, conduziu o processo de estudo deste trabalho de maneira responsável e zelosa.

RESUMO

O presente trabalho focaliza os impactos sócio-ambientais do processo de metropolização em Florianópolis no período de 1986 à 1996. O texto oferece inicialmente uma contextualização histórica do problema, mostrando como esse processo característico de desenvolvimento cumulativo urbano resulta da dinâmica das transformações socioeconômicas e espaciais da economia brasileira, com reflexos característicos na formação catarinense.

Em seguida, com base nos dados existentes evidenciou-se um processo crescente de marginalidade social e degradação ambiental, no quadro da manutenção de determinado estilo de desenvolvimento, marcado pela lógica capitalista, pela falta de articulação das políticas regionais e setoriais, pelo abandono de políticas sociais e atuação reduzida da sociedade civil.

Finalmente, no quadro da abordagem do ecodesenvolvimento, sugere-se algumas pistas para uma gestão integrada e participativa da região metropolitana, tendo em vista a elaboração de uma Agenda-21 Metropolitana.

Palavras-Chave: *Urbanização, Metropolização, Região Metropolitana de Florianópolis, Ecodesenvolvimento Urbano, Agenda-21.*

ABSTRACT

The present work focus on the socio-environmental impacts of the metropolization process in the city of Florianópolis in the period from 1986 to 1996. The text provides initially a historical background of the problem, showing how this process characteristic of the urban cumulative development is the result of the dynamics of the socio-economic and spatial transformations of the Brazilian economy, reflecting on the development of the Catarinense economy.

Next, based on the existing data, a process of social discrimination and environment depleting was shown, within the maintenance frame of certain style of development, characterized by the capitalist logic, by the lack of articulation of the regional and sectoral policies, by the abandonment of the social policies and the diminished contribution of the civil society.

Lastly, within the framework of the sustainable development, some outlines for the integrated and participatory government of the metropolitan region are suggested, aiming at the elaboration of an Metropolitan Agenda-21.

Key words: *Urbanization, Metropolization, Metropolitan Region of Florianópolis, Urban Sustainable Development, Agenda-21.*

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
LISTA DE TABELAS.....	ix
LISTA DE QUADROS E MAPAS.....	x
LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	xii

CAPÍTULO I

1. PROBLEMATICA, OBJETIVO E METODOLOGIA DE TRABALHO

1.1. Introdução.....	1
1.2. Objetivos.....	7
1.3. Questões Norteadoras.....	9
1.4. Hipóteses.....	9
1.5. Justificativa.....	10
1.6. Metodologia.....	12

CAPÍTULO II

2. TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS SÓCIO-ECONOMICAS E ESPACIAIS

2.1. Introdução.....	15
2.2. Transformações Estruturais na Economia Brasileira.....	16
2.3. Agricultura no Desenvolvimento do Capitalismo.....	20
2.4. Industrialização, Urbanização e Crise de Expansão.....	22
2.5. Urbanização e Sustentabilidade.....	28
2.6. A formação Catarinense e a Urbanização Recente da Grande Fpolis.....	32

CAPÍTULO III

3. IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS – SC (1986-1996)

3.1. Introdução.....	37
3.2. A Dimensão dos Impactos Sócio-Ambientais na RMF de Fpolis....	39
3.3. A Dimensão Espacial – Aspectos da Concentração Urbana Cumulativa..	44
3.4. A Dimensão Ambiental – Revelando a Insustentabilidade da Metropolização..	56
3.5. Dimensão Social – Desigualdades e Exclusão Social.....	62
3.6. A Dimensão Econômica – As Finanças Públicas no Contexto da Metropolização	70
3.7. Conclusões Parciais.....	74

CAPÍTULO IV

4. SUGESTÕES E PROPOSTAS NO MARCO DO ECODESENVOLVIMENTO PARA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS

4.1. Introdução.....	76
4.2. Os Temas do Planejamento Metropolitano para o Próximo Século.....	77
4.3. O Futuro da Organização do Espaço Metropolitano.....	79

4.4. A Mancha Urbana.....	80
4.5. As Estratégias de Ação Para o Uso e Ocupação do Espaço Metropolitano....	81
4.6. As Redes Metropolitanas.....	85
4.7. A Gestão Metropolitana.....	90
4.8. A Metrópole numa Ilha – A Construção de Indicadores Metropolitanos.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
ANEXOS.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 - Origem dos Municípios da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis.....	40
Tabela 3.2 - Participação Relativa Municipal na Microrregião de Florianópolis- 1980 à 1996	41
Tabela 3.3 - Participação Relativa População Urbana e Rural- 1980 à 1996..	45
Tabela 3.4 - Participação Relativa Municípios da Área Conurbada 1980 à 1996	46
Tabela 3.5 - Percentual de Migrantes Segundo Origem –1996.....	48
Tabela 3.6 - Taxa de Crescimento Geométrico Anual 1980 à 1996.....	49
Tabela 3.7 - Densidade Demográfica Área Conurbada – 1996.....	49
Tabela 3.8 - Déficit Habitacional Urbano Estimado – 1980 à 1996.....	50
Tabela 3.9 - Relação de Áreas Carentes São José.....	52
Tabela 3.10 - Relação de Áreas Carentes Palhoça.....	53
Tabela 3.11 - Relação de Áreas Carentes Área Conurbada – Fpolis-Ilha.....	54
Tabela 3.12 - Relação de Áreas Carentes– Fpolis-Continente.....	55
Tabela 3.13 - Total de Resíduos em Toneladas 1980 à 1996.....	59
Tabela 3.14 - População Atendida com Esgoto no Núcleo Metropolitano.....	59
Tabela 3.15 - Distribuição Setorial de Emprego 1986/1991/1996.....	63
Tabela 3.16 - Participação Relativa do Emprego Administração Pública no Setor Serviços 1986 à 1996.....	64
Tabela 3.17 - Desocupação Potencial Núcleo Metropolitano.....	66
Tabela 3.18 - Número de Trabalhadores por Faixas Salariais Microrregião de Florianópolis – 1986 à 1996.....	68
Tabela 3.19 - Média de Anos de Estudo	68

LISTA DE QUADRO E MAPAS

- Quadro 1** Distribuição Espacial da População - Associação dos Municípios da Grande Fpolis
- Mapa 01** Espacialização da Origem dos Municípios
- Mapa 02** Espacialização da População Urbana e Rural –1980
- Mapa 03** Espacialização da População Urbana e Rural – 1991
- Mapa 04** Espacialização da População Urbana e Rural – 1996
- Mapa 05** Espacialização da Participação Relativa Municipal e Microrregional – 1980 à 1991
- Mapa 06** Espacialização da Participação Relativa Pop. Urbana e Rural 1980
- Mapa 07** Espacialização da Participação Relativa Pop. Urbana e Rural 1991
- Mapa 08** Espacialização da Participação Relativa Pop. Urbana e Rural 1996
- Mapa 09** Espacialização do Percentual de Pessoas Migrantes na Área Conurbada (4 anos ou mais) –1996
- Mapa 10** Espacialização Taxa de Crescimento Geométrico Anual 1980-1991.
- Mapa 11** Espacialização Taxa de Crescimento Geométrico Anual 1991-1996.
- Mapa 12** Espacialização Área Geográfica e Densidade Demográfica 1996.
- Mapa 13** Espacialização do Número de Trabalhadores e Participação Relativa por Faixa Salarial-1986
- Mapa 14** Espacialização do Número de Trabalhadores e Participação Relativa por Faixa Salarial-1991
- Mapa 15** Espacialização do Número de Trabalhadores e Participação Relativa por Faixa Salarial-1996
- Mapa 16** Déficit Habitacional Urbano Estimado – 1980
- Mapa 17** Déficit Habitacional Urbano Estimado – 1991
- Mapa 18** Déficit Habitacional Urbano Estimado – 1996
- Mapa 19** Espacialização do Total de Empregos e Salário Médio no Aglomerado Urbano de Florianópolis- 1986
- Mapa 20** Espacialização do Total de Empregos e Salário Médio no Aglomerado Urbano de Florianópolis – 1991
- Mapa 21** Espacialização do Total de Empregos e Salário Médio no Aglomerado Urbano de Florianópolis – 1996
- Mapa 22** Espacialização do Total de Empregos por Setor no Aglomerado Urbano de Florianópolis-1986
- Mapa 23** Espacialização do Total de Empregos por Setor no Aglomerado Urbano de Florianópolis-1991
- Mapa 24** Espacialização do Total de Empregos por Setor no Aglomerado Urbano de Florianópolis-1996
- Mapa 25** Espacialização da Estrutura Empresarial no Aglomerado Urbano – 1996
- Mapa 26** Espacialização da Participação Relativa da Administração Pública no Setor de Serviços
- Mapa 27** Espacialização da População em Idade Ativa e Desocupação Potencial 1991
- Mapa 28** Espacialização da População em Idade Ativa e Desocupação Potencial 1997

Mapa 29 Espacialização da Média de Anos de Estudo – 1980/1996
Mapa 30 Espacialização do Total de Resíduos Sólidos – 1980/1996

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AUF	Aglomerado Urbano de Florianópolis
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPROM	Centro de Apoio ao Migrante
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEDEP	Centro de Educação Popular
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GRANFPOLIS	Associação dos Municípios da Grande Florianópolis
HABITAT II	Segunda Conferência das Nações Unidas para os Assentamento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV	Índice de Condições de Vida
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPH	Índice de Pobreza Humana
IPIUF	Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
MST	Movimento dos Sem- Teto
MTb	Ministério do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PBDEE	Plano Básico de Desenvolvimento Econômico-Ecológico
PLAMEG	Plano de Metas do Governo
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RMF	Região Metropolitana de Florianópolis
SDM	Secretaria do Desenvolvimento e Meio Ambiente
SEDUMA	Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
UFECO	União Florianopolitana de Entidades Comunitárias

CAPÍTULO I

1. PROBLEMÁTICA, OBJETIVO E METODOLOGIA DO TRABALHO

1.1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento urbano cumulativo da região da Grande Fpolis caracteriza-se, a partir da década de 1980, por um intenso fluxo migratório. Este fenômeno assume as características gerais e peculiares do processo de transformações capitalistas da economia brasileira, cujo resultado redundou em um movimento de concentração de pessoas nos centros urbanos.

As transformações da base técnica da agricultura liberaram um grande excedente de trabalhadores para as cidades. No caso específico da metrópole florianopolitana, ocorreram particularidades que não se restringem ao setor agrícola como liberador deste contingente e nem ao processo de industrialização que se intensificou em outros centros urbanos no Brasil.

A atratividade das cidades pólos de Santa Catarina, especificamente da região em questão, tem marcos históricos, visto que a centralidade de Fpolis remonta ao período de sua emancipação de Laguna em 1726, dando origem aos principais municípios da área conurbada atual. Esta atratividade esteve ligada sobretudo ao padrão econômico-social que assume a cidade de Fpolis como capital do Estado.

Algumas particularidades, entretanto, evidenciam as contradições do processo de metropolização recente da Grande Fpolis. A primeira diz respeito ao isolamento histórico em que viveu a região, porquanto sua ligação efetiva com as diversas regiões de Santa Catarina somente se concretizou no início dos anos 1970. Foi o processo de regionalização econômica de Santa Catarina, derivado da intervenção do Estado através de planos de desenvolvimento, que permitiu a criação de cidades pólos. Assim, a capital se desenvolveu como pólo terciário,

influenciando a dinamização de toda a região da Grande Fpolis. Desta forma, o melhor padrão de bens de consumo coletivo, como escolas, hospitais, infraestrutura urbana, etc., torna-se mecanismo de atração de um contingente populacional que pode ser observado pelas taxas de crescimento geométrico da região no período seguinte.

A segunda particularidade está inserida na própria dinâmica do desenvolvimento de Santa Catarina. Trata-se de um estado com relativa distribuição populacional com emprego e renda acima da média nacional. Caracteriza-se pela existência de micros e pequenas empresas, incluindo minifúndios, e a capital do estado não é a maior cidade e nem pólo industrial, diferenciando-se, nesses aspectos, da maioria das capitais brasileiras. Por consequência, com tais condicionantes, realizou-se um crescimento urbano considerado "tardio" em relação a outras regiões do País.

Os problemas decorrentes do crescimento urbano agravaram-se principalmente a partir da década de 1980: a marginalidade social e a segregação urbana evidenciam-se na paisagem urbana devido ao crescimento de locais carentes de infraestrutura, criação de favelas e ocupações de áreas de risco. Assim, as zonas de exclusão tornam-se mais evidentes, desfazendo o mito de crescimento urbano harmônico da região. O crescimento da região extrapola os limites da cidade pólo (Fpolis), agregando as áreas conurbadas (principalmente São José, Biguaçu e Palhoça), observando-se pela tendência de evasão populacional das pequenas cidades para a área conurbada da região metropolitana.

O intenso fluxo migratório observado na década de 1980, para a região conurbada, apresenta um quadro que tendencialmente vem se agravando nos anos 1990. Embora alguns indicadores de qualidade de vida apontem uma melhoria (recentemente Fpolis e São José, figuram na lista das cidades com melhores IDH no Brasil, índice desenvolvido pela ONU, que leva em consideração, longevidade, educação e renda), verifica-se um agravamento das desigualdades entre populações de alta e baixa renda. Como resultado deste processo

migratório, apresenta-se um quadro que acarreta inúmeros problemas no contexto sócio-econômico, mas que, sobretudo, sobrecarrega o ecossistema da região.

Os impactos ambientais decorrentes do desenvolvimento urbano da região metropolitana verificam-se: na ocupação de áreas de riscos, na poluição das águas, no desmatamento, na ocupação de áreas de conservação, destruição dos mangues, etc., comprometendo a qualidade do ambiente urbano. Concomitantemente, o aprofundamento das contradições do processo de metropolização de Fpolis traduz-se no agravamento da marginalização social¹ e degradação ambiental, resultante do processo de desenvolvimento de transformações capitalistas ocorridas no Brasil e no desenvolvimento da dinâmica histórico-social da economia catarinense.

O crescimento de aglomerações destaca uma relação direta entre população e meio ambiente, redistribuindo espacialmente à população vinculada a chamada transição tardia. Desta maneira essa distribuição e concentração segue uma dinâmica de realocação em função de fatores sobretudo econômicos (MARTINE, 1991:7)

Essa convergência do padrão de multiplicação de metrópoles mundiais, nacionais, locais e regionais, impulsiona a concentração urbana, condicionados no momento seguinte pela própria dinâmica demográfica.

A característica de uma urbanização rápida sem precedentes é observada em todos os países de Terceiro Mundo, acrescida de um déficit de necessidades não atendidas, resultando em desigualdade predominante (SACHS, 1993:30).

¹ O termo marginalidade, originou-se do estudo sociológico de Robert Park, "Human Migration and the marginal man" (1928), iniciando o estudo do homem marginal, que era considerado como um indivíduo à margem de duas culturas, como por exemplo, os imigrantes dos EUA. Esse foi o primeiro passo para definir-se o que mais tarde configurou-se como marginalidade social, que consiste em um modo limitado e inconsistente estruturado de pertencimento e de participação na estrutura geral da sociedade, seja dentro de suas estruturas dominantes ou básicas, de acordo com Anibal Quijano em suas "Notas sobre o conceito de marginalidade social" (1978). Em síntese a marginalidade é resultado das contradições da própria natureza e tendência fundamental da estrutura social. A exclusão social pode ser enfocada como conceito que expressa os fenômenos relacionados à exclusão de uma grande parcela da sociedade dos benefícios econômicos e sociais propiciados pelo crescimento econômico. A evolução dos acontecimentos mostrou que, ao lado do intenso crescimento econômico, o processo de urbanização com crescimento da desigualdade resultou numa inédita e gigantesca concentração espacial da pobreza.

A urbanização e metropolização gerou custos sociais e ambientais denominados de "deseconomias urbanas". Reside neste contexto a "necessidade de estratégias inovadoras de desenvolvimento urbano, baseadas nos princípios normativos do ecodesenvolvimento: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica, produzindo modelos institucionais e gerenciais, novas formas associativas, mudança de políticas de oferta, para políticas de capacitação, estimulando iniciativas e a criatividade popular". (SACHS, 1993:32)

Considerando as cidades como ecossistemas urbanos, resultando de uma intensa ação humana, SACHS (1993) sugere que a Agenda-21(Plano de Desenvolvimento Sustentável) defina as prioridades que adotem como critérios : a) a organização participativas ; b) troca de experiências entre as cidades e seus estudos comparativos; c) estimular a criação de observatórios urbanos que objetivam compreender, monitorar e prever processos de desenvolvimento, acionando, sistemas de advertência.

Esse monitoramento da realidade urbana, determinado pela análise do ecodesenvolvimento urbano, contempla os critérios multidimensionais do desenvolvimento humano sustentável.

A Região Metropolitana de Florianópolis (RMF) é constituída por 22 municípios. Muitos deles, espremidos entre o mar e a BR 101, acusam semelhantes problemas com o trânsito, mas, além das atividades turísticas e comerciais, são, também, municípios industriais. Os municípios do continente, em conjunto, carecem, igualmente, de planejamento e ações concretas e sofrem igualmente impactos sócio-ambientais. Diagnosticar e analisar os problemas derivados da metropolização nos limites da sustentabilidade ambiental, espacial, econômica, cultural e social, bem como propor alternativas para que tais impactos não se agravem são os pilares deste estudo. Parte-se do pressuposto de que um urbanismo democrático não pode ignorar as reais condições de vida dos habitantes, nem seus valores, identidade, memória e o direito a seu "local", laços de vizinhança, conterraneidade e sociabilidade.

Os estudos de planejamento urbano e regional têm priorizado, geralmente, aspectos ligados aos processos de urbanização, migração, instrumentos de

controle e uso do solo, políticas sociais e urbanas, planos diretores, zoneamento, dinâmica urbano-regional. O presente estudo permitirá complementar tais esforços e oferecer subsídios no sentido de conhecer aspectos ligados à vivência do espaço urbano pelos usuários e habitantes de uma cidade que contém territórios específicos.

Percebe-se, inicialmente, que cidadãos diferenciados compõem um território desigual, dividido, fraturado e que carregam componentes subjetivos de identidade, agressividade, memória emotiva, componentes essenciais para gestões urbanas com compromissos de favorecer justiça e igualdade no acesso à cidade. O acesso a terra e aos espaços urbanos, mediatizado pelos rendimentos da população e submetido ao valor fundiário, combina determinações econômicas às de etnicidade e gênero. Os deslocamentos se submetem ao *marketing* imobiliário, uma verdadeira autofagia urbana, em que se abandonam patrimônios edificados (valores de uso) sob o argumento de deterioração do estoque imobiliário, da degradação dos espaços públicos pela poluição, presença de camelôs, mendigos, assaltantes (VÉRAS, 1994).

Os ocupantes da cidade, seus usuários e habitantes, muitos migrantes, "des"territorializados e (re)territorializados, perdem novamente suas novas raízes, cada vez mais expulsos pelos mesmos processos; por segregação e "gentrification"² que são mais numerosas na história social e urbana do que os capítulos voltados à garantia dos direitos à moradia e ao espaço urbano. A questão da territorialidade se acopla, pois, ao debate da alteridade e da multiculturalidade, chamando a atenção para a dimensão espacial da cidadania (VÉRAS, 1994).

No caso da territorialidade burguesa, a distribuição espacial da população obedece às leis do mercado imobiliário e é efeito de decisões de governo e políticas públicas, sendo as áreas residenciais sujeitas à discriminação e segregação socioeconômica, eventualmente étnica, demonstrando que relações de força são associadas às relações de poder de compra/locação. Trata-se de uma privatização do espaço produzido coletivamente por estratos sociais ou etnias

² Conforme CASTELLS(1989), "gentrification" é um processo de renovação residencial das áreas centrais.

ou a uma dada interpenetração delas: há uma combinação dos efeitos segregadores do mercado e de discriminação étnico-cultural, formando, pois, uma territorialidade marcada pelo "apartheid social" (MARCUSE, 1997).

A desigualdade no território urbano também se expressa, além das condições de moradia e nível de vida da sua população residente com conseqüentes perfis culturais e ocupacionais, na existência de áreas desprovidas de equipamentos, despojadas de serviços essenciais à vida individual e social, sem "cidadãos". É que, na sociedade burguesa, a espacialidade se apresenta como parcial, truncada, pois, apesar de imensa (na medida em que se universaliza), é ao mesmo tempo especializada, reduzida as suas funções. Nesse sentido, é espaço da alienação, objetificado, reificado. (VÉRAS, 1994).

Mercado e espaço, são forças modeladoras da sociedade como um todo, conjuntos de pontos que asseguram e enquadram diferenciações desigualadoras, na medida em que são, ambos, criadores de raridade. E como "o mercado é cego para os fins intrínsecos das coisas", o espaço assim construído é, igualmente, um espaço cego para os fins intrínsecos dos homens. Daí a relação íntima e indissociável entre alienação moderna e o espaço (MARCUSE, 1997). Os deslocamentos migratórios muitas vezes agridem o indivíduo, "roubando-lhe" a territorialidade, levando-o ao estranhamento simbólico. Assim, "desterritorialização e desculturização" são os processos sociais que se desencadeiam dialeticamente, pois o migrante, no novo ambiente, "perde" e "doa" nova cultura, novo quadro de vida. Institui-se, assim, um sistema de recompensas diferenciais para localizações espaciais diversas. Isso se aplica aos que apresentam mobilidade socioespacial, aos que migram e aos que não migram. Por isso é inegável a relação entre renda, classe social, lugar, etnia e ocupação desigual do espaço urbano. Os bairros operários, tanto por acordo inconsciente e tácito como por intenção consciente e confessada, estão rigorosamente separados das zonas da cidade reservadas à classe média (VÉRAS, 1994). Nessa perspectiva, a cidade capitalista industrial acaba por dissimular a desigualdade, tentando isolar suas partes malditas, vergonhosas, afastando moradias populares para longe, evitando até caminhos em sua direção, ou maquilando-os. A competição pelo solo urbano é intensa entre

os usos habitacional, industrial, comercial e de serviços, sendo que o mercado de preços alija as parcelas de menor renda de sua aquisição e/ou uso.

Com respeito à "globalização, esse fenômeno tem dado origem a um verdadeiro espetáculo das diferenças quanto à afirmação das etnicidades. Promove um panorama contrastante, pondo, de um lado, uma Europa unificada e, de outro, processos "locais" muito fortes: novas nacionalidades, tribalização e o lado obscuro do racismo que não se apagou, mesmo após o forte impacto da lição deixada pela Segunda Guerra Mundial. O passado colonial, a larga experiência escravocrata e o cosmopolitismo das metrópoles configuraram uma determinada feição de convivência de etnias e de nacionalidades (VÉRAS, 1994). De qualquer forma, o enfrentamento da questão da alteridade e da diferença é inegável - o estrangeiro constituiu a imensa maioria de colonizadores (portugueses) e de trabalhadores (africanos, depois imigrantes europeus, asiáticos). Seus descendentes constituem a maioria de seus cidadãos, embora, hoje, haja novos fluxos, novas nacionalidades. É com esta perspectiva e a abordagem do ecodesenvolvimento (através das dimensões de sustentabilidade) que, neste estudo, são analisados os impactos sócio-ambientais da RMF.

1.2. OBJETIVOS

São **Objetivos gerais** da pesquisa:

Descritivos: Identificar a ocorrência de impactos sócio-ambientais negativos no quadro do processo de metropolização de Florianópolis, colocando em destaque o processo de marginalização social no período recente (1986-1996).

Explicativos: Explicitar, com base na literatura disponível, os condicionantes do processo de metropolização e os impactos sócio-ambientais negativos; Avaliar as ações que vêm sendo desenvolvidas por diversos atores sociais (setor público, privado e sociedade civil) para confrontação do problema.

Prospectivos: Avaliar a viabilidade de uma estratégia alternativa de desenvolvimento da RMF, com base no enfoque do ecodesenvolvimento.

Constituem Objetivos específicos: Avaliar, por meio de indicadores sócio-econômicos e ambientais, os impactos da formação urbana recente da região metropolitana, procedendo-se desta forma:

- a) Levantamento dos fluxos migratórios para a região, verificando suas causas;
- b) Análise dos indicadores econômicos (renda - concentração e distribuição; emprego - formalidade e informalidade; desemprego), com o levantamento de dados primários (IBGE e Mtb);
- c) Análise dos indicadores sociais (saúde, educação e habitação), com o levantamento de dados primários junto às instituições;
- d) Levantamento dos principais impactos ambientais, relacionados ao processo de marginalização social: uso e ocupação do solo, ocupação de áreas de risco, preservação permanente, poluição;
- e) Levantamento dos planos governamentais (nacional, estadual e municipal) e sua implementação específica para a região em análise, por meio de uma pesquisa junto aos organismos responsáveis pelo planejamento;
- f) Contribuição para o debate sobre as alternativas viáveis à luz do ecodesenvolvimento.

Consistem Objetivos Complementares:

- Instrumentalizar os gestores públicos com dados de caráter qualitativos e quantitativos, permitindo a formação de um banco de dados para a construção da Agenda 21 – Local;

- Estimular ações integradas nos municípios da RMF, promovendo a geração de emprego e renda comprometidos com o desenvolvimento sustentável;
- Apresentar alternativas concretas no âmbito da Agenda-21, norteadas pelo ecodesenvolvimento, tais como: Turismo Cultural, Agroecologia (Agricultura Sustentável), Turismo Ecológico (Ecoturismo), Reciclagem e Compostagem do Lixo, Produção de Insumos Orgânicos, etc.
- Promover a formação de Educadores voltados ao Ecodesenvolvimento.

1.3. LEVANTAM-SE AS SEGUINTEs QUESTÕES NORTEADORAS:

Descritivas: Quais são os principais impactos sócio-ambientais negativos ocasionados pelo processo de metropolização da Grande Fpolis? Quais foram às respostas/atuções do setor público e da sociedade civil frente a esse processo?

Analíticas: Quais são os condicionantes do processo de metropolização da Grande Fpolis? Por que se agrava o processo de degradação social (marginalização) e ambiental na região metropolitana? De que maneira o fenômeno da metropolização poderia ser enfrentado, no sentido de ajustar-se melhor às exigências do desenvolvimento sustentável? A agenda 21 local contempla esta questão?

1.4. HIPÓTESES

a) A metropolização pode ser explicada pelo modelo de desenvolvimento implantado no Brasil e nas regiões de desenvolvimento regional periférico no período do pós-guerra, apresentando fortes desequilíbrios do ponto de vista social e espacial. As políticas adotadas, tanto agrícolas quanto industriais, incentivaram

o processo de êxodo rural em direção aos grandes centros urbanos. Recentemente, a adoção de políticas de cunho neoliberal no quadro da globalização tende a reforçar este processo.

b) O processo de degradação sócio-ambiental tem sido condicionado: i) pela lógica capitalista que tende a internalizar os lucros e externalizar os danos; ii) pela falta de articulação das políticas regionais e setoriais; iii) abandono de políticas sociais; iv) atuação reduzida da sociedade civil.

c) A redução dos impactos sócio-ambientais negativos pressupõe caminhos no sentido de gerar estratégias de ecodesenvolvimento para a região da Grande Fpolis.

1.5. JUSTIFICATIVA

A dimensão dos problemas de natureza sócio-ambiental é determinada pelo atual modelo de desenvolvimento de caráter reducionista devido ao seu viés econômico. Toma-se visível que este modelo de desenvolvimento tem limites, apontados no seu nível global e refletidos no âmbito local. Este processo vem sendo observado no campo ambiental, social, econômico e político, colocando em risco a sustentabilidade da humanidade. Desta forma, torna-se imprescindível o levantamento, sistematização e análise de caráter sistêmico que permita a construção de propostas voltadas para o ecodesenvolvimento. Neste contexto, pode-se verificar que o resultado do desenvolvimento na RMF é como um retrato deste modelo que produziu uma excessiva degradação ambiental com aumento das desigualdades sociais, tomando urgente a ação transformadora desta realidade social no limiar do século XXI.

Gestar novos mecanismos de planejamento público, garantindo uma parceria entre os vários atores da sociedade (governo, sociedade civil - organizada ou não - e empresários), reflete um compromisso em nível superior, estabelecendo fundamentos normativos cruciais, tais como justiça social e gestão

de recursos naturais aliados à racionalidade econômica. Nesse sentido, a construção de uma nova ordem sócio-política e econômica é um desafio que somente poderá ser superado na medida em que vários municípios implementem bases para ações e objetivos que estão assinalados no instrumento básico elaborado no início dos anos noventa, na 2^a. Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92), intitulado de Agenda-21 (SDM,1995).

A escolha da região metropolitana como objeto de análise deve-se, em primeiro lugar, à continuidade de estudos preliminares de graduação (miséria e favelamento em Fpolis); em segundo lugar, devido às condições de proximidade e existência de instituições para coleta de dados úteis para o andamento das pesquisas.

A relevância social que o problema assume, está intimamente ligada ao processo histórico e social de concentração urbana desordenada e seus impactos. Resultado evidente é o crescente problema ambiental e social que atinge uma parcela significativa da população.

A migração para a cidade tem como objetivo principal à busca por melhores condições de vida (educação, saúde, emprego, habitação, etc.) fato que não se observa no contexto recente. Portanto, políticas alternativas que reduzam o êxodo rural, incentivem o retorno ao campo e contemplem melhorar a qualidade de vida nas regiões metropolitanas, passam a ter um caráter social e político importante.

A análise do processo de urbanização/ crescimento/ desenvolvimento tem sido recrudescida no momento atual. Trata-se de um processo de múltiplas repercussões que atingem os vários campos das ciências sociais, economia, sociologia política ou geografia. É neste contexto que o novo quadro se desenha, permitindo o avanço do marco teórico-conceitual para que possa ser utilizado como instrumental de análise. Essa perspectiva de análise permite uma convergência conceitual dos vários campos do conhecimento, além de objetivar e dar sentido à pesquisa sobre a metropolização na Grande Florianópolis e os seus impactos sócio-ambientais.

O problema em questão assume uma relevância teórica, na medida em que estudos de caso permitem utilizar o instrumental teórico-conceitual para a construção de análises, possibilitando o avanço do conhecimento. Por outro lado, estudos que envolvem a análise do ecodesenvolvimento têm sido muito difundidos, mas pouco utilizados pelo meio acadêmico local.

Construir modelos de análise mais elaborados que envolvam múltiplos condicionantes, através da construção de indicadores sócio ambientais são mecanismos de ampliação e evolução do conhecimento que reforçam a abordagem do ecodesenvolvimento.

Enfim, trata-se de um esforço de maturação e criação de agendas 21 locais que permitem atualizar o banco de dados, alterando qualitativamente a intervenção dos atores.

1.6. METODOLOGIA

A temática abordada articula um estudo de caso que combina um enfoque qualitativo e quantitativo e uma revisão bibliográfica. Como instrumento de operacionalização da pesquisa na forma como foi delimitada, serão seguidas as seguintes etapas básicas:

1. Fundamentação teórica – sobre as origens e o agravamento das questões metropolitanas - feita através da revisão bibliográfica pertinente, acompanhada de fichamentos e constantes debates com o professor orientador. A discussão com outros pesquisadores do Curso ou fora dele. A análise bibliográfica será definida no contexto do desenvolvimento capitalista brasileiro e catarinense: marginalidade e exclusão social, urbanização e modelos de análise voltados para o enfoque do ecodesenvolvimento.

2. Análise de dados secundários:

- a) dados estatísticos regionais, municipais e agregados da região metropolitana;

b) planos governamentais regionais e municipais pesquisados nos institutos e secretarias de planejamento (principalmente Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina, Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e Instituto do Planejamento Urbano de Fpolis - IPUF);

c) Dados censitários extraídos dos Censos Populacionais do IBGE (1970,1980,1990 e Contagem Populacional de 1996) e Atlas do Desenvolvimento Humano - ONU, publicado em 1998.

d) Dados secundários extraídos do Mtb (CAGED): renda, estoque de emprego, etc.;

e) Dados secundários obtidos de Institutos e Sindicatos que agregam dados relevantes para a pesquisa .

3. Para análise de dados sugeridos nos objetivos gerais e específicos, buscar-se-á suporte de indicadores gerais que podem ser assim definidos:

a) Indicadores sócio-econômicos: representados pelos índices econômicos, tais como emprego, desemprego, renda, emprego informal, distribuição e concentração da renda e índices sociais, representados pelas condições gerais de saúde, educação e habitação. Estes índices serão sintetizados em índice de desenvolvimento social e humano, procedendo-se à comparação com os dados estaduais e nacionais.

b) Indicadores ambientais: serão verificados os impactos com levantamento de dados de uso e ocupação do solo, ocupação de áreas de risco e permanentes, degradação ambiental na região metropolitana de Fpolis.

c) Partindo do modelo de análise ecológica integrada, envolvendo índices sócio-ambientais agregados, procede-se a comparação e a respectiva interpretação.

d) Partindo do referencial teórico e dados estatísticos levantados, auxiliados pela avaliação multidimensional, pode-se contrastar, comparar e avaliar os impactos para o estudo de caso em questão, permitindo a

formação de um banco de dados regional (indicadores sócio-econômicos e ambientais), permitindo uma análise metropolitana para gestão urbana ativa e preventiva.

No capítulo seguinte, são abordadas as transformações estruturais na economia brasileira, com o papel da agricultura no desenvolvimento capitalista e sua superação pela indústria, a qual promove o processo crescente de urbanização que culmina com os impactos sócio-econômicos e ambientais. Inclui-se o Estado catarinense e a recente urbanização da Grande Florianópolis.

No terceiro capítulo, apresenta-se o diagnóstico da realidade existente, enfocando as causas dos problemas que se manifestam na questão do território, do meio ambiente, nas desigualdades e exclusão social do enorme contingente populacional da metrópole.

As sugestões e propostas para a minimização/solução dos problemas diagnosticados são apresentadas no quarto capítulo, com a perspectiva do desenvolvimento sustentável, o qual exige medidas políticas para a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente, cujo planejamento considera os seres humanos e a busca da qualidade de vida com equidade social. Nesse sentido, questões como o uso e ocupação do espaço territorial, integração das redes de produção e circulação das mercadorias e serviços e a gestão da metrópole e dos municípios exigem políticas públicas que invertam as prioridades perseguidas pelo projeto neoliberal.

CAPÍTULO II

2. TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS SÓCIO-ECONÔMICAS E ESPACIAIS

2.1. INTRODUÇÃO

O processo de industrialização , provocou impactos marcantes em todo território nacional. O êxito deste modelo, dá origem a predominância de concentrações de atividades e aglomerações urbanas em regiões metropolitanas, basicamente na região Centro-Sul, pois se trata de região dinâmica economicamente.

Esse dinamismo das transformações foi condicionado pela ativa influência estatal, através de incentivos a urbanização e modernização na agricultura de caráter conservadora, estimulando o fluxo migratório para as cidades.

Embora a maioria das migrações tenham ocorrido no período compreendido entre 1940 e 1980, para as chamadas metrópoles nacionais ou megalometrópoles, esse fluxo vem diminuindo a partir da década de 90, resultado da crise de expansão da economia brasileira.

Recentemente , identificam-se novas transformações condicionadas pelo processo de globalização e implantação de uma agenda neoliberal , que implica na redução das atividades do Estado Brasileiro e, conseqüentemente, na redução no planejamento urbano e regional. As características de tais transformações sócio-econômicas e espaciais são objeto deste capítulo.

2.2. TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NA ECONOMIA BRASILEIRA

O processo de transformações na economia brasileira intensificou-se a partir da década de 1930. Esse movimento provocou uma mudança característica na base econômica: a estrutura predominantemente agrário-exportadora passou a ser urbano-industrial.

As transformações posteriores à década de 1930, aliadas à conjuntura de crise mundial (crise de 1929), colocaram em xeque o modelo agrário-exportador, permitindo a intervenção do Estado no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil. Essa dinâmica intervencionista deve-se à ação de um Estado centralizador e protecionista da acumulação urbano-industrial.

Como o Estado instituiu o mecanismo de regulação entre o capital e o trabalho, ampliava-se o horizonte de cálculo empresarial, enquanto a legislação trabalhista igualava, reduzindo antes que incrementando, o preço da força de trabalho, privilegiando o trabalhador urbano em detrimento do trabalhador rural. (OLIVEIRA,1988; MARICATO, 1996)

A participação do Estado se dá pela criação de empresas estatais, autarquias mistas e controle nacional sobre a produção estratégica de alguns setores, bem como na função de produtor de bens e serviços infra-estruturais, não deixando, porém, de auxiliar o capital industrial, com mecanismos de transferência de renda de outros setores da economia. O desenvolvimento da economia brasileira está vinculado, portanto, preponderantemente, à intervenção do Estado, tendo os agentes privados uma relevância menor. (XAVIER, 1989).

No contexto destas transformações, a nova composição do Estado, processada a partir da década de 1930, aumenta a participação política de novos setores da sociedade civil, prioritariamente a nascente burguesia industrial que tinha uma visão de classe distinta daquela das oligarquias agrárias.

Após o Estado Novo, no período considerado de redemocratização, ocorrido depois da IIª Guerra (1945), redefiniram-se novas condições para um novo ciclo de expansão da economia capitalista em termos nacional e

internacional. Os mecanismos internos de sustentação da política cambial (confisco cambial), transferidor do excedente do setor agrário-exportador para o setor urbano-industrial nascente, a nacionalização do setor de produção de bens de capital e a contenção do salário real dos trabalhadores constituíram políticas do modelo de industrialização do Brasil.

Os mecanismos externos estavam pautados pela onda liberalizante que se plantou no pós-guerra. Esta onda baseava-se na luta contra regimes autoritários, preconizados pela inserção dos Estados Unidos como potência mundial no interior do bloco capitalista e na busca de mercados mundiais receptivos para os produtos das economias desenvolvidas.

A participação do Estado brasileiro no processo de industrialização e de inserção da economia nacional no mercado mundial tem importância crucial na medida em que, movida pelas necessidades da crise ou das pressões corporativas e apoiada na argumentação keynesiana, redefine e reorganiza suas funções institucionalmente, envolvendo crescente manutenção de níveis de investimento, emprego e consumo das populações, na sustentação de expectativas estáveis, na negociação de margens de lucro, na alavancagem das fronteiras tecnológicas e, sobretudo, após 1943, na implantação maciça de políticas de bem-estar e promoção social. (FIORI, 1990). Neste período, a prioridade para a dinamização de um setor urbano-industrial não produziu, entretanto, a eliminação de características arcaicas, como no caso da agricultura, determinando a formação de uma estrutura marcada pela heterogeneidade estrutural produtiva.³

A partir da década de 1950, processa-se uma intensa industrialização. Esta nova articulação econômico-política faz com que a agricultura assuma um novo papel, visto que até 1956, contribuiu para a geração da maior parte do produto interno, quando, então, foi superada pela indústria, o que jamais antes havia ocorrido. Desta forma, continuou a servir, através da exportação, para suprir as necessidades de bens de capital e intermediários para a produção de bens de

³ Expressão cunhada por Aníbal Pinto, economista da CEPAL, para designar os efeitos da industrialização nos países da América Latina.

consumo nacionais. Por outro lado, os produtos destinados ao consumo interno permitiram à agricultura suprir as necessidades das massas urbanas brasileiras, a fim de não elevar o custo de alimentação e, secundariamente, não obstaculizando o processo de acumulação urbano-industrial (OLIVEIRA, 1988).

O projeto desenvolvimentista caracterizou-se por um novo ciclo expansivo de industrialização. Neste período instituiu-se um conjunto de políticas e medidas, destacando-se a formação de grupos de trabalho, organismos de planejamento, aumento da carga tributária como fonte de financiamento e crédito subsidiado para setores prioritários.

Procurava-se impulsionar o mercado interno. A expansão industrial era voltada para as indústrias básicas e se criavam condições para potencializar economicamente o capital estrangeiro e associado no país. Tornava-se transparente a intervenção do Estado na economia, associada ao capital internacional, com o objetivo de modificar a estrutura produtiva do Brasil. Nesse sentido, o Estado é o grande fio condutor do processo de transformações na base produtiva. Para tanto instaura-se uma nova estrutura urbana a fim de viabilizar o crescimento industrial e o Estado não poupa recursos na construção de rodovias, siderúrgicas, hidroelétricas, comprometendo de forma desenfreada o orçamento público.

A partir de 1962, sucedem-se as primeiras fissuras do modelo desenvolvimentista, determinando as bases do golpe militar de 64, garantido pela aliança entre o capital privado nacional e estrangeiro, intermediados pela ação do Estado e apoiados pela classe média urbana, formada no auge da industrialização.

O golpe de 1964 não correspondeu à definição de um novo modelo de acumulação, mas à consolidação do modelo implantado na década de 1950. A mobilização da classe dirigente, através de um aparato militar repressor, operou um garroteamento político da classe trabalhadora, de modo a garantir a "limpeza da casa", tendo em vista os movimentos populares, provocados pela recessão no bojo da crise do início dos anos 1960 (MENDONÇA, 1988).

A presença do Estado como interventor, regulador da economia e da política, com vistas a recriar a expansão capitalista, efetivou-se com o PAEG (1964-66). Suas principais medidas foram: combate à inflação via recessão calculada, política salarial criando bases para um arrocho salarial seletivo que operou como concentrador de renda em favor da classe média urbana, aumento do grau de exploração da força de trabalho, prolongamento da jornada de trabalho (aprovação de horas extras), incorporação de mulheres e crianças na disciplina do trabalho, rebaixamento dos salários urbanos, instituição de mecanismos de rotatividade do trabalho (FGTS), promulgação de uma reforma bancária e fiscal, criação do BNH com fins de ativar a construção civil absorvedora de mão-de-obra intensiva e não qualificada.

No período de 1964/66, o governo militar criou os mecanismos para a expansão posterior, o chamado “milagre econômico”, compreendido entre 1968/73, estabelecido pelo avanço do comércio e do sistema financeiro internacional. Permitia o aporte de recursos ávidos por valorização e apresentava um mercado sedento por créditos e financiamentos, proporcionando um novo fôlego ao desenvolvimento interno do capitalismo. Esse ciclo contou sobretudo com o recurso do endividamento externo, visto o mercado financeiro internacional estar com uma excessiva liquidez.

Ressalta-se que entre outras mudanças refletidas no âmbito do “milagre”, foram os estímulos para a alteração do pacto estrutural, estabelecidos no início da industrialização, que produziram um redirecionamento da lógica de subordinação capitalista com vistas a ampliar os espaços para sua valorização. Neste sentido, a integração da agricultura em consonância com a indústria vislumbra não só a intensificação do processo de liberação de força de trabalho para as cidades, como produz um mercado consumidor na estrutura industrial. Este é o novo aprofundamento das transformações capitalistas no auge do “milagre”.

2.3. A AGRICULTURA NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

À medida que o processo de industrialização e concentração urbana fixava suas raízes na economia brasileira, transformando-se no espaço de interesse de valorização de capitais, a agricultura não ficou imune a este movimento. Como esse processo vincula-se a uma subordinação de todos os setores ao capital, a agricultura tradicional exaure seu ciclo expansivo que, durante o período anterior ao milagre, propiciava a formação de excedentes para a acumulação urbano-industrial e permitia o barateamento do custo de reprodução da força de trabalho urbana. Era necessário, portanto, colocar a agricultura nos trilhos do interesse de valorização capitalista, processando-se uma mudança na base técnica com vistas a uma integração ao processo de produção capitalista.

O aceleração do processo industrializante fez novos setores tornarem-se consumidores potenciais. Como produtores de insumos e equipamentos necessitavam da agricultura para ser sua compradora potencial, essa integração entre a agricultura e indústria evoluiu tanto quanto se aprofundavam as transformações capitalistas na economia brasileira.

Tal dinâmica observou-se em fins da década de 1950 e, claramente, a partir dos anos 1960, onde os mecanismos de integração da agricultura no padrão de acumulação industrial, seja em termos políticos, seja em termos econômicos, reorganizava a agricultura a partir da intervenção do Estado e de grupos orientados para a dinamização da produção agrícola e a renovação das estruturas de dominação (SORJ, 1986).

Para esse autor, no período pós-64, as empresas de caráter agro-industrial iniciam sua inserção na economia brasileira, evidenciando um setor de forte transnacionalização na estrutura produtiva. Verificou-se a penetração maciça de empresas agro-industriais estrangeiras, o que, aliado à inexistência de pesquisa nacional, incentivou a utilização de uma tecnologia gerada em outros países, nem sempre adequada às necessidades sócio-econômicas e ecológicas do país (SORJ, 1986).

A mudança técnica na agricultura foi verificada a partir de um aumento do uso constante de máquinas e equipamentos, adubos e fertilizantes, sementes híbridas, evolução da mecanização agrícola e aumento do uso de agrotóxicos. Desta maneira, auxiliado pela ação efetiva do Estado, o sistema de crédito rural acelerou a utilização dos insumos na agricultura, permitindo a incorporação de uma "racionalidade técnica" na produção agrícola. Isso resultou na efetiva expulsão de um contingente cada vez maior de trabalhadores rurais para a cidade, em busca de melhoria nas condições de vida.

A modernização na agricultura, via estabelecimento de um pacote tecnológico importado (revolução verde), pode ser considerada como uma modernização conservadora. Em primeiro lugar, por não alterar a estrutura fundiária (extremamente concentrada). Em segundo lugar, por reduzir a força de trabalho ocupada temporariamente e o número de assalariados no campo (marginalização e expropriação do trabalho). Entretanto a utilização deste pacote, combinando insumos modernos e mecanização, aliado a um crédito subsidiado, produziram uma elevação da produtividade e a diminuição dos empregos estáveis, acarretando uma acentuação das migrações rurais-urbanas no período (MARTINE, 1987).

Historicamente, a agricultura brasileira esteve voltada para a exportação, intensificando-se esta característica nos marcos da modernização conservadora, estabelecendo, assim, novas perspectivas no âmbito da integração com a indústria. No primeiro momento, a agricultura brasileira conviveu com o modelo de exportação ligado à produção de subsistência, o que permitia que, quando a terra tornava-se menos fértil, o pequeno produtor ampliasse a fronteira agrícola, a fim de garantir uma média de produtividade das culturas básicas.

No segundo momento, a partir do impulso do desenvolvimento ocorrido pós-64, privilegiaram-se as culturas dinâmicas, ocasionando um virtual fechamento da fronteira agrícola, tendo em vista que as culturas de exportação eram monoculturas latifundiárias e contavam com a política de incentivos e subsídios governamentais, permitindo uma valorização e concentração de terras, em detrimento de culturas básicas.

O caráter de incentivo à modernização na agricultura direcionou um processo de concentração de terras, aprofundado pela criação da infra-estrutura básica no campo. A introdução de uma legislação trabalhista, em meados de 1963, provocou uma expulsão de moradores do campo, frente aos quais os proprietários rurais possuíam obrigações trabalhistas (DELGADO, 1985). Deste modo, as transformações na base técnica da agricultura, iniciadas no período do milagre, ganham força, principalmente a partir da década de 1970, permitindo uma efetiva articulação entre a agricultura e a indústria. Foi nesse processo expansivo do setor agrícola que se produziu um deslocamento de trabalhadores do campo para as cidades, como resultado da modernização conservadora.

2.4. INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E CRISE DE EXPANSÃO

O processo de industrialização levado a cabo pela política desenvolvimentista, aliado à inserção da agricultura aos moldes capitalistas, transformaram a configuração espacial do Brasil.

A industrialização trouxe, em seu bojo, um processo contínuo de urbanização, caracterizando-se pela concentração e centralização das atividades econômicas nas cidades. Estas tomam-se o "locus" da acumulação do capital.

O processo acelerado de urbanização foi uma característica marcante, a partir da década de 1970, assumindo um caráter contraditório, na medida em que a massa de trabalhadores rurais, expulsos do campo em decorrência do desenvolvimento capitalista da produção agrícola, emigra para as cidades onde o setor industrial não consegue absorvê-los, sendo eles impelidos ao desemprego, subemprego, atividades de baixa remuneração, subsistindo sob condições sub-humanas (PIQUET, 1986).

Na medida em que avançou o processo de industrialização, a urbanização cresceu e, portanto, a força de trabalho passou a ter mecanismos de reprodução cada vez mais urbanos, mercantilizados e industrializados (OLIVEIRA, 1988).

Observa-se, na constituição do processo de industrialização, o constante aproveitamento de trabalhadores não-qualificados, com a finalidade de não quebrar a “função técnica de produção”, servindo-se, assim, do imenso “exército industrial de reserva” para fins de acumulação (OLIVEIRA, 1988).

Assim como a industrialização foi definida pela intervenção estatal associada ao capital internacional, o desenvolvimento urbano e regional foi concretizado pela ação pública ativa. O nível de urbanização pode ser verificado pela continuação do fenômeno industrializante que teve início na Região Sudeste na década de 1950, atingindo as demais regiões brasileiras somente a partir da década de 1970. É a partir deste segundo ciclo expansivo que a concentração urbana se efetivou com maior amplitude, tendo em vista um incremento do emprego urbano, sobretudo de caráter industrial (SERRA, 1982).

A intervenção estatal na política urbana criava condições gerais de produção, reduzindo custos, através dos efeitos da aglomeração urbana. De outro lado, promoveu, pela intervenção direta, mecanismos que criassem bens de consumo coletivos indispensáveis para a reprodução ampliada da força de trabalho necessária ao capital. Dessa forma, ocorre uma industrialização polarizada com uma urbanização descapitalizada, tendo em vista que os recursos da infra-estrutura foram canalizados segundo os interesses do capital industrial (PIQUET, 1986).

A combinação do crescimento demográfico intenso com a modernização dos setores produtivos acelerou o movimento migratório, facilitado pelos investimentos na melhoria da infra-estrutura, especialmente dos sistemas de transporte e comunicação. Assim, com as migrações dirigindo-se preferencialmente para as regiões de maior dinamismo econômico, era inevitável a concentração econômica com maior adensamento populacional, ou seja, crescimento industrial ligado à metropolização, enquanto resultado do desenvolvimento neste período (TAVARES, 1991; MARICATO, 1996).

O início de 1974 caracterizou-se como um período de inflação crescente na economia brasileira. Condicionantes na economia mundial e interna produziram impactos negativos, proporcionando uma reversão nas expectativas de caminhar

para o "Brasil Potência". O modelo do desenvolvimento associado e periférico dava mostras de esgotamento cíclico.

No contexto geral desta desaceleração, o governo elabora o II PND ⁴, com os objetivos básicos de manter as taxas elevadas de crescimento, reverter o processo inflacionário e conter o crescente déficit no balanço de pagamentos, priorizando os bens de capital. Desta forma, o II PND pretendia, através de um esforço concentrado do Estado, permitir um novo ciclo de expansão, substituindo as importações no setor de bens de capital e insumos básicos, criando grandes projetos com a finalidade de aumentar a produção interna de petróleo, a geração hidroelétrica, o transporte ferroviário e o sistema de telecomunicações, alavancando as exportações.

Na prática, o II PND, programado para durar até 1979, foi parcialmente desativado a partir de meados de 1976. Como o financiamento destes projetos ficou por conta de fontes internacionais e estatais, o aumento das taxas de juros e a deserção dos grupos privados nos grandes projetos fizeram o plano cair em desgraça.

O recrudescimento do processo inflacionário, lastreado pelo desequilíbrio no balanço de pagamentos, a elevação da taxa de juros internos (mecanismos de endividamento interno por parte do governo para conter os desequilíbrios anteriores) e uma política econômica contencionista provocaram sua própria desaceleração (MANTEGA & MORAES, 1980).

A década de oitenta aprofunda a desaceleração do ciclo expansivo, intercalada por períodos breves de crescimento, produzindo um acirramento das contradições inerentes ao sistema capitalista.

O aprofundamento da crise traz em seu bojo um perfil financeiro, cuja essência encontra sua determinação em condicionantes internacionais e internos. No plano internacional, os aspectos fundamentais foram: a) recessão violenta nos EUA e nos países europeus; b) segundo choque do petróleo, mantendo os preços

⁴ Como nos planos anteriores, a preocupação básica era pela coerência técnica e econômica, não alcançando os objetivos básicos na maioria das vezes.

em patamares elevados; c) taxa de juros internacionais atingem seu ponto máximo.

As políticas de ajuste ortodoxo são conhecidas: arrocho salarial, redução das importações, corte dos gastos públicos e aprofundamento dos benefícios às exportações, implicando na diminuição dos investimentos privados internos assim como investimentos públicos e os gastos sociais em geral.

O nível de fome e de miséria acentua-se (ESPÍNDOLA, 1989).

No plano interno, o Estado centraliza cada vez mais o processo de acumulação financeira, pelo fato das dívidas privadas serem gradativamente estatizadas por um conjunto de resoluções do Banco Central.

Neste processo de crise financeira violenta, em que o Estado é o seu centro, os bancos e outras empresas do setor produtivo e da circulação, e importante segmento da classe média, ganham muito com esse jogo (ciranda financeira), cujo perdedor abstrato é o Estado e o perdedor real é o conjunto das classes subalternas, os trabalhadores da cidade e do campo (ESPÍNDOLA, 1989).

O declínio cíclico do início da década de 1980 nos países desenvolvidos, combinado com a eclosão da crise da dívida em 1982 e com a queda do preço das matérias primas, forçam uma redução nos gastos públicos.

Nesse momento, acentuam-se as tensões e injustiças, e a massa de marginalizados urbanos torna-se visível. Amplia-se o desequilíbrio entre cidade e campo, impulsionado pelo desempenho deficiente do Estado nas políticas públicas.

O período de 1984-89 é marcado por um movimento de recuperação do capital produtivo, devido a alguns determinantes. Destaca-se principalmente, o saneamento financeiro das empresas que reduziu drasticamente seu endividamento junto ao setor financeiro. Este saneamento apresenta vários componentes: a) transferência de parte de sua dívida para o Estado; b) desemprego e arrocho salarial; c) aumento das margens de lucro, pela elevação dos preços; d) modernização, tanto administrativa, quanto pela automação (ESPÍNDOLA, 1989). O resultado deste padrão mimético de desenvolvimento

traçado pelo Brasil, associado à economia mundial, provocou o agravamento de quatro dívidas: a dívida interna e externa, a dívida social e a dívida ecológica⁵ (SACHS, 1986).

No início da década de 1990, a economia brasileira iniciou um processo de transformação estrutural para se integrar ao mercado mundial. Na verdade, a abertura da economia teve, como causas profundas, as forças globalizadoras (revolução técnico-científica, mudança na estrutura produtiva e na organização do mundo do trabalho, etc.) em marcha na economia mundial, deixando para trás o modelo de desenvolvimento de economia fechada.

Essa nova tentativa de ajuste econômico baseou-se em medidas ortodoxas e conservadoras que tinham, como pontos principais: a redução da participação do Estado na economia, a ampliação do processo de privatização e a redução dos gastos sociais.

No caso da economia brasileira, a globalização e reestruturação já se iniciaram com a abertura econômica em 1990 (NAKANO, 1994).

Na prática, as mudanças em curso passam a ser adotadas tardiamente pelos países periféricos, como no caso brasileiro. A revolução tecnológica em curso teria a função de resolver o problema da produtividade, através de inovações mais significativas. A eletrônica objetiva acelerar a velocidade da informação, enquanto que o desenvolvimento das telecomunicações amplia seu campo de utilização. Contrariando a rigidez do processo taylorista-fordista, as novas tecnologias buscam obter o máximo de flexibilização no processo produtivo, a fim de evitar os mercados saturados. Quanto à flexibilização do trabalho, esse

⁵ Para Sachs, esse processo é consequência da acumulação de problemas herdados do regime autoritário. Tanto a dívida externa com a interna são autoalimentadas pelas variações das expectativas dos credores internacionais e nacionais, vinculadas a taxas de juros que impõem medidas de austeridade que implicam em agravantes nas condições sociais. A dívida social é resultado de um crescimento rápido, mas com profundo maldesenvolvimento social. Esse crescimento se fez na desigualdade e pela desigualdade, gerando custos sociais e ecológicos exorbitantes. Por fim, a dívida ecológica foi gerada pela importação de indústrias poluentes com objetivo claro de reforçar o potencial econômico do país. Os problemas ecológicos passaram a ser visíveis: pólos industriais poluidores, como Cubatão, desflorestamento de Regiões inteiras, caso da Região Sul, problemas de erosão do solo, derivados da revolução verde, como podem ser verificados no Paraná e Rio Grande do Sul, e quanto às cidades, uma gama de poluições derivadas da miséria.

parece ser o principal objetivo, atingindo em cheio a classe trabalhadora, reduzindo o seu poder de luta e reivindicação.

Sintetizando, a revolução tecnológica em curso procura atender "três" preocupações básicas do sistema produtivo: a) reorganizar o processo produtivo e o processo de trabalho; b) ultrapassar o funcionamento estanque dos setores de concepção e da execução; c) transferir uma série de atividades para empresas subcontratadas, geralmente pequenas e médias (PIQUET, 1991).

As mudanças ocorridas no final dos anos 1980 e início da década de 1990 trazem como condição imanente o fortalecimento progressivo da economia de mercado, tomando cada vez mais a economia interna dependente e integrada da mundial, determinando uma lógica concentradora. Configura-se a formação de grandes blocos econômicos-comerciais, evidenciando um processo de multipolarização econômica. Verifica-se ainda a tendência de desvinculação das economias exportadoras de matérias primas das economias altamente desenvolvidas, além dos desequilíbrios Norte/ Sul (DIEESE, 1992).

A agenda neoliberal, incorporada pela nova ortodoxia das políticas de ajuste, passa a ser o novo receituário para se buscar o ciclo expansivo da economia brasileira neste estágio. Suas características têm um caráter voltado para o crescimento, com ênfase no incremento das exportações, como motor do desenvolvimento. Resumidamente, essas medidas são: a) liberalização e desnормatização do comércio exterior; b) centralização do setor privado como pólo de crescimento; c) privatização das empresas estatais, visando à eliminação da crise fiscal; d) redução dos gastos governamentais e diminuição do tamanho do Estado; e) redução do nível global de tributação.

No momento atual, assiste-se a um novo reordenamento da atuação do Estado na economia, consubstanciado pela mudança no padrão de acumulação e pelas alterações das relações de produção cunhadas dentro da agenda de ajuste neoliberal. À medida que a redução do tamanho do Estado, a queda dos investimentos públicos sociais e a precarização das relações sociais de trabalho estabelecem-se nos países de desenvolvimento tardio, tem-se como reflexo fundamental uma queda na taxa de emprego formal, uma concentração de renda

muito superior à existente e uma agudização da crise e acirramento das contradições sociais e políticas. Como assinala KURZ (1995), num futuro próximo haverá uma quantidade proporcional de pobreza e favelas contrastando com pequenas e obscenas ilhas de riqueza e produtividade.⁶

Este modelo de desenvolvimento se manifesta por uma tendência homogeneizadora da economia mundial como resultado da apropriação do modelo tecnológico e instrumental das empresas transnacionais. Por outro lado, os padrões de produção e consumo dos países do terceiro mundo, inclusive o Brasil, estão intimamente ligados com as determinações do único modelo existente que os países "emergentes" são incitados a seguir: o modelo neoliberal (MARTINE, 1993; SACHS, 1986). Nesta perspectiva, o aumento do consumo parece incompatível com o desenvolvimento sustentável, visto que o próprio reordenamento agrava mais do que resolve o problema do desenvolvimento econômico e social do país.

Nas últimas décadas, a urbanização acelerada e desordenada, a concentração da população e das atividades econômicas no espaço e os padrões tecnológicos da produção industrial têm reforçado um quadro ambiental altamente degradado (em relação ao estilo de desenvolvimento que leva ao uso predatório dos recursos naturais).

As cidades estão no cerne da questão. Com efeito, o quadro brasileiro é agravado nas suas mais diversas regiões pela existência de uma grave crise social aliada a um comprometimento ambiental no quadro urbano, que provoca graus crescentes de deteriorização da qualidade de vida urbana (BONDUKI, 1996).

2.5. URBANIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

As transformações ocorridas no Brasil, resultantes do processo de industrialização, provocaram impactos marcantes em todo território nacional.

⁶ Folha de São Paulo, Caderno MAIS, 1/10/95.

A distribuição espacial da população modificou-se substancialmente. No período de 1930 a 1980, consolida-se uma população urbanizada, passando a taxa da mesma de aproximadamente 26% para 80% respectivamente. As características marcantes deste processo - industrialização, urbanização, metropolização, redivisão social do trabalho (a partir da década de 1960), integração do mercado nacional, modernização agrícola, formação das agroindústrias⁷ e expansão metropolitana industrial - determinaram a consolidação de uma dinâmica predatória, excludente e concentradora (OLIVEN, 1988; MARICATO, 1996).

Nesta perspectiva, a dinâmica de ocupação social do espaço nos marcos do capitalismo periférico brasileiro converge para dois pontos básicos: a) eclosão de conflitos ambientais; b) conflitos sócio-ambientais (impactos sociais do desenvolvimento, refletidos no contexto urbano recente) (CARVALHO & SCOTTO, 1995; MARTINE, 1993; SACHS, 1986; SINGER, 1996).

Portanto, o crescimento predatório, tanto para o meio ambiente quanto para as condições de vida das populações urbanas, faz com que esse dilema deva ser necessariamente filtrado pela ação do Estado, assumindo prioridade na agenda de debates (CARDOSO, 1991; SACHS, 1986; MARTINE, 1993).

Os limites do processo de crescimento urbano/desenvolvimento econômico vêm sendo evidenciadas por critérios de sustentabilidade que induzem o planejamento voltado para o desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento urbano. Norteado pelos princípios do ecodesenvolvimento, identifica-se a cidade como um ecossistema predominantemente criado pelo homem. Desta forma, os ecossistemas urbanos têm sua própria estrutura de funcionamento, com elementos bióticos e abióticos. Certas características garantem uma singularidade do ecossistema urbano: é um sistema aberto; produz uma grande quantidade de informações, conhecimento, criatividade, cultura, tecnologia e indústria. Do ponto

⁷ Segundo SORJ, o processo que redcliniu as relações entre agricultura e indústria, se inicia na década de 60. Essa reestruturação tinha como objetivo imediato a inserção da agricultura no processo de consumo de insumos e maquinarias e transferência do excedente do setor agrícola pela ação do complexo agro-industrial, resultando na produção familiar capitalizada e marginalizada, provocando no momento seguinte o fenômeno do êxodo rural, fluxo marcante da década de 70 na Região do Centro-Sul do País.

de vista biológico, é um ecossistema muito improdutivo, consumindo grande quantidade de energia e produzindo uma quantidade enorme de resíduos. O crescimento urbano envolve mudanças na ocupação e uso do solo; dependência de um determinado padrão de oferta e demanda, tomando as grandes cidades instáveis, frágeis e altamente vulneráveis, tanto do ponto de vista ambiental, quanto do ponto de vista socioeconômico.

O objetivo principal do ecodesenvolvimento urbano é identificar os recursos humanos e naturais desperdiçados na perspectiva de deter a deterioração e melhorar a qualidade de vida urbana, especialmente para as populações mais excluídas. A estratégia deve estar pautada em quatro critérios básicos, segundo VIEIRA (1995): 1) desenvolvimento e crescimento econômico voltado para as necessidades sociais, ou seja, critério de justiça social; 2) prudência ecológica, harmonizando os interesses econômicos e ecológicos; 3) valorização da participação e autonomia local (self-reliance); 4) viabilidade econômica, internalizando os custos sociais e ambientais do processo de desenvolvimento.

A emergência da problemática urbana pode ser verificada no contexto da abertura de agendas específicas no âmbito das Nações Unidas, fruto de uma reordenação do papel dos organismos e das agências especializadas da ONU, na medida em que a dimensão dos problemas urbanos e a urbanização acelerada requer uma agenda de compromissos nacionais e internacionais no campo da melhoria dos assentamentos urbanos.⁸

O desenvolvimento sustentável aponta para uma alternativa nova que ultrapassa o conceito uniforme e determinista de algumas áreas das ciências sociais. Para tanto, admite-se alguns critérios que determinam a múltipla valoração de requisitos básicos para atingir um desenvolvimento sustentável.

Partindo das cinco dimensões da sustentabilidade definida por SACHS (1993), GUIMARÃES (1997) dimensiona alguns critérios operacionais para a questão: a) Sustentabilidade Planetária do desenvolvimento - guarda relação

⁸ Esta agenda denominada Habitat II, realizou-se em Istambul em 1996, colocando em discussão de maneira global, a problemática urbana, destacando: o direito à moradia, a cidade como elemento estratégico para o desenvolvimento nacional, reconhecimento do poder local, parceria entre governo e sociedade com vistas à promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental e a cooperação internacional.

direta com os problemas que extrapolam as fronteiras do Estado-Nação, referindo-se especificamente à necessidade de reversão de processos globais de degradação ecológica e ambiental; b) Sustentabilidade Ecológica - refere-se à base física do processo de crescimento e objetiva a conservação e uso racional do estoque de recursos naturais incorporados às atividades produtivas; c) Sustentabilidade Ambiental - está intimamente relacionada com a maturação da capacidade de carga dos ecossistemas, ou seja, capacidade da natureza absorver e recuperar-se das agressões antrópicas; d) Sustentabilidade Demográfica - revela um aspecto principal da sustentabilidade ecológica e ambiental, relacionando-se à capacidade de suporte da natureza. Inclui nesse caso como critério de políticas públicas, a migração, distribuição espacial e políticas de crescimento regional; e) Sustentabilidade Cultural - é a base do desenvolvimento que reside na manutenção da diversidade em seu sentido mais amplo, dirigindo-se para integração nacional; f) Sustentabilidade Social - tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida, estratégias de desenvolvimento socialmente sustentável, requer ainda um critério macro operacional que permita a análise das vinculações entre diferentes opções econômicas globais e suas implicações para objetivos de equidade e de superação da pobreza; g) Sustentabilidade Política - vincula-se ao processo de construção da cidadania e busca garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento. Sua abrangência pode ser macro, o que induz à democratização do Estado, e micro, operando a democratização da sociedade; h) Sustentabilidade Institucional - projeta-se no próprio desenho das instituições que regulam a sociedade e a economia. São as dimensões sociais e políticas da sustentabilidade em seus conteúdos macros.

A recente Conferência sobre Assentamentos Humanos - HABITAT II - ressalta a importância do poder local como um sujeito de direito internacional, juntamente com os Estados nacionais e os cidadãos, buscando a construção de uma nova ordem internacional capaz de enfrentar os problemas urbanos, como a pobreza, a exclusão social e a degradação ambiental (BONDUKI, 1996).

A realidade brasileira atual não foge dos problemas apontados no HABITAT II, evidenciando-se sintomaticamente os problemas sociais e ambientais no contexto urbano. Este processo resulta, em primeiro lugar, do próprio modelo de desenvolvimento adotado no marco da industrialização e atualmente na globalização; em segundo lugar, da ação intervencionista estatal que priorizou grandes planos nacionais, até meados da década de 1970, abandonando-os posteriormente sob a égide de uma regulação mínima (Estado minimalista), nos marcos do neoliberalismo, garantindo as bases de inserção da economia nacional no padrão de produção e consumo exigidos pelos países desenvolvidos.

Evidencia-se a inversão do paradigma ambiental, na medida em que a ação é global (internacional/nacional) para mudar o espaço local (regional/ urbano). Este questão remete ao ponto de partida: a realidade da formação catarinense e a urbanização recente da Grande Florianópolis.

2.6. A FORMAÇÃO ECONÔMICA CATARINENSE E A URBANIZAÇÃO RECENTE DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

A partir da década de 1930, consolida-se a economia do Centro-Sul do Brasil, movida pela mudança de uma economia agrário-exportadora para urbano-industrial. O aprofundamento das transformações capitalistas e a expansão do sistema engendram a divisão do trabalho nacional, tendo por base a região de São Paulo, como precursora de tal desenvolvimento, tomando as demais regiões satélites desse sistema (SILVA, 1978). Dessa maneira, na divisão nacional do trabalho, observam-se duas características marcantes. A primeira é a integração e formação de um mercado nacional, ligando as diversas regiões do país e secundariamente as de Santa Catarina. A segunda característica consubstanciou-se no sentido de proporcionar garantias para a construção de uma infra-estrutura básica.

A dinâmica da formação econômica catarinense está intimamente relacionada a este quadro que se apresentou para o conjunto do país. As raízes desta formação, mesmo contando com suas especificidades, não podem ser desconectadas do plano nacional e internacional, porque a dinâmica do processo de desenvolvimento capitalista impõe determinadas leis gerais orientadas para a concentração e centralização espacial da riqueza material.

A lógica imposta pelo sistema conduz o capital a buscar incessantemente a apropriação do excedente que, reproduzindo em escala ampliada, condiciona-se a ocupar espaços crescentes no processo de produção, solidificando sua base existencial. Portanto, a centralização completa a tarefa da acumulação, capacitando o capitalista a ampliar a sua escala de operação (MARX, 1985). Se a nível nacional, os capitais, tanto interno como externo, passam a beneficiar-se dos incrementos proporcionados pelo Estado, a nível regional, eles contribuem para a solidificação da divisão das atividades produtivas.

O processo de formação e solidificação dos ramos industriais e seus efeitos multiplicadores na economia conta com um Estado que desenvolve uma série de planos de fomento e financiamento (PAEG, TRIENAL, METAS, I PND, II PND) que são acompanhados a nível regional (POE, I PLAMEG, II PLAMEG, PCD, PLANO DE AÇÃO, CARTA AOS CATARINENSES, SIM, etc.).

Segundo MICHELS⁹, o “modelo catarinense de desenvolvimento” não difere substancialmente de outros Estados, na medida em que a intervenção estatal, superexploração do trabalho e degradação ambiental foram alguns dos mecanismos do propalado modelo, ainda que existam algumas peculiaridades estaduais (algumas das quais, anteriormente apontadas): distribuição produtiva em seis regiões, inexistência de grandes concentrações urbanas, diversificação da produção. Assim, no contexto da diversificação e de uma homogeneização regional, Santa Catarina produzirá sua própria dinamização e, por conseguinte, uma definitiva divisão espacial das atividades produtivas ligadas à exigência de

⁹ Para MICHELS, o objeto de sua investigação, passando por várias escolas interpretativas do modelo econômico catarinense, fundamentado nos princípios marxistas e na intervenção do agente estatal e o conflito das classes sociais na acumulação de capital que determinaram a distribuição da riqueza social.

um centro dinâmico. No transcurso dessa crescente integração do mercado, Santa Catarina faz parte ativa da economia nacional, operando transformações estruturais, especializando-se na agricultura, indústria e comércio.

Na região litoral-centro do Estado, encontra-se a capital, Florianópolis. Sua dinamicidade econômica está fundamentada na crescente atividade de comércio e serviços sem preponderância do setor industrial e agrícola em relação às outras regiões do Estado de Santa Catarina. Essa característica destaca-a como pólo regional/estadual.

O centro administrativo do estado possibilitou uma aglutinação nos negócios, ao lado das instituições financeiras e das atividades de serviços, principalmente serviço público e atividades comerciais e financeiras.

Na década de 1970, com o desenvolvimento e formação de uma rede viária, privilegiava-se o fluxo de transportes entre os centros urbanos e verificou-se um processo de concentração populacional, junto aos eixos rodoviários das cidades mais desenvolvidas da região, no litoral: Fpolis, São José, Palhoça, Biguaçu e Tijucas. É quando surge, também, uma incipiente modernização industrial, estimulando o adensamento urbano (PBEE- GRANFPOLIS, 1996).

Florianópolis, como capital político-administrativa do estado, exerce forte polarização sobre os demais municípios, constituindo-se como a segunda cidade mais populosa, superada apenas por Joinville, cidade de característica industrial.

O crescimento acelerado urbano na década de 1970 e meados de 1980 resultou do processo de migração campo-cidade e aumento do crescimento vegetativo nas áreas urbanas, demonstrado pelo incremento da taxa de crescimento populacional no período compreendido entre 1970-1996. As taxas de crescimento observadas entre 1970-80, 1980-1991 e 1991-96, em comparação à outras microrregiões são mais elevadas que a média estadual. (IBGE, 1996). A região metropolitana da Grande Fpolis detém a mais alta taxa de urbanização e densidade demográfica do Estado, característica idêntica às grandes regiões metropolitanas do país.

Em 1996, grande parcela da população vivia nas cidades, verificando-se um processo de adensamento urbano, provocando o fenômeno característico da metropolização - a conurbação.¹⁰

A área conurbada detém a totalidade da população da região metropolitana, composta por 22 municípios. No período compreendido de 1980 a 1991, a população total da região cresceu a uma taxa média superior ao Brasil e Santa Catarina., enquanto que a população do Estado e Brasil apresentou uma taxa inferior da microrregião. Florianópolis, apesar de ser o pólo, não foi a cidade que apresentou a maior taxa média geométrica anual.

Os fatores impeditivos foram: as próprias limitações físico-territoriais, a legislação urbanística e o alto custo dos imóveis. Dentre os municípios da microrregião de Fpolis que mais cresceram na década, estão: Palhoça, Biguaçu e São José. Este resultado demonstra em que medida a concentração ocorre, intensificando um processo de mobilidade para as franjas da região metropolitana, no qual o preço da terra e dos imóveis atua fortemente.

O processo de migração traz um custo social e ambiental para a região, na medida em que se verifica o crescimento de áreas carentes (ocupando áreas inadequadas e impróprias) e do contingente marginalizado (população urbana da região vivem em condições de indigência), proliferando-se favelas e adensando antigas áreas carentes (processo de favelização). O déficit habitacional para região cresce em todos os municípios da região, visto que, o Estado não viabiliza uma solução conjunto, mas isolada (municipal). Com relação à distribuição da população economicamente ativa (PEA), demonstra-se a especificidade da região, na medida em que o setor terciário é o mais importante, seguido do secundário e primário. Por outro lado, apesar de existirem municípios com alta taxa de crescimento anual, a maioria dos pequenos municípios apresenta uma taxa negativa, consequência direta da fuga do campo para a cidade, em busca de melhores condições de vida, em função do fracionamento das terras cultiváveis entre os descendentes, assim como falta de uma política para as

¹⁰ Conurbação é o processo característico onde os limites das cidades vizinhas desaparecem pela densificação que, por sua vez, provoca um processo de verticalização das moradias.

pequenas propriedades rurais, aliada à expansão do perímetro urbano. Esta tendência clara de metropolização indica uma forte ocupação espacial desequilibrada (PBEE, 1996). Os rendimentos médios mensais constataam o grau de miserabilidade e concentração de renda como uma das características da região. Um grande contingente populacional não apresenta rendimentos (40%) e cerca de 30% das pessoas de 10 anos ou mais apresentavam rendimentos não superiores a 2 SM.¹¹

No contexto das atividades econômicas, a região tem no segmento “serviços” a sua maior expressão, com uma alta performance na exploração do turismo. Segundo OURIQUES (1996), esse “consenso turístico” tem dois pés de barro para os que sustentam a panacéia para o problema do emprego e o meio ambiente.

Em primeiro lugar, pela característica principal da expansão de empregos no turismo: a informalidade e precarização. Em segundo lugar, a defesa do turismo como atividade capaz de promover o desenvolvimento sustentável.

Essa característica é justamente o contrário na região, na medida em que é marcante a degradação ambiental provocada pelo turismo.

Desta forma, o modelo de desenvolvimento traçado a nível nacional e regional estabelece uma crise de dimensões locais, com uma conotação sócio-política e ambiental, verificando-se uma urbanização plena de marginalidade e degradação ambiental.

Por outro lado, a crise do Estado, associada à implementação de políticas neoliberais, intensifica a precarização das relações sociais no âmbito da região metropolitana.

¹¹ Segundo MICHELS, a participação dos trabalhadores na riqueza social gerada em Santa Catarina, cada vez mais é minorada, em um processo gradativo, observado nos dados estatísticos, com base no VTI (valor da transformação industrial). Enquanto que em 1970, a RT (Renda do Trabalho = salários, retiradas e outras remunerações) era de 24%, a RP (Renda da Propriedade = lucros, juros, aluguéis) perfazia 76%. Em 1990, a RT passa a ser de 12%, enquanto que a RP passa a 88%. Este processo tem característica semelhante em SC e no Brasil.

CAPÍTULO III

3. IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS-SC - (1986-1996)

3.1. INTRODUÇÃO

Para a construção de uma visão estruturada do desenvolvimento metropolitano é imprescindível identificar as causas dos problemas que mais o ameaçam, tomando vulneráveis as potencialidades de desenvolvimento da metrópole.

O processo de “urbanização predatória”, resulta do modelo de desenvolvimento incorporado no contexto da “urbanização tardia” da formação econômica catarinense. Essa dinâmica consolidou, no momento atual, problemas sócio-ambientais no processo de reprodução social, assumindo característica excludente e concentradora (em maior ou menor grau de intensidade) exigindo um planejamento que leve em consideração a deterioração ambiental e as condições de vida das populações (OLIVEN, 1988; MARICATO, 1996).¹²

Nesta perspectiva, a dinâmica de ocupação social do espaço nos marcos do capitalismo periférico brasileiro, converge para eclosão conflitos sócio-ambientais, que resultam em problemas ambientais e sociais no contexto urbano, levando a deterioração ambiental, precariedade das condições de vida (qualidade de vida) e déficit da infra-estrutura de serviços (notadamente de caráter público). (CARVALHO & SCOTTO, 1995; MARTINE, 1993; SACHS, 1986; SINGER, 1996)

Portanto, o crescimento urbano predatório, como resultado do determinismo econômico, conforme avalia MONTIBELLER (1999) implica na concepção de

¹² Essa dinâmica espacial coloca a cidade no centro da questão social visto que incidem uma variedade de processos da vida social, como por exemplo: educação, saúde, emprego formal e informal, sistemas de seguridade social, a questão habitacional e territorial, a construção da cidadania, a sustentabilidade ambiental, uma rede de políticas sociais urbanas, cf. ZICARDI(1998).

políticas de desenvolvimento centradas na economia, desconsiderando os aspectos sociais e ambientais. Desta maneira, as condições de vida das populações urbanas, devem necessariamente sofrer uma regulação pela ação do Estado e controle da sociedade, destacando-se como prioridade na agenda social contemporânea.¹³

Nesse modelo de crescimento estão as raízes dos estrangulamentos, capazes de dificultar ou, até mesmo, inviabilizar o almejado desenvolvimento sustentável que pode ser sintetizado no trinômio: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica, agregando uma radicalização do conceito de planejamento, admitindo um caráter pluridimensional (SACHS, 1986; MONTIBELLER, 1999).

A relação entre população e meio ambiente e os impactos derivados podem ser definidos como resultado de um padrão de urbanização derivado da concentração das atividades econômicas de maneira centralizada, gerando como processo característico: a metropolização e seus impactos sócio-ambientais concomitantes.¹⁴

Assim, podem ser verificadas as causas dos problemas econômicos, sociais e ambientais, através de uma análise de indicadores que ressaltem dois ângulos: 1) as diferenças em relação às demais regiões do país; 2) as diferenças internas. Neste sentido, o processo de concentração espacial do Estado de Santa Catarina assume uma característica inerente de desigualdade que pode ser observada no âmbito regional e setorial (MONTIBELLER, 1999;58).¹⁵

¹³ A qualidade do crescimento pode ser observada por três aspectos básicos – instabilidade do crescimento (na América Latina em especial por duas décadas), do nível geral de preços e vulnerabilidade ecológica, impulsionados pelo padrão demográfico, a distribuição da riqueza e elevação dos níveis de pobreza. (THORP, 1998)

¹⁴ Define-se de forma geral impactos sócio-ambientais como todas ações ou atividades, naturais ou antrópicas, que produzem alterações bruscas em todo o meio ambiente ou apenas em alguns de seus componentes. Estes impactos são classificados como tipo de alteração relacionada, podendo ser ecológico, social e/ou econômico.

¹⁵ Segundo MONTIBELLER, apesar de um notória insuficiência de dados, algumas indicações seriam suficientes para demonstrar tal fenômeno.

3.2. A DIMENSÃO DOS IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS

Dimensionar os impactos sócio-ambientais que ocorrem na RMF, significa realizar um diagnóstico que demonstre como o ecossistema urbano reage à concentração e ao adensamento populacional. Um dos indicadores foi a constituição da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, fundada em março de 1969. Tinha como objetivo básico, ordenado pela ação estatal, criar as condições institucionais para formar regiões polarizadas como resultantes de um planejamento meramente técnico. Composta inicialmente por 10 municípios e posteriormente ampliada para 21. atualmente conta com 22 municípios (Tabela 3.1, Mapa 1).

O processo de polarização e metropolização pode verificar-se pela própria condição estabelecida nos desmembramentos e criação de novos municípios, que ocorreu com grande evidência na década de 60, para a maioria dos municípios componentes da Região Metropolitana.

A indução e regulação estatal estão condicionados nos planos desenvolvidos no marco estadual através de uma expansão da infra-estrutura socioeconômica básica de integração dos municípios, principalmente no PLAMEG I (1961-1966) e PLAMEG II (1966-1970). É com o chamado Projeto Catarinense de Desenvolvimento (1970-1975) que o Estado ampliará a idéia do planejamento que priorizou uma hierarquia definida pelos critérios econômico-espaciais: a visão estadual, a visão regional e a visão municipal.

Neste contexto se reforça a evidência que na década de 60, temos o período de emancipacionismo em todas as microrregiões do Estado, inclusive a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis. Na década de 70, o processo de integração dos mercados regionais e nacionais dinamiza o processo de crescimento urbano cumulativo.

No final da década de 70 (1975-1979) - Plano de Governo "Governar é Encurtar Distâncias" - e início da década de 80, no chamado Plano de Ação

(1979-1983), os objetivos básicos da regulação estatal vinculavam-se a políticas regionais de desenvolvimento, reforçando as associações de municípios e regulando os desníveis regionais, vinculando o sistema urbano ao sistema nacional. A preocupação com o desenvolvimento regional, atinge o seu ápice no Plano de Ação, na medida em que o governo adota medidas necessárias à consolidação do processo de urbanização do Estado, de forma a garantir as chamadas economias de escala em detrimento das deseconomias¹⁶ (MARTIGNAGO, 1981:58-59).

Tabela 3.1 - Origem dos Municípios da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Município	Dismembramento	Lei de Criação	Data de Instalação
1 Florianópolis	Laguna	Carta Régia - 26.03.1726	10.04.1728
2 São José	Florianópolis	Res. 01.03.1833	04.05.1833
3 Biguaçu	Florianópolis	RCAP -01.03.1833	16.05.1833
4 Tijucas	Porto Belo	464 - 04.04.1859	13.06.1860
5 Palhoça	São José	184 - 24.04.1894	23.05.1894
6 Nova Trento	Tijucas	36 - 08.08.1892	26.12.1892
7 Sto Amaro da Imperatriz	Palhoça	344 - 06.06.1958	10.07.1958
8 São Joao Batista	Tijucas	348 - 21.06.1958	19.07.1958
9 Major Gercino	São Joao Batista	756 - 03.10.1961	28.12.1961
10 Anitapólis	Sto Amaro da Imperatriz	789 - 19.12.1961	29.12.1961
11 Águas Mornas	Sto Amaro da Imperatriz	790 - 19.12.1961	29.12.1961
12 Alfredo Wagner	Bom Retiro	806 - 21.12.1961	29.12.1961
13 Angelina	São José	781 - 07.12.1961	30.12.1961
14 Garopaba	Palhoça	795 - 19.12.1961	30.12.1961
15 Paulo Lopes	Palhoça	798 - 20.12.1961	30.12.1961
16 Canelinha	Tijucas	855 - 03.12.1962	23.12.1962
17 São Bonifácio	Palhoça	840 - 23.08.1962	29.12.1962
18 Rancho Queimado	São José	850 - 08.11.1962	29.12.1962
19 Leoberto Leal	Nova Trento	856 - 12.12.1962	17.02.1963
20 Gov. Celso Ramos	Biguaçu	929 - 06.11.1963	20.12.1963
22 São Pedro Alcântara	São José	9534 - 16.04.1994	01.01.1997

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul - 1999

Nos períodos seguintes, verificou-se uma redução característica do Estado na intervenção e regulação derivadas da crise do endividamento externo e

¹⁶ Economias de Escala são determinadas pelo nível de aglomeração, reduzindo o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades. Quando ocorre um aumento da taxa de reprodução da força de trabalho urbana, o que implica maiores investimentos para manter a estrutura, temos deseconomias de escala.

sucessão de planos econômicos, além do abandono sistemático do planejamento governamental.

No final da década de 70, a microrregião da Grande Florianópolis, especialmente a capital do Estado, começou a sofrer os impactos do processo de inserção dinâmica da agricultura aos complexos agroindustriais, através do inchaço provocado pela migração contínua de trabalhadores do campo. O êxodo campo-cidade na estanca no período seguinte, a década de 80, evidencia um movimento em direção às cidades limítrofes a capital do Estado (cidade-pólo) da microrregião (Tabela 3.2).

Tabela 3.2 - Participação Relativa Municipal na Microrregião de Florianópolis - 1980 à 1996

Município	1980		1991		1996	
	Pop.Total	% Microrregião	Pop.Total	% Microrregião	Pop.Total	% Microrregião
1 Florianópolis	187880	41,3	255390	40,6	271281	39,9
2 São José	87822	19,3	139493	22,2	151024	22,2
3 Palhoça	38023	8,4	68430	10,9	81176	11,9
4 Biguaçu	21441	4,7	34063	5,4	40047	5,9
5 Tijucas	14608	3,2	19650	3,1	20160	3,0
6 Sto Amaro da Imperatriz	11316	2,5	13392	2,1	14569	2,1
7 São Joao Batista	10693	2,4	12765	2,0	13637	2,0
8 Alfredo Wagner	9492	2,1	9795	1,6	9187	1,4
9 Nova Trento	9110	2,0	9122	1,4	9369	1,4
10 Garopaba	8238	1,8	9918	1,6	11718	1,7
11 Gov. Celso Ramos	7814	1,7	9629	1,5	10864	1,6
12 Canelinha	7156	1,6	8165	1,3	8209	1,2
13 Angelina	6669	1,5	6268	1,0	6051	0,9
14 Antônio Carlos	5412	1,2	5613	0,9	6007	0,9
15 Paulo Lopes	5490	1,2	5530	0,9	5589	0,8
16 Águas Mornas	4626	1,0	4611	0,7	4840	0,7
17 Anitapólis	4598	1,0	3564	0,6	3345	0,5
18 Leoberto Leal	4237	0,9	4268	0,7	4120	0,6
19 Major Gercino	3846	0,8	3785	0,6	3534	0,5
20 São Bonifácio	3534	0,8	3373	0,5	3109	0,5
21 Rancho Queimado	2514	0,6	2359	0,4	2443	0,4
22 São Pedro Alcântara(*)	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd
Total GRANFOLIS	454519	100,0	629183	100,0	680279	100,0
SANTA CATARINA	3628292	12,5	4542030	13,9	4875244	14,0

Fonte: Censo Demográfico- IBGE 1980/1991
 Contagem Populacional - IBGE 1996
 Elaboração do Autor

Na década de 90, observa-se um processo de conurbação, característica definida do processo de metropolização, acompanhada do processo de

verticalização. No final da década de 90, promulga-se a lei que institui regiões metropolitanas em Santa Catarina.

A Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS), passa a denominar-se Região Metropolitana de Florianópolis, resultado do processo da concentração populacional regional, que estabelece como mecanismo base o planejamento integrado através de planos, projetos e ações, que será elaborado a partir de um Conselho de Desenvolvimento.¹⁷

Podem ser apontados, também, como indicadores de impactos sócio-ambientais da Região Metropolitana de Florianópolis (RMF)¹⁸, a incipiente exploração do potencial turístico, a não-otimização do seu pólo de prestação de serviços, a deficiente oferta de infra-estrutura econômica, o baixo nível de competitividade industrial e os diferentes e insolúveis problemas do trânsito, fatores que são objeto de debates insistentemente veiculados pela imprensa local. Uma análise mais detida de cada uma dessas dimensões remete ao ordenamento territorial e ao meio ambiente, visto que não se pode deixar de articular:

a) o desenvolvimento do potencial turístico com a preservação do meio ambiente;

b) a otimização do pólo de prestação de serviços com a melhoria dos sistemas de transporte e telecomunicações;

c) a melhoria do sistema de transporte com um ordenamento territorial que garanta facilidades em termos de mobilidade das pessoas, das mercadorias e dos serviços;

d) a deficiência de infra-estruturas econômicas com a atual irracionalidade da forma de ocupação e uso do espaço metropolitano;

¹⁷ A Lei Complementar 162, de Janeiro de 1998, institui três Regiões Metropolitanas: Florianópolis, Vale do Itajaí e do Norte/Nordeste Catarinense. Os municípios sedes das RMs, serão respectivamente: Florianópolis, Blumenau e Joinville.

¹⁸ A Região Metropolitana de Florianópolis (a exemplo das outras duas) possuirá um núcleo metropolitano, que anteriormente poderia ser identificado como Aglomerado Urbano e a chamada área de Expansão Metropolitana, que seriam os municípios componentes da Associação e que não constituíam limite com a cidade sede: Florianópolis.

e) o baixo nível de competitividade industrial com as externalidades ofertadas;

f) as externalidades com a qualidade de vida¹⁹ e, portanto, com as condições ambientais.

Quanto à situação social, estudos anteriormente elaborados deixam claro as precárias condições de habitabilidade de parcelas significativas da comunidade metropolitana e os inadequados e preocupantes padrões de saúde. Sem desprezar outros condicionantes, tais características sociais da população estão também diretamente relacionadas ao tipo de ordenamento territorial e à qualidade do meio ambiente.

O problema central que se apresenta na RMF, no que refere ao meio ambiente, é a elevada degradação ambiental trazida pela baixa qualidade do serviço de saneamento e a ineficácia da gestão ambiental.

Pode-se apontar, ainda, como indicadores de impactos sócio-ambientais, no processo histórico de configuração espacial da RMF, concluiu-se pela sua não-sustentabilidade, apontando que o mesmo ocasionou a elevação dos preços dos terrenos nas áreas mais bem servidas em termos de infra-estruturas e equipamentos urbanos, relegando às populações de menor renda as áreas periféricas ou mesmo centrais, porém, desvalorizadas. Parcelas importantes dessas áreas correspondem às áreas de risco, significando precárias condições de habitabilidade, além de uma agressão ao meio ambiente natural. O resultado tem sido o comprometimento da qualidade de vida²⁰ da população e, via de regra, a degradação ambiental. Daí, a importância de um ordenamento territorial capaz de preservar a natureza, e de um conjunto de ações de caráter ambiental capaz de evitar a degradação do meio ambiente e de recuperar as áreas comprometidas.

¹⁹ As externalidades podem ser classificadas em positivas e negativas (ou deseconomias). As externalidades negativas impõe custos não compensadores para as pessoas, ou seja, o custo social ultrapassa o custo privado. Nas externalidades positivas o benefício social excede seu benefício privado, ou seja, atividade que o beneficia as pessoas que não pagam pelos benefícios.

²⁰ A noção de qualidade de vida envolve duas questões: a qualidade e democratização dos acessos as condições de preservação do homem e do meio ambiente. Sob esta dupla consideração entendeu-se que a qualidade de vida é a possibilidade de melhor redistribuição – e usufruto - da riqueza social e tecnológica aos cidadãos de uma comunidade; a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza, com menor grau de degradação e precariedade. (POLIS, 1999)

No que se refere aos transportes, os diagnósticos apontam a sua precariedade, sendo as principais causas a utilização inadequada das vias pelo transporte de carga, a infra-estrutura viária deficiente, o transporte público de passageiro ineficiente e a pouca fluidez do tráfego. Estas causas remetem, mais uma vez, ao ordenamento territorial que, ao definir densidades construtivas e localização das diversas atividades urbanas, determina o fluxo de pessoas e de veículos entre as diversas áreas da metrópole. Além disso, a implantação das recentes propostas na área de telecomunicações, significará a geração de fluxos de transportes qualitativamente diferenciados, o que requer, mais do que nunca, uma sintonia entre sistema de transportes e ordenamento territorial.

Não se pode ignorar, todavia, que a questão territorial é uma consequência das políticas que secundarizam o espaço social, em um mercado competitivo que beneficia o rendimento econômico-financeiro e desvaloriza a força de trabalho, pois uma das características do sistema capitalista é produzir novas formas de valorização e mercantilização da paisagem urbana.

3.3. A DIMENSÃO ESPACIAL – ASPECTOS DA CONCENTRAÇÃO URBANA CUMULATIVA

Como marco determinante da dimensão espacial ou geográfica, a abordagem do ecodesenvolvimento preconiza a desconcentração espacial da população e das atividades, estabelecendo um equilíbrio entre cidade e campo.

O processo de metropolização que tem seu início com o desenvolvimento urbano e cumulativo de Florianópolis, é marcante no período de 1986 à 1996, pela ampliação da densificação urbana e crescimento dos municípios limítrofes da capital do Estado- Florianópolis, pólo de irradiação e transbordamento derivado da urbanização recente. (vide Tabela 3.3)

Neste contexto verificam-se três características visíveis da chamada urbanização metropolizante na RMF. A primeira característica identifica-se com o processo de desmembramento e crise dos municípios menores da região. A

característica seguinte, toma-se perceptível como resultado da densificação e desestruturação das atividades agrícolas dos municípios ligados à região metropolitana.

A terceira característica, verifica-se com a chamada formação do Aglomerado Urbano de Florianópolis, vinculando os municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu, Palhoça, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos, Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas. Na realidade o chamado AUF, definido atualmente como núcleo metropolitano, cresce rapidamente e concentra a maioria da população no contexto regional (vide Tabela 3.4).

Tabela 3.3 - Participação Relativa População Urbana e Rural 1980 à 1996

Município	1980		1991		1996	
	% Pop. Urbana	% Pop. Rural	% Pop. Urbana	% Pop. Rural	% Pop. Urbana	% Pop. Rural
1 Palhoça	92	8	96	4	97	3
2 São José	91	9	92	8	91	9
3 Florianópolis	86	14	94	6	92	8
4 Biguaçu	75	25	83	17	88	12
5 Tijucas	62	38	73	27	77	23
6 Gov. Celso Ramos	56	44	78	22	72	28
7 São Joao Batista	55	45	65	35	66	34
8 Sto Amaro da Imperatriz	51	49	58	42	60	40
9 Canelinha	44	56	46	54	49	51
10 Nova Trento	39	61	57	43	62	38
11 Paulo Lopes	39	61	51	49	57	43
12 Garopaba	35	65	52	48	48	52
13 Rancho Queimado	33	67	40	60	44	56
14 Major Gercino	23	77	29	71	29	71
15 Alfredo Wagner	21	79	22	78	24	76
16 Águas Mornas	17	83	23	77	34	66
17 São Bonifácio	16	84	19	81	20	80
18 Antônio Carlos	14	86	17	83	20	80
19 Anitapólis	12	88	29	71	31	69
20 Angelina	9	91	12	88	13	87
21 Leoberto Leal	6	94	11	89	12	88
22 São Pedro Alcantara(*)	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd
Total GRANEPOLIS	74	26	84	16	84	16
SANTA CATARINA	59	41	71	29	73	27
BRASIL	68	32	76	24	78	22

Fonte: CENSOS DEMOGRÁFICOS - IBGE 1980/1991

Contagem Populacional - IBGE /1996

Em relação às centralidades, conceituadas tanto como local com densidades de empregos terciários e como espaço simbólico, a RMF assiste a uma mudança, embora falar em "gentrification" em grande escala ainda seja prematuro, pois nada se assemelha às megalópoles nacionais e internacionais. Essa tendência a metropolização revela o surgimento e agravamento de grandes problemas sociais, resultantes das elevadas densidades e de altas taxas de crescimento de futuras metrópoles. (IBAMA, 2000)

O processo de formação das metrópoles nacionais (São Paulo, Rio de Janeiro, etc.) e áreas metropolitanas derivadas de capitais regionais (caso de Florianópolis) integram um complexo padrão de divisão territorial do trabalho social entre campo e a cidade , assim como entre as cidades (FARIA,1991:103).

A concentração da maioria da população na RMF, principalmente em seu núcleo metropolitano (definido anteriormente como AUF o chamado aglomerado urbano) é retrato do processo de densificação, gerando o processo de conurbação. Pode-se dividir a RMF em duas áreas distintas: de um lado, os municípios do núcleo (Fpolis, São José, Biguaçu, Palhoça); do outro, os 18 municípios restantes. Estes são definidos como municípios de expansão metropolitana, o que, em última instância significa, criar mecanismos de reserva espacial condicionada para a urbanização de massas de trabalhadores urbanos e agrícolas. (Tabela 3.4).

Tabela 3.4 - Participação Relativa Municípios da Área Conurbada 1980 a 1996

	1980		1991		1996	
	Pop.Total	% Microregião	Pop.Total	% Microregião	Pop.Total	% Microregião
Biguaçu	21441	4,7	34063	5,4	40047	5,9
Florianópolis	187880	41,3	255390	40,6	271281	39,9
Palhoça	38023	8,4	68430	10,9	81176	11,9
São José	87822	19,3	139493	22,2	151024	22,2
Total Área Conurbada	335166	73,7	497376	79,1	543528	79,9
Total GRANFPOLIS	464519		629183		680279	

Fonte: IBGE- Censos Demográficos 1980/1991

Contagem Populacional 1996

Para VAN KEMPEN e MARCUSE (1997), as forças que moldam a estrutura interna das cidades podem ser agrupadas em 3 categorias gerais: 1) forças a nível supra - urbano; 2) forças internas e estruturais em relação ao padrão de distribuição intra - urbano, que obedecem à uma lógica comum em relação a pressões de mudanças internas e externas; 3) forças específicas a cada cidade em particular. CARDOSO e QUEIROZ RIBEIRO (1996) apontam as principais características dessas mudanças: desestabilização das antigas áreas industriais; criação de novas centralidades; transformação dos centros em áreas especializadas em serviços financeiros e atividades de controle e gestão; renovação residencial das áreas centrais ("**gentrification**"); polarização social extrema - também chamada de dualização (CASTELLS, 1989) entre elites e grupos empobrecidos, que compõem, em grande parte, os novos elementos do mercado de trabalho.

Esta dinâmica toma-se visível quando ocorre uma redistribuição espacial, que chamamos de "efeito transbordamento" e represamento. O primeiro efeito condiciona os limites do município a fatores geográficos e econômicos, tendencialmente ocorre o deslocamento da massa de migrantes para cidades vizinhas. O efeito represamento indica que mesmo que ocorra um crescimento populacional significativo, os indicadores determinam que a expansão ocorre somente quando a capacidade urbana da cidade, absorve o contingente de migrantes potenciais do campo. Exige, por conseguinte, políticas adequadas para acompanhar o aumento demográfico. A Tabela 3.5 é elucidativa no caso da RMF, no período recente: na medida em que ocorre a reestruturação econômica, define-se o reordenamento espacial da região.

Conforme MARTINE (1993:35) as questões sociais e ambientais terão grande significação quanto maior for a densidade econômica e demográfica. Desta forma os padrões de distribuição e redistribuição estariam condicionados à própria espacialização, verificando em que nível existe uma correlação entre atividades econômicas concentradas, questões sociais e ambientais resultantes do processo periférico de nova divisão do trabalho.

Tabela 3.5 - Percentual Migrantes Segundo Origem – 1996

Municípios	SC	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Centro-oeste	Países Estrangeiros
Biguaçu	78,87%	12,13%	5,01%	2,19%	1,06%	0,64%	0,10%
Florianópolis	40,63%	31,92%	16,48%	2,13%	1,84%	3,49%	2,87%
Palhoça	81,93%	10,64%	4,55%	0,71%	0,49%	0,80%	0,39%
São José	73,28%	14,84%	6,51%	2,01%	1,21%	1,37%	0,25%

Fonte: BIM - Base de Informações Municipais /IBGE - 1998

A metropolização define um crescimento extraordinário da estrutura de algumas cidades, multiplicando suas funções e tornando a vida social mais complexa, por via dos desdobramentos sócio-econômicos. Essa multiplicação das funções e atividades determina a própria dinâmica do crescimento populacional. A Tabela 3.6 demonstra o crescimento urbano das cidades do núcleo metropolitano e redução das cidades do núcleo de expansão, desta forma:

"A reestruturação econômica característica da cidade global também contribui para a dualização - desta vez espacial - pelos mecanismos do mercado fundiário e imobiliário, já que a concorrência entre os diversos usos possíveis do espaço leva à apropriação cada vez mais exclusiva dos espaços mais valorizados – procurados - bem atendidos, etc. pelas funções que forneçam o maior lucro ou que correspondam ao consumo de luxo." (PRETECEILLE, 1994:78).

O resultado definido no processo de concentração populacional pode ser identificado pela excessiva densidade demográfica que produzirá na década de noventa, resultante da concentração da infraestrutura de serviços públicos na capital do Estado; acessibilidade de bens e serviços, define um espaço sócio-espacial privilegiado no primeiro momento; no segundo, resultado do processo de densificação, agravam-se as chamadas deseconomias de escala, para manutenção desta concentração humana (Tabela 3.7).

Tabela 3.6 - Taxa de Crescimento Geométrico Anual 1980 à 1996

Municípios	1980-1991	1991-1996
1 Palhoça	5,46	3,53
2 Biguaçu	4,29	3,35
3 São José	4,27	1,63
4 Florianópolis	2,81	1,24
5 Tijucas	2,73	0,52
6 Gov. Celso Ramos	1,92	2,48
7 Garopaba	1,70	2,20
8 São Joao Batista	1,58	1,35
9 Sto Amaro da Imperatriz	1,49	1,73
10 Canelinha	1,10	0,11
11 Antônio Carlos	0,34	1,39
12 Alfredo Wagner	0,29	-1,29
13 Leoberto Leal	0,10	-0,72
14 Paulo Lopes	0,08	0,22
15 Aguas Momas	-0,02	1,00
16 Nova Trento	-0,04	0,54
17 Major Gercino	-0,12	-1,39
18 São Bonifácio	-0,40	-1,64
19 Angelina	-0,58	-0,29
20 Rancho Queimado	-0,63	0,71
21 Anitapólis	-2,27	-1,28
22 São Pedro Alcantara(*)	Nd	Nd
Total GRANFOPOLIS	3,00	1,57
SANTA CATARINA	2,05	1,42

FONTE: IBGE- Censo /1991/ Contagem Populacional 1996.

Tabela 3.7 - Densidade Demográfica Área Conurbada-1996

Municípios	População Total	Área Geográfica (km2)	Hab/Km2
Biguaçu	40047	303,0	132,2
Florianópolis	271281	437,0	620,8
Palhoça	81176	323,0	251,3
São José	151024	256	589,9
Total	543528	1319,0	412,1

Fonte: Contagem Populacional - IBGE -1996

Nas metrópoles do Terceiro Mundo sempre existiram contrastes fortes entre as elites locais e os pobres marginalizados e a pobreza visível aumentou, com o crescimento de favelados e sem - teto. Se já se pode afirmar o aumento dos sem - teto e dos favelados, não há ainda elementos que permitam afirmar o aumento da segregação, nem estabelecer relação causal entre segregação e globalização. A

dualidade sempre existiu. Talvez sua explicitação espacial esteja mais nítida, com shopping centers e condomínios fechados. Neste ponto, certos traços urbanos seguem a classificação de MARCUSE (1997): são cidadelas, enclaves e muitas vezes verdadeiros guetos, como algumas favelas.

O significado dos assentos periféricos no processo de metropolização latino americano não é diferenciado na RMF, onde o déficit habitacional reflete o caráter polarizado, através de uma segregação e fragmentação social e espacial (Tabela 3. 8).

Tabela 3.8 -Déficit Habitacional Urbano Estimado 1980à1996

Municípios	Déficit Estimado 1980	Déficit Estimado 1991	Déficit Estimado 1996
Águas Mornas	32	40	82
Alfredo Wagner	79	83	109
Angelina	125	128	140
Anitapólis	22	40	52
Antônio Carlos	30	38	60
Biguaçu	644	1089	1755
Canelinha	127	143	200
Florianópolis	6450	9247	12532
Garopaba	115	260	282
Gov. Celso Ramos	288	374	393
Leoberto Leal	11	19	25
Major Gercino	36	43	51
Nova Trento	144	202	291
Palhoça	1405	2534	3930
Paulo Lopes	87	109	159
Rancho Queimado	33	36	53
Sto Amaro da Imperatriz	232	296	439
São Bonifácio	23	25	32
São Joao Batista	236	318	447
São José	3186	4948	6883
São Pedro Alcantara(*)	nd	nd	nd
Tijucas	359	553	777
Total	13664	20525	28692

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família 1998

Embora não se possa definir um tamanho ótimo de cidade, esse processo indica que as externalidades provocadas pela concentração e metropolização começam a redesenha, na medida em que os problemas derivados da integração regional acabam por produzir efeitos perversos de marginalização social, devido a incapacidade das cidades ou metrópoles responderem ao processo acelerado de urbanização. O déficit habitacional é a ponta do iceberg, produzindo a formação dos guetos, favelas, ocupações de risco, etc.

Além da favela, onde a obtenção da terra se dá por invasão, há outras alternativas irregulares de provisão de moradia. Uma delas é a compra de lotes em loteamentos clandestinos, feitos em zonas inadequadas, sem a infra-estrutura necessária e sem a possibilidade de obter a documentação de propriedade. Tanto nas favelas como nos loteamentos clandestinos, a construção da casa também é feita de modo irregular. Há ainda os que habitam cômodos ou unidades precárias de aluguel, promovidas através da subdivisão ilegal de imóveis no centro da cidade ou da construção clandestina de imóveis para locação em lotes periféricos - os cortiços.

Esta característica é visível na RMF, através de levantamentos primários efetuados nos municípios que sofreram o processo de migração campo-cidade (êxodo rural) com maior intensidade, caso específico de Florianópolis, São José e Palhoça. No momento seguinte, observa-se uma migração intra-metropolitana derivada do processo de transbordamento. As chamadas áreas carentes refletem a dimensão do problema da pobreza urbana da Região Metropolitana (vide Tabelas 3.9; 3.10; 3.11 e 3.12).

Em relação aos processos de segregação - exclusão social - há fortes indícios de seu aprofundamento, no quadro de uma metrópole complexa, internacionalizada ou globalizada, onde ao lado de enormes mudanças tecnológicas - a serviço de alguns - observa-se a concentração da propriedade privada e a polarização crescente do ponto de vista social. Tal polarização se expressa nos níveis muito desiguais de renda, educação formal e qualificação profissional e se reflete de várias formas nos espaços da metrópole. Neles,

observa-se cada vez de forma mais acentuada a presença de espaços residenciais e comerciais exclusivos, a privatização de espaços públicos, com o "fechamento" de ruas e praças para garantir a segurança de setores da população ameaçados pelas "classes perigosas". Tal privatização dos espaços públicos pode ocorrer tanto em áreas centrais do município-sede, onde residem os maiores percentuais de famílias de alta renda, como em áreas menos segregadas e menos centrais, onde a presença acentuada da pobreza constitui uma ameaça às famílias de "renda média" que, muitas vezes, "expulsas" das áreas centrais, devido a valores imobiliários incompatíveis com seus salários, reproduzem nos novos locais de residência os processos vigentes nas áreas mais valorizadas (BÓGUS e TASCHNER, 1994).

Tabela 3.9 - Relação de Áreas Carentes São José

	Áreas Denominação	Famílias	Habitantes
1	Procasa (Chico Mendes)	617	2653
2	Vila Formosa	268	1152
3	José Nitro (Cohab)	221	955
4	Terras do Ipesc	79	340
5	Loteamento Luar	25	108
6	Dona Vanda	28	120
7	Los Angeles	150	645
8	Cova da Onça	203	873
9	Solimar	239	1028
10	Boa Esperança	79	340
11	Santo Antonio	44	189
12	Dona Adélia/Catarina I/II	41	176
13	Pedregal	270	1161
14	Flor de Napolis	59	254
15	Morro do Avai	132	567
16	Metropolitano	565	2429
17	Boa Vista	196	843
18	Zanelato	104	447
19	Goiabal	80	344
20	Lot. Los Angeles (Desm.)	20	80
21	Dona Ivone	32	120
22	São Geraldo / Outros	56	241
23	Terras da Marinha	30	120
24	Outros	92	396
	Total Áreas Carentes	3630	15581

Fonte: Secretária da Habitação - PM São José 1999

Esse processo pode ser, também, inserido no contexto que MARCUSE (1997) denomina de "cidadela", a qual serve para designar os grandes condomínios cercados, de casas e apartamentos, em que guardas particulares e sistemas *high-tech* de segurança, buscam garantir que os mais pobres e menos poderosos fiquem "de fora" da vizinhança.

Tabela 3.10 - Relação de Áreas Carentes Palhoça

	Denominação	Famílias	Habitantes
1	Vila Nova /Loteamento Clarisse	138	593
2	Loteamento Dona Julia (Fundos)	32	120
3	Rio Grande	125	537
4	Travessa Roberto Sell	33	120
5	Patural	39	598
6	Joao Born	27	116
7	Ervino Sheidt/Rodolfo Sheidt	30	120
8	Patural/Lot. Bel Mar	94	404
9	Outros *	2200	9460
	Total Áreas Carentes	2718	12068

Fonte: Prefeitura de Palhoça - Secretaria de Habitação e Meio Ambiente

(*) Loteamentos Clandestinos

Dentre as "cidadelas" detectadas, pode-se perceber algumas habitadas por aqueles que estão no "topo" em termos de poder econômico e político. Outras, no entanto, são ocupadas por famílias "bem sucedidas", que embora não estejam no topo da escala social, sentem-se vulneráveis em relação aos mais pobres, em cuja proximidade residem e dais quais querem manter-se longe. A este segundo tipo, MARCUSE(1997:247) denomina de "*exclusionary enclaves*".

Considerando-se o quadro mais amplo dos debates teóricos recentes que colocam a necessidade de rever o modelo de dualização da estrutura sócio-espacial, para o caso das metrópoles brasileiras (vide LAGO;1996), cabem aqui algumas observações a partir da análise dos dados.

O diagnóstico aponta para a presença da pobreza em todo o espaço metropolitano o que indicaria uma estrutura espacial não dual, com o aumento relativo das camadas médias nas áreas periféricas. Entretanto, dados para a RMF

apontam, também, e com força relativa considerável, para a existência de espaços polarizados, onde a presença, seja da população de alta renda e alta qualificação profissional, seja de população de baixa renda e precária qualificação para o trabalho, é pouco permeada por elementos de outras camadas sociais. É neste contexto que, segundo LAGO (1996:3), *"emergem novas modalidades de segregação sócio-espacial baseadas na exclusividade residencial e comercial, tanto nas áreas centrais quanto nas periféricas"*.

Tabela 3.11 - Relação de Áreas Carentes Área Conurbada - Florianópolis (Ilha)

	Áreas Denominação	Data da Ocupação/Adensamento	Famílias	Habitantes
1	Morro do Mocotó	1900	619	2662
2	Morro da Mariquinha	1920	678	2915
3	Mont Serrat	1860/1950 Adensamento	866	3638
4	Rua Laudelina da Cruz Lima	1967	30	126
5	Santa Clara	1960/1970	81	349
6	Servidão Beretta	1930	269	1155
7	Rua José Boiteux	1950	67	288
8	Rua Angelo Laporta e Adjacências	1940/1950	62	261
9	Morro do Céu	1940	43	115
10	Morro do Vinte e Cinco/Nova Trento	1907/1970	277	1190
11	Morro do Pedregal	1989	116	522
12	Morro do Horácio	1970	669	2876
13	Vila Santa Rosa	1967	126	630
14	Morro da Penitenciária	1967	607	2731
15	Serrinha I	1967	106	477
16	Serrinha II	1987	60	258
17	Morro da Queimada	1950/1980	257	1105
18	Caieira da Vila Operária	1940	167	718
19	Carvoeira	1975	75	323
20	Pantanal	1986	34	146
21	Costeira do Pirajubaé/ Rio Tavares	1880/1970 e 1980	2863	12311
22	Morro do Quilombo	1976	146	628
23	Morro do Atanásio	1970	68	292
24	Morro do Vино/ Morro do Cajú	1984	120	516
25	Morro do Balão	1980	62	266
26	Morro do Janga	1986	120	506
27	Areias do Campeche (Campeche)	1980	228	1006
28	Rua Adão dos Reis (Ingleses)	1985	50	215
29	Rua do Siri (Ingleses)	1984	99	426
Total Áreas Ilha			8966	38651

Fonte: IPUF/Perfil Áreas Carentes - Estimativa do Autor

Tabela 3.12 - Relação de Áreas Carentes Área Conurbada - Florianópolis (Continente e Ilha)

	Áreas Denominação	Data da Ocupação/Adensamento	Famílias	Habitantes
30	Porta do Leal	1980	92	386
31	Morro da Caixa I/II	1930/1970	1350	5375
32	Jardim Ilha Continente	1983	308	1248
33	Via Expressa	1970/1980	550	3825
34	Vila Aparecida I	1954	320	1375
35	Vila Aparecida II	1960/1970	255	1096
36	Morro do Arranha Céu	1965	210	903
37	Morro do Flamengo	1966/1970	146	628
38	Novo Horizonte	1989	318	1421
39	Chico Mendes	1989	1100	4330
40	Santa Glória	1975	612	2632
41	Nova Esperança	1992	98	442
42	Santa Terezinha I	1970	225	967
43	Santa Terezinha II	1986	102	510
44	Monte Cristo	1976	510	2193
45	Baixada do Sapé	1981	62	267
46	Nossa Senhora do Rosário	1950	74	318
Total Áreas Continente			6332	27916
Total Áreas Carentes Ilha/Continente			15297	66567

Fonte: IPUF/Perfil Áreas Carentes - Estimativa do Autor

Nas cidades brasileiras e latino americanas, os enclaves urbanos, denotam formas precárias e deterioradas de habitação, assentamentos populares autoconstruídos (favelas, vilas misérias, acampamentos), em casos extremos os sem-teto, que transformaram-se em moradores de rua.

O total aproximado de pessoas vivendo em áreas carentes dos municípios da região metropolitana, apesar de uma carência sistemática de dados, indicam que aproximadamente 14% da população do núcleo metropolitano vive em condições que apresentam carências materiais de habitação e oferta de serviços públicos.

Entretanto, se de um lado pode-se falar da existência de espaços quase exclusivos para as categorias superiores/inferiores na escala social, por outro lado detecta-se a diversificação da estrutura social e redistribuição no espaço urbano, particularmente das camadas de renda média.

Tais camadas buscam, em geral, localizar-se em áreas próximas ou habitadas por população de alta renda onde seu peso relativo é importante,

estando também dispersas - como foi apontado - por toda região metropolitana, criando espaços sociais mistos ou de estruturação social mais complexa.

3.4. A DIMENSÃO AMBIENTAL – REVELANDO A INSUSTENTABILIDADE DA METROPOLIZAÇÃO

Por sustentabilidade ambiental, entende-se o equilíbrio dos ciclos ecológicos dos ecossistemas e, no caso específico do ecossistema urbano, o problema consiste na concentração espacial, por falta de monitoramento da gestão dos recursos naturais.

De acordo com MONTIBELLER(1999), os indicadores de sustentabilidade apresentam limites na medida que indicam somente os fatores sócio-econômicos. A tentativa de superação do determinismo econômico ou visão economicista começa a ser difundida em 1990, pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - através do lançamento do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano²¹, sendo as dimensões observadas para sua formação: renda, longevidade e educação. Recentemente o PNUD, em seu RDH –2000 (Relatório de Desenvolvimento Humano-2000), ampliou o conceito de desenvolvimento humano, através da elaboração do chamado IPH – Índice de Pobreza Humana ²² (IPH1 – para países em desenvolvimento e IPH2 – para países desenvolvidos), a

²¹ A definição usual da construção deste Índice apresenta as seguintes etapas: a) escolha dos indicadores, agrupamento dos indicadores em blocos ;b) transformação dos indicadores em índices que variam entre zero e um, ou seja, quanto mais próximo de zero pior o indicador e mais próximo de um , melhor o indicador. No momento seguinte o índice pode ser definido de forma clara:

$$\text{ÍNDICE} = (\text{Valor observado para o indicador} - \text{pior valor}) / (\text{melhor valor} - \text{pior valor})$$

²² Índice de Pobreza Humana para países em desenvolvimento (IPH-1), considera os seguintes indicadores: Longevidade (pessoas que não devem ultrapassar os 40 anos); Educação (Taxa de Analfabetismo de Adultos); Nível de Vida Digna (porcentagem de pessoas sem acesso a água potável, porcentagem de pessoas sem acesso a saúde, porcentagem de crianças menores de cinco anos com peso insuficiente). O IPH-2 considera variáveis idênticas, apenas com limites diferenciados para os países industrializados, Longevidade (pessoas que não devem ultrapassar os 60 anos); Educação (taxa de analfabetismo funcional de adultos); Nível de Vida Digna (porcentagem de pessoas que vivem abaixo da linha de privação de rendimento (50% do rendimento disponível médio das famílias), Participação e Exclusão (Taxa de Desemprego de longo prazo (12 anos ou mais).

diferença está na composição das variáveis componentes do índice. Quanto ao chamado Índice de Condições de Vida(ICV), este agrega renda , educação, Infância , habitação, longevidade. Porém, apesar de avanços metodológicos no nível de variáveis consideradas, todos sem exceção desconsideram indicadores da questão ambiental no dimensionamento da problemática do desenvolvimento humano.²³ Portanto, mesmo que admitam construir um indicador com uma concepção inovadora, desconsideram a questão ambiental. Finalmente, a construção dos índices admite certo nível de arbitrariedade no que tange à ponderação, tendo assim um viés normativo.

Na produção dos índices , a escolha de indicadores ambientais vem sendo ampliada a cada dia, mas o grande problema é que todos sem exceção desconsideram as realidades locais, na tentativa de elencar o melhor e o pior , homogeneizando o resultado. Desta forma, deveria-se criar mecanismos de gestão ambiental efetivos para acompanhar todos os fluxos do ecossistema metropolitano, definindo indicadores de qualidade de vida , de qualidade ambiental e qualidade do desenvolvimento.

Por outro lado, a negligencia de aspectos vinculados à qualidade do meio ambiente partindo da percepção humana, decorre da dificuldade em definir e quantificar variáveis de complexa interpretação.

O Centro de Estudos de Cultura e Cidadania elaborou em março de 1999, uma proposta para construção de indicadores sócio-ambientais de qualidade de vida em Florianópolis. Porém em 1994, propunha como recomendação geral a implantação de políticas coordenadas pelos municípios da área metropolitana em áreas como urbanismo, infra-estrutura , saneamento, lixo e meio ambiente. Logo, o ideal seria definir um enfoque metropolitano para os indicadores de qualidade de vida, em conjunto, pelos municípios da metrópole, visto que a capacidade sinérgica dos municípios do núcleo metropolitano ultrapassa as fronteiras municipais.

²³ Em suas notas explicativas, a equipe formuladora dos cálculos do IDII indica dois elementos importantes que demonstram problemas com relação a idéia do desenvolvimento; a) aposta na qualidade do crescimento e b) admite a sustentabilidade como aspecto fundamental, porém não relacionando apenas ao meio ambiente, mas aspectos institucionais, culturais e sociais e políticos. Finalmente

A formação de um Índice de Desenvolvimento Social e Ambiental , conforme proposta por MONTIBELLER (1999: 121) é mais uma tentativa de extrapolar a falta de índices mensuráveis , buscando homogeneizar o procedimento de cálculo que leva em consideração indicadores expressivos, no caso: Índice de Consumo de Água, Índice de Áreas Protegidas . Todavia falta considerar a questão do saneamento básico, item importante na medida em que é um indicador da hídrica , derivada do lançamento de esgotamento sanitário nos rios e nas bacias que banham a região .

A definição de alguns indicadores de comprometimento da questão ambiental passa pela questão da produção de resíduos sólidos e líquidos e sua conseqüente destinação. O caso da RMF é sintomático da falta de percepção governamental (aliada a carência de recursos e vontade política) e social diante do problema, explicitados em duas questões objetivas das grandes metrópoles : a destinação do lixo produzido e o saneamento básico (água e esgoto).

No caso dos resíduos sólidos a RMF, sequer atende as condições mínimas para implantação dos chamados "aterros sanitários", na medida em que todos não apresentam o licenciamento (EIA/ RIMA).

O município de Florianópolis "acabou" com seu problema transferindo-o (por conta da terceirização do recolhimento e destinação final do lixo urbano) para a setor privado. O resultado é a deposição do lixo urbano de Florianópolis, Porto Belo, Biguaçu e outros municípios de menor porte que contratam determinada empresa "especializada" , em área sujeita a inundação e contaminação do lençol freático, subdimensionada com relação a quantidade diária produzida.

No município de São José, o depósito de lixo não cumpre sequer as condições mínimas exigidas, localizando-se próximo ao leito do Rio Forquilhas em Santa Teresa que é um dos afluentes da Baía Sul no Continente e acaba desembocando no manguezal de Palhoça. Este apresenta problema semelhante , depositando seus resíduos em terrenos irregulares e subdimensionados, sem a devida autorização de instituição ambiental competente.

As tabelas 3.13 e 3.14 indicam um crescimento da produção de resíduos em níveis superiores ao crescimento populacional no período, na medida em que as metrópoles tendem a incorporar um padrão de produção e consumo urbanizados e importados, permitindo o consumo e a produção de bens posicionais, derivados de estilos de vida importados e de um modo de produção e consumo de bens supérfluos (SACHS,1986). As instituições admitem uma produção média de resíduos sólidos por dia, resultando em mais um indicador de agravamento da questão ambiental.

Tabela 3.13- Total de Resíduos Sólidos em Toneladas 1980 à 1996

Municípios	1980	1991	% Crescimento	1996	% Crescimento
Biguaçu	15	24	60	28	17
Florianópolis	131	178	36	190	7
Palhoça	27	48	78	57	19
São José	61	98	61	106	8
Total	234	348	49	381	9

Fonte: FATMA –1999

Tabela 3.14- População Atendida com Esgoto no Núcleo Metropolitano

Municípios	Pop. Urb. Total 1996	População Atendida	Nível de Atendimento (%)
Biguaçu	35110	0	0,0
Florianópolis	250657	116430	46,4
Palhoça	78610	1348	1,7
São José	137659	15189	11,0
Total	502036	132967	26,5

Fonte: CASAN – Indicadores Casan /2000

De acordo com estudos arqueológicos, a riqueza ambiental da RMF é desfrutada há, pelo menos, 4.500 anos pelo homem (ROHR, 1977). Tais estudos atestam o vasto uso e a ocupação de locais para o aproveitamento de recursos faunísticos (moluscos, peixes, mamíferos e aves) de vários ambientes, por indígenas ao longo de sucessivas gerações, para a alimentação e o fabrico de utensílios. Entretanto, é a partir da efetiva colonização da Ilha (meados do século XVIII), que esses recursos vão começar a sofrer os maiores impactos,

principalmente através da atividade agrícola, da exploração de madeira e da caça indiscriminada (OLÍMPIO, 1998).

CARUSO (1990) revela que, em função dessas atividades econômicas, cerca de 76,1% da área de cobertura vegetal da Ilha foi desmatada (87,8% das florestas, 26,1% dos manguezais e 22,4% das restingas). OLÍMPIO (1998) constatou que, aliado a esse processo, devido à destruição de habitats e à caça indiscriminada, uma série de espécies da fauna foram extintas na Ilha. Animais como o bugio, a anta, a capivara, o puma, a onça, a jaguatirica, os gatos-do-mato, os porcos cateto e queixada e pelo menos 3 a 4 espécies de veados não são mais encontradas. Trata-se, pois, de uma perda significativa de biodiversidade, considerando o estudo de apenas um grupo faunístico (mamíferos), em 250 anos, aproximadamente, de ocupação dita civilizatória. (OLÍMPIO, 1998).

A baixa fertilidade dos solos e a grande declividade de muitas áreas que acentuam o problema da erosão, aliadas às práticas rudimentares de cultivo que não conservam a terra, contribuíram para que, sucessivamente, novas áreas fossem desmatadas, dando lugar a novas "roças", devido ao rápido abandono da terra enfraquecida. Segundo OLÍMPIO (1998), com o declínio da agricultura na Ilha, as florestas iniciaram um lento processo de regeneração espontânea, recuperando em muito suas áreas originais. Entretanto, hoje, a principal ameaça às florestas é a expansão urbana acelerada, mais danosa, por representar uma ocupação definitiva dos ambientes. Assim, os limites impostos pela fragilidade do ambiente insular devem ser seriamente considerados sob pena de se alcançar um quadro futuro irreversível de degradação ambiental e, portanto, de deterioração da qualidade de vida na Ilha de Santa Catarina.

Ainda de acordo com OLÍMPIO (1998), a RMF apresenta no seu núcleo metropolitano um processo de urbanização gritante, determinando um completo desaparecimento das atividades ligadas ao setor primário, possuindo atualmente apenas 2,96% de sua força produtiva vinculada a este setor. Esta baixa representatividade está relacionada à valorização das terras devido à atividade turística e à especulação imobiliária, o que reduz o espaço para a agropecuária (atividade que ocupava, em 1985, apenas 26% da área do município). A maior

parte desta força de trabalho (do setor primário) está alocada na pesca. Portanto, o flagrante declínio da agricultura e da pecuária, na Ilha, representa o abandono generalizado das terras para este fim, o que proporcionou a regeneração espontânea da vegetação que se encontra hoje em diferentes estágios. Frente a esta realidade, é possível mesmo afirmar que a Ilha possui hoje mais floresta "em pé", do que no período em que a agropecuária estava no seu auge. Entretanto, sabe-se que esta atual "floresta em pé" está longe de ser a mesma, em termos de diversidade e estrutura, que a encontrada pelos primeiros colonizadores (OLÍMPIO, 1998).

Pode-se afirmar que, atualmente, a principal ameaça à Mata Atlântica na Ilha é a expansão urbana, uma vez que as "derrubadas" e "queimadas" para a abertura de pequenas roças, são pouco expressivas. Aliada à esta crescente expansão urbana, cada vez mais marcante nos bairros periféricos, na forma de loteamentos e ocupações ilegais ou não, encontra-se, também, o problema da exploração mineral, representada, basicamente, pela exploração de "barreiras" (extração de argila) e de pedreiras (granito).

A exploração ilegal do granito se dá em várias encostas da Ilha, principalmente no Saco Grande II, em pontos isolados e quase sempre escondidos. São conhecidos como "pica-paus". Estes pontos de retirada de pedras, além de causarem prejuízo direto à vegetação, indiretamente acabam por criar "condições" para ocupação ilegal e desordenada das encostas, sem o mínimo de infra-estrutura urbana, dada as estradas e desmatamentos feitos para a exploração das pedras. No bairro do Rio Tavares, igualmente, segundo OLÍMPIO (1998), ocorre a exploração legal, mas não menos impactante do granito, que também avança sobre a vegetação secundária da Mata Atlântica em adiantado estado de regeneração (OLÍMPIO, 1998).

A dimensão ambiental requer um monitoramento constante, através de um gestão dos recursos naturais no ecossistema urbano, mas o que se observa na RMF é uma completa carência de indicadores que possam demonstrar o estágio atual das condições naturais e processo de transformações que ocorreram no período de análise.

3.5. DIMENSÃO SOCIAL - DESIGUALDADES E EXCLUSÃO SOCIAL

Neste componente de sustentabilidade , a dimensão social estabelece as questões relacionadas à redução das desigualdades sociais. Desta forma, alguns fatores são determinantes para o chamado fenômeno da desigualdade e exclusão social.

Os condicionantes gerais que implicam a sustentabilidade social derivam de elementos complexos e multifacetados da realidade brasileira. As políticas públicas devem considerar: a redução ou aumento da renda, concentração e distribuição para as pessoas ou famílias em determinada região ou localidade, definindo o nível de endogeneização ou capacidade de articulação de desenvolvimento local, bem como os fatores de caráter demográfico (composição familiar , com preponderância de crianças e pessoas idosas) combinados com fatores de utilização da força de trabalho, situação educacional, situação habitacional, violência e segurança pública, condições de saúde , formalidade e informalidade do emprego, taxa de desemprego, etc. Este conjunto de fatores destacam-se com prioritários para determinação das desigualdades e exclusões no contexto metropolitano (MMA, 2000:23) .

As características peculiares da RMF anteriormente definidas, produzem um novo paradoxo , na medida em que a sua potencialidade associa-se no momento atual a redução das atividades estatais. A eliminação de postos de trabalho e renda, derivados dos condicionantes macroeconômicos , ampliam os limites da precariedade e informalidade do trabalho e renda no núcleo metropolitano.²⁴

A definição da estrutura distributiva de emprego e renda esta vinculada à lógica determinante das políticas macroeconômicas adotadas nacionalmente.

²⁴ Conforme DUPAS (apud ROGERS,1995) os problemas de crescimento dos sem-teto e da pobreza urbana, associado ao desemprego de longo prazo, a falta de empregos as minorias, a crescente precariedade dos empregos e dificuldade dos jovens em ingressar no mercado de trabalho definem os níveis de exclusão no contexto urbano. Logo a exclusão social é multidimensional.

Porém o nível de especialização e potencialidades regionais mantêm uma relação direta ou indireta com as taxas de crescimento da renda e emprego. A tabela 3.15 evidencia três momentos da distribuição setorial dos empregos nos municípios do núcleo metropolitano e da RMF.

As características da RMF que mantêm nos serviços e comércio suas atividades preponderantes, são verificadas no período de 1986 à 1996. A participação crescente do setor serviços, que passa de 73% para 80% no contexto metropolitano, contrasta com a redução das atividades de indústria, comércio e agricultura.

A atividade serviços toma-se influente e crescente no contexto da RMF. Portanto: qual a contribuição da chamada administração pública ou serviços públicos na formação do nível geral de empregos do setor serviços?

Tabela 3. 15- Distribuição Setorial Emprego

1996										
	Biguaçu	% Part.	Florianópolis	% Part.	Palhoça	% Part.	São José	% Part.	RMF	% Part.
Indústria	1313	45,6	14273	9,1	1776	38,5	7840	32,4	25921	13,6
Comercio	546	19,0	15115	9,6	979	21,2	7061	29,2	24167	12,7
Serviços	1007	35,0	126961	80,9	1721	37,3	8983	37,1	139213	73,1
Agricultura	11	0,4	569	0,4	139	3,0	319	1,3	1069	0,6
Total	2877	100,0	156918	100,0	4615	100,0	24203	100,0	190370	100,0
1991										
	Biguaçu	% Part.	Florianópolis	% Part.	Palhoça	% Part.	São José	% Part.	RMF	% Part.
Indústria	1289	48,3	10744	7,6	1390	38,5	5989	28,7	20226	11,8
Comercio	378	14,2	10982	7,7	565	15,6	5054	24,2	17338	10,1
Serviços	994	37,3	119229	84,1	1592	44,0	9789	46,9	133596	77,6
Agricultura	6	0,2	789	0,6	68	1,9	46	0,2	944	0,5
Total	2667	100,0	141744	100,0	3615	100,0	20878	100,0	172104	100,0
1986										
	Biguaçu	% Part.	Florianópolis	% Part.	Palhoça	% Part.	São José	% Part.	RMF	% Part.
Indústria	1261	53,1	11266	6,9	1055	38,7	3970	24,6	18102	9,6
Comercio	279	11,7	11935	7,3	337	12,4	4758	29,5	17510	9,3
Serviços	835	35,1	139362	85,0	1286	47,2	7231	44,9	151565	80,2
Agricultura	2	0,1	1436	0,9	45	1,7	151	0,9	1777	0,9
Total	2377	100,0	163999	100,0	2723	100,0	16110	100,0	189954	100,0

Fonte: Caged/ RAIS- MTb 1986/1991/1996

Admitindo-se uma redução da participação do Estado em atividades infra-estruturais, implementadas pelos ditames do neoliberalismo (flexibilização,

desregulação e desestatização), teríamos elementos preocupantes na definição do processo de endogenia da RMF (capacidade da metrópole regional produzir um crescimento cumulativo), visto que uma pequena redução pode ser percebida no núcleo metropolitano. (Tabela 3.16).

Tabela 3.16 - Participação Relativa do Emprego Adm. Pública no Setor Serviços 1986 à 1996.

Municípios	1986			1991			1996		
	Serviços	Adm. Pública	% Part.	Serviços	Adm. Pública	% Part.	Serviços	Adm. Pública	% Part.
Biguaçu	835	341	40,8	994	460	46,3	1007	380	37,7
Florianópolis	139362	92254	66,2	119229	71494	60,0	126961	76190	60,0
Palhoça	1286	572	44,5	1592	617	38,8	1721	838	48,7
São José	7231	601	8,3	9789	986	10,1	8983	1310	14,6
Total	148714	93768	63,1	131604	73557	55,9	138672	78718	56,8

Fonte: CAGED/ RAIS - 1986/1991/1996

Exclusão, desigualdade e pobreza se distinguem, conceitualmente, de modo que, antes de tudo, é necessário esclarecer os termos, pois, como diz NASCIMENTO (1994:30) "o senso comum tende a confundir os diversos termos que estruturam o tema das iniquidades".

"O conceito de desigualdade social refere-se à distribuição diferenciada, numa escala de mais a menos, das riquezas produzidas ou apropriadas por uma determinada sociedade, entre os seus participantes. Pobreza, por sua vez, significa a situação em que se encontram membros de uma determinada sociedade despossuídos de recursos suficientes para viver dignamente, ou que não têm condições mínimas para suprir as suas necessidades básicas. Vida digna e necessidades básicas constituem, sempre, definições sociais e históricas, variando, portanto, no tempo e no espaço. (...) Os conceitos de desigualdade e pobreza são diferentes entre si e igualmente distintos do de exclusão social. O conceito de exclusão social está mais próximo, como oposição, ao de coesão social, ou, como sinal de ruptura, do de vínculo social. Por similitude, encontra-se próximo, também, do conceito de estigma e mesmo, embora menor, do de desvio." (MARMMARELLA, 1998: 04)

Analisando as diferentes concepções do termo exclusão, NASCIMENTO (1994:31), delimita três interpretações do ponto de vista sociológico. O primeiro parte de uma concepção genérica: o excluído é aquele que sofre o processo social de não reconhecimento como outro. Ou seja, é aquele a quem socialmente é negado o "ser alteridade"; é o rejeitado; é o que sofre a intolerância. Tendo rompido os vínculos societários, os excluídos desenvolvem vínculos comunitários particulares como forma de sobrevivência social. *"Embora não estejam formalmente excluídos de direitos, suas diferenças não são aceitas e, por vezes, não são toleradas. Confundem-se, assim, com os grupos de estigma e/ou de desvio"* (NASCIMENTO, 1994:31).

No segundo sentido, *"o não reconhecimento se traduz numa clara exclusão de direitos"*. É uma concepção que está diretamente relacionada à não integração efetiva dos sujeitos ao mundo do trabalho, sendo expulsos de forma parcial ou total, de seus direitos. Com isto, são-lhe impossibilitadas as condições mínimas de sobrevivência.

A terceira interpretação que o termo exclusão assume diz respeito ao que tem sido convencionado denominar de "nova exclusão". Está referida aos grupos sociais que "não têm direito a ter direitos". Na interpretação de NASCIMENTO: *"Sem serem reconhecidos como semelhantes, a tendência é expulsá-los da órbita da humanidade. Passam, assim, a ser objeto de extermínio"* (NASCIMENTO, 1994:32).

Enfocando a problemática urbana da exclusão, GONZÁLEZ e ESPÁRCIA (1992) mostram que os principais problemas a que estão sujeitas as populações urbanas advém da combinação de diversos fatores, dentre os quais destacam-se a obtenção de renda, a educação e a moradia (incluída a infra-estrutura sanitária). O não acesso a essas três condições mínimas, para uma qualidade de vida urbana que não fique restrita à manutenção da vida orgânica, pela satisfação das necessidades alimentares e nutricionais elementares, constituem-se em fatores preponderantes de sustentação da exclusão social.

Com efeito, o primeiro elemento característico da exclusão está relacionado aos postos de trabalho. A RMF apresenta um índice de desemprego potencial elevado, além de apresentar alta concentração dos empregos formais no chamado setor serviços e comércio (destacando a Administração Pública), conforme tabelas anteriores. A definição da taxa de desemprego (apesar dos critérios diferenciados utilizados pela FIBGE e SEADE/DIEESE), tendencialmente, quanto mais elevada for, maior será o nível de relações de trabalho precárias e informais, principalmente no contexto urbano e metropolitano.

Neste contexto, a propalada estabilidade da economia catarinense, regionalmente bem distribuída pode ofuscar elementos gritantes do modelo econômico vigente. Um cálculo do nível de desemprego potencial médio, evidencia um desequilíbrio entre a distribuição do emprego formal, principalmente dos municípios do núcleo metropolitano, demonstrando a polaridade de Florianópolis em relação aos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu. Como 98% do emprego formal concentra-se no núcleo metropolitano, uma taxa de desemprego potencial crescente evidencia o crescimento de atividades informais, conforme tabela 3.17.

Tabela 3.17 - Desocupação Potencial Núcleo Metropolitano

Municípios	1991			1996		
	PEA Estimada	EMPREGOS	Desemprego Potencial	PEA Estimada	EMPREGOS	Desemprego Potencial
Biguaçu	9210	2989	67,5	10828	3904	63,9
Florianópolis	69057	79489	+15,1	73354	83790	+14,2
Palhoça	18503	3912	78,9	21959	6073	72,3
São José	37718	22316	40,8	40836	26522	35,1
Total	134488	108706	19,2	146977	120289	18,1

Fonte: CAGED/ RAIS - Mtb - 1991/1996

A renda é uma das medidas das desigualdades sociais que define o nível de vida considerado aceitável para a população de uma determinada sociedade.

Levando em consideração os parâmetros clássicos para definição da pobreza, um chefe de família com renda de até dois salários mínimos estaria situado abaixo da linha de pobreza (PANORAMA, 1996).

Nesse patamar de pobreza, a partir dos dados do IBGE, verifica-se que, dadas as condições de pobreza ou de extrema pobreza em que vivem grande número de indivíduos e de famílias, poucas são, para estes, as possibilidades de virem a usufruir de uma qualidade de vida em patamares aceitáveis dentro dos parâmetros de qualidade de vida saudável, ou seja, indo além da manutenção da vida orgânica pela satisfação das necessidades alimentares e nutricionais elementares. Nessa condição, e pelas faltas de alternativas que a sociedade oferece, à medida que a pobreza se intensifica as pessoas ou os grupos sociais mais afetados vão, paulatinamente, perdendo os referenciais de cidadania (MARMARELLA, 1998).

No contexto da RMF, verifica-se a dimensão dos limites de pobreza através da distribuição dos níveis salariais e as frequências relativas no período de 1986 à 1996. Considerando-se o índice de Gini, uma das principais medidas de desigualdade²⁵, tem-se uma média superior à estadual (0,56) e idêntica à média nacional (0,65 aproximadamente) para os períodos analisados, com um grau de variação limitado. Considerando-se o problema dos limites da pobreza, o correto seria estabelecer uma relação entre a chamada cesta básica de consumo e o salário médio. Na tabela 3.18, verifica-se uma concentração da distribuição relativa de trabalhadores por faixas salariais no período analisado, em limites inferiores para a RMF. Considerando como limite superior 3 SM, temos uma participação de 40,7% em 1986, 31,6% em 1991 e 32,19% no ano de 1996.

²⁵ O índice de Gini indica o grau de concentração da renda. Quanto mais próximo de zero menos concentrada estará a renda entre as classes. A proximidade do índice 1 (um) indica alto grau de concentração da renda.

Tabela 3.18 - Número de Trabalhadores e Faixas Salariais Microrregião de Fpolis - 1986 à 1996

Faixas Salariais	Total de trabalhadores			Participação Relativa					
	1986	1991	1996	1986	Part. Acum.	1991	Part. Acum.	1996	Part. Acum.
Até 0,5 SM	572	119	228	0,30	0,30	0,07	0,07	0,12	0,12
0,51 à 1,00 SM	6719	2683	2488	3,54	3,84	1,47	1,54	1,29	1,41
1,01 à 2,00 SM	36671	23663	21991	19,31	23,15	13,00	14,54	11,44	12,85
2,01 à 3,00 SM	33463	31049	37165	17,62	40,77	17,06	31,60	19,34	32,19
3,01 à 4,00 SM	27723	17202	29381	14,59	55,36	9,45	41,05	14,77	46,96
4,01 à 5,00 SM	16887	14278	21801	8,89	64,25	7,85	48,90	11,34	58,30
5,01 à 7,00 SM	21134	26897	26503	11,13	75,38	14,78	63,68	13,79	72,09
7,01 à 10,00 SM	18100	23983	19641	9,53	84,91	13,18	76,86	10,22	82,31
10,01 à 15,00 SM	12327	18042	13373	6,49	91,40	9,91	86,77	6,97	89,28
15,01 à 20,00 SM	4962	8203	7274	2,61	94,01	4,51	91,28	3,78	93,06
Acima 20 SM	5288	13987	12875	2,78	96,79	7,69	98,97	6,70	99,76
Ignorado	6105	1867	469	3,21	100,00	1,03	100,00	0,24	100,00
Total	189951	181973	192189	100,00		100,00		100,00	

Fonte: Mtb / CAGED - RAIS 1986 - 1996

Outros parâmetros que oferecem as medidas das desigualdades sociais e da exclusão social, no espaço intrametropolitano, são os indicadores de educação. O nível de instrução, um dos aspectos que a educação promove, capacita os indivíduos para o ingresso no mundo do trabalho e matiza essa capacidade para interpretar o contexto social, econômico, cultural e ideológico em que vivem (MARMARELLA, 1998).

No caso da RMF, apesar de apresentar condições educacionais de oferta em nível de excelência, segundo os padrões de avaliação costumeiros, ainda vemos um nível educacional médio baixo, expresso na média de anos de estudo, indicando nível médio inferior ao ensino fundamental (8 anos de estudo) e taxa de analfabetismo combinado em torno de 8% para a região (Tabela 3.19).

Tabela 3.19 - Média de Anos de Estudo 1980 - 1996

Municípios	1980	1991	1996	Tx. Analfabetismo % 1991
Biguaçu	3,3	4,9	5,8	12,0
Florianópolis	6,8	8,6	8,4	5,6
Palhoça	3,7	5,3	5,9	11,1
São José	4,8	6,8	6,9	7,2
Média AUF	4,7	6,4	6,8	7,6

Fonte: IBGE - Base de Informações Municipais - BIM/1998

PNUD/IBGE/FJP - Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil - 1998

No contexto das transformações econômicas em curso no mundo capitalista, o perfil do trabalhador está sendo redefinido em função dos critérios de produtividade e competição. Nesse sentido, aos trabalhadores passam a ser exigidos atributos e habilidades que lhes permitam responder às exigências do novo tipo de organização e de mercado. Nessa perspectiva, a educação básica passa a ser um requisito indispensável para a integração dos trabalhadores nos novos processos produtivos, "já que há uma tendência a se associar, em todos os níveis da estrutura ocupacional, o nível de qualificação com o grau de escolaridade" (KRELING, STERNBERG, 1995:309).

ZIMMERMANN (1995:295) enfatiza que, "em contraste com atributos anteriormente valorizados nos trabalhadores de chão-de-fábrica, sobretudo os relacionados à força física e à destreza manual, requerem-se agora criatividade, iniciativa, inventividade, uso da intuição e do raciocínio lógico, auto-estima, motivação, capacidade de assumir responsabilidades, espírito de cooperação. Tem-se, assim, a exigência de um novo perfil de trabalhador, que é instigado a "pensar a produção" diferentemente do contexto fordista, onde o trabalhador "pensa menos e executa mais". (MARMARELLA, 1998).

O resultado que temos no contexto das novas transformações no âmbito produtivo e ocupacional, impede uma melhoria nas condições materiais de reprodução da parcela da força de trabalho no contexto da região metropolitana, visto que, as condições educacionais estão centradas no processo de municipalização e descentralização das atividades que até recentemente eram tarefas do governo estadual. O processo de descentralização das atividades vinculadas ao governo estadual e centralização no âmbito municipal, impede uma gestão metropolitana eficiente no caso da RMF.

3.6. A DIMENSÃO ECONÔMICA - AS FINANÇAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA METROPOLIZAÇÃO

A dimensão econômica da sustentabilidade, objetiva reduzir a dependência externa, propiciando um aumento dos fluxos de investimentos públicos e privados, através do processo de endogeneização e ampliação da gestão eficiente dos recursos.

A nova gestão pública condicionada pelos organismos internacionais tem imposto mudanças na destinação e aplicação dos recursos financeiros, principalmente no período posterior à Constituição de 1988 e Plano Real. Esses mecanismos transformam a dinâmica do fluxo de recursos públicos. É no município que se trabalha e vive, mas os governos locais não contam com o total da arrecadação financeira e se queixam dos recursos escassos, visto que a saúde financeira do município depende, em grande parte, das políticas de âmbito maior.

Segundo CLEMENTINO (1995), a administração fiscal se caracteriza por uma séria ineficácia e, por isso, não logra os fins formalmente consignados. A gestão governamental tem sido caracterizada por um sistema altamente centralizado, uma divisão dos setores públicos e privados, um sistema profundamente discriminatório e injusto, caracterizado pela chamada universalização excludente e com formas marcadas de distorção no processo de financiamento (RDH,1996). Como resultado deste processo, tem-se o "círculo vicioso da pobreza", serviços precários, poucos recursos, menos serviços. Vincula-se a este círculo, a inadimplência, intimamente ligada a ineficiência fiscalizatória e ao pouco uso de sanções pelas prefeituras e governo de Estado.

Historicamente, são elevados os gastos com pessoal nas prefeituras em geral, particularmente, nas capitais. No Brasil, a média per capita de gasto com pessoal nas capitais, está em R\$ 143,40, perfazendo um total de 51% na Despesa Total dos Gastos da Administração Direta (CLEMENTINO,1998).

De acordo com a experiência relatada por GENRO (1997), "*o fundamental é inverter as fontes de renda.*" O ex-prefeito de Porto Alegre defende uma

subversão completa da tradição de dependência de recursos oriundos de Governo Federal e propõe um retorno material da inserção democrática dos indivíduos e dos grupos sociais afirmando que “ *não é verdade que a comunidade não gosta de pagar imposto*”, “ *há dezenas de mecanismos que podem ser utilizados para o auto financiamento das cidades*” e “*sem enfrentamento desta questão não há retorno para o próprio conceito de democracia no nível local de governo.*” (GENRO, 1997:28)

Cresce entre os autores a idéia de que os recursos públicos no Brasil são mal utilizados e que a fragilidade da política social no alcance de resultados eficazes não deve ser somente debitada à insuficiência de recursos para os gastos sociais. Para CLEMENTINO(1998), o quadro das finanças dos municípios não pode ser explicado tão somente pelas particularidades econômicas , sociais e administrativas de cada prefeitura, nem somente pelas especificidades regionais, porque as políticas públicas (e fiscal) têm definição no plano nacional e estas, muitas vezes , são condicionadas pela conjuntura internacional, particularmente nesse instante em que a configuração do padrão de acumulação está cada vez mais sob domínio da esfera financeira e alicerçado no aumento crescente da dívida pública. A referida autora entende que a realidade dos municípios no Brasil sofre modificações a partir da atual Constituição de 1988, decorrentes, em parte, do lugar dos municípios no novo padrão de organização federativa. Essas modificações se configuram principalmente , nas mudanças implantadas na distribuição dos recursos tributários e no processo de descentralização das políticas públicas que , ao tomar a direção da municipalização , confere aos municípios novas responsabilidades administrativas.

A totalidade dos recursos que o município brasileiro arrecada , de maneira direta , constitui uma parte muito limitada do que necessita operar, porque vem sendo alvo de fortes demandas ou pressões por maiores despesas. Tais pressões, segundo CLEMENTINO (1998), têm sido exercidas em três principais níveis: a) pressões sociais, impostas pelas manifestações caracteristicamente locais da crise econômica e social por que vem atravessando a sociedade brasileira desde o início dos anos oitenta; b) pressões políticas apresentadas na

forma de desafios às gestões de administrações conquistadas por partidos progressistas; c) pressões econômico-financeiras exercidas pelos programas de estabilização econômica e pelo receituário neoliberal que invariavelmente têm aplicado em cortes e desativação de programas sociais, endurecimento nas negociações sobre a rolagem da dívida pública municipal e, nos últimos tempos, as perdas decorrentes da transferência ou redirecionamento do Imposto de Renda para o Fundo Social de Emergência por força das Emendas Constitucionais aprovadas desde 1993 e continuamente renovadas, desde 1997 por mais dois anos.

A década de 80 inicia, no Brasil, um processo de descentralização de recursos e de encargos das esferas federal e estadual em relação à municipal, face as transformações produtivas e os desafios impostos pela elevação da competitividade da economia apoiada na tecnologia e na globalização financeira. Assim, na esfera local de governo, ao mesmo tempo em que se procura implantar um processo de descentralização em prol de uma maior eficiência e racionalidade dos gastos, procura-se também promover uma democratização das políticas públicas no sentido de buscar uma maior participação da sociedade civil, não somente no acompanhamento da gestão estatal, mas também, no que diz respeito ao controle da mesma em todos os níveis. Assim, face a um processo de desenvolvimento urbano heterogêneo, como o ocorrido no Brasil, caracterizado pelo retardo de alguns municípios em relação a outros, verifica-se um empobrecimento, derivado de uma dependência financeira com relação ao governo federal, algo facilmente detectado nos municípios. *Embora tenha havido o fortalecimento da posição financeira das municipalidades, mediante sensível aumento de suas receitas, não se deixou de observar o crescimento das despesas de forma expressiva* (CLEMENTINO, 1998:164-165). Como afirma ANDRADE (1998:121), *“a descentralização deve, além de dotar a capacidade plena de gestão ou poder local, incluir a ampliação da base do sistema de tomada de decisões e aproximar a função pública do cidadão.”*

Nessa perspectiva, essa questão diz respeito, também ao financiamento do governo local. É uma questão essencial não somente para que o município tenha

autonomia de gestão, mas, porque isso tem impacto fundamental na formação da consciência média de sua cidadania.

Ao contrário do que se diz, os gastos públicos nos países desenvolvidos continuam aumentando como proporção do PIB, mesmo depois do anunciado desmonte dos Estados de Bem-Estar pelas chamadas políticas neoliberais.²⁶ CANO (1998:104), refere-se ao debilitamento proposital do Estado Nacional, com seu enfraquecimento fiscal, financeiro, executivo e as tentativas de sua substituição por poderes locais (regionais, estaduais e municipais). Segundo esse autor, esse verdadeiro “culto ao poder local” parece não se dar conta de que ele coopera ativamente para o maior debilitamento do Estado Nacional.

No que tange às finanças dos municípios, alguns traços são relevantes para explicitar a tendência a partir do Plano Real, pois, de acordo com CLEMENTINO (1998) as receitas dos municípios crescem efetivamente; os municípios maiores, aqueles que polarizam as regiões metropolitanas aumentaram sua receita própria, demonstrando maior capacidade econômica, técnica e administrativa na arrecadação de tributos; aparente capacidade de investimento demonstrando as capitais manterem índices sustentáveis de comprometimento da receita com gastos de pessoal; ainda muito elevado o grau de dependência das transferências intergovernamentais, particularmente FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

No caso específico da RMF, o acompanhamento destes fluxos deveria ser monitorado de forma eficaz, através dos conselhos municipais e precisamente pelo Conselho de Desenvolvimento que teria como funções principais: definição de prioridades, promover o processo de planejamento para o “desenvolvimento sustentável” equilibrado e integrado da RMF, supervisão de projetos e programas, fiscalização e aprovação do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, etc., conforme proposta de ANDRADE (1998).

As contas públicas têm sido muitas vezes tidas como verdadeiras “caixas pretas” e as contas privadas vinculam-se aos interesses dos capitais particulares

²⁶ Segundo DUPAS, o mito do fim do Welfare State contrasta com o aumento dos gastos públicos nas economias avançadas, principalmente as chamadas Despesas de Proteção Social.

ou setoriais. O monitoramento deste critério estaria, portanto, vinculado ao maior nível de participação da sociedade civil organizada e entidades não governamentais. Na prática os dados publicados pela SEDUMA, implicam na confirmação de que os municípios com reduzida população e baixa potencialidade apresentam capacidades menores de alavancar receita própria. Em contrapartida, com relação as despesas com pessoal apresentam-se no limite superior. Tal processo ocorre com os municípios de maior porte da RMF, com exceção do município de São José que, historicamente vem apresentado um nível de despesas com pessoal baixo, aproximadamente 30% (SEDUMA, 1999). A questão que se coloca, diz respeito a real capacidade dos municípios assumir essas novas funções para lidar com um novo modelo de gestão e sobretudo atender os interesses da população. O resultado desta dinâmica poderia conferir um relação de maior transparência e eficiência na gestão pública local, definido na forma que combinaria um orçamento participativo e uma fiscalidade participativa (SANTOS, 1999).

3.7. CONCLUSÕES PARCIAIS

Os impactos sócio-ambientais no período de 1986-1996 da RMF estão traduzidos em um duplo fenômeno: degradação ambiental e marginalização social. A polarização regional, traduzida principalmente pela concentração populacional, acabou agravando os problemas sócio-ambientais locais.

A gestão da RMF carece de integração, visto que são tomadas medidas municipais e locais isoladas, sem aproveitar os benefícios da implantação de políticas conjuntas. Desta forma, a formulação de uma política de planejamento comprometido com a implantação da Agenda-21 Metropolitana, permitirá a integração da problemática que atualmente está sendo enfrentada por ações e projetos fragmentados. Com efeito, os problemas metropolitanos devem induzir soluções metropolitanas.

No capítulo seguinte são contempladas propostas e sugestões voltadas para elaboração de uma Agenda-21 Metropolitana , buscando atender a maioria da população urbanizada da região em questão.

CAPÍTULO IV

4. SUGESTÕES E PROPOSTAS NO MARCO DO ECODESENVOLVIMENTO PARA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS

4.1. INTRODUÇÃO

Apresenta-se, neste capítulo, um conjunto de idéias com base nos grandes temas do planejamento na virada deste século, com o objetivo de contribuir para com o processo de construção da metrópole desejada no contexto do desenvolvimento sustentável. A reflexão teve como fundamento a proposta do Plano Diretor da Região Metropolitana do Recife, elaborado pelo Centro de Conservação Urbana da Universidade Federal de Pernambuco (FIDEM, 1997).

O desenvolvimento sustentável é entendido como um processo de mudança e de elevação das oportunidades sociais capaz de compatibilizar, no tempo e no espaço, o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente e a equidade social. Tem como condição básica um ordenamento territorial que facilite a mobilidade das pessoas e o fluxo das mercadorias e dos serviços, e um meio ambiente que garanta qualidade de vida a sua população. Desta forma a região ofereceria condições de crescimento às diversas atividades econômicas metropolitanas, em consonância com a preservação da qualidade dos recursos naturais e ambientais, com o direito à cidadania da comunidade metropolitana e com o respeito às identidades sócio-culturais.

A proposição deve considerar uma gestão participativa e democrática, através de modelos institucionais e gerenciais, organizando um esforço político para integração de novas formas de participação da sociedade civil e ONG's, empresas e as autoridades públicas.

Conforme SACHS (1993), existem condições para organizar periodicamente fóruns internacionais para o intercâmbio entre as cidades, além da

criação de fóruns de desenvolvimento humano na região metropolitana. O desenvolvimento sustentável é entendido como um processo de mudança e de elevação das oportunidades sociais capaz de compatibilizar, no tempo e no espaço, o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente e a equidade social. Tem como condição básica um ordenamento territorial que facilite a mobilidade das pessoas e o fluxo das mercadorias e dos serviços, e um meio ambiente que garanta qualidade de vida a sua população. Desta forma a região ofereceria condições de crescimento às diversas atividades econômicas metropolitanas, em consonância com a preservação da qualidade dos recursos naturais e ambientais, com o direito à cidadania da comunidade metropolitana e com o respeito às identidades sócio-culturais.

4.2 OS TEMAS DO PLANEJAMENTO METROPOLITANO PARA O PRÓXIMO SÉCULO

Nas últimas décadas, a atividade de planejamento privilegiou um urbanismo de quantidade, baseado em esquemas quantitativos e cálculos de fluxos, apoiados em índices como densidade e distribuição funcional. Estes esquemas, legitimados por decisões políticas e econômicas, terminaram por gerar conflitos e frustrações nos meios técnicos e a uma descrença política nas atividades de planejamento de um modo geral. Além disso, esta visão quantitativa perdeu a capacidade de percepção qualitativa da urbanização, portanto, do seu sentido cultural. Como cultura e processo social não podem ser cancelados, observou-se a preponderância da continuidade histórica sobre a vontade transformadora do planejamento. Assim, deve-se resgatar uma dimensão pouco valorizada nas propostas de organização espacial metropolitana, ou seja, a força dos processos históricos de longa duração sobre a conformação do espaço regional, mediante o acúmulo e as transformações de práticas urbanizadoras. É este acúmulo que dá sentido humano e cultural a este artefato gigantesco que é a cidade e, mais ainda,

à metrópole. Diante das transformações recentes, a prática de planejamento urbano deve ser repensada.

Dois grandes temas dominarão o planejamento urbano do próximo século: o desenvolvimento sustentável das áreas urbanas e a intervenção no ambiente construído. Termos e conceitos como natureza, herança cultural, reutilização do patrimônio construído, equidade, acesso à informação, garantia de mobilidade dominarão as novas propostas.

O planejamento da metrópole do futuro deve ter como diretriz fundamental a requalificação do espaço urbano, isto é, a agregação de valor àquilo que existe de específico, de irreprodutível, e que está vinculado à idéia de lugar. Deve ser uma proposta que parta da diversidade das unidades ambientais e das paisagens significantes, em termos de valores da natureza, cultura e história. Isto significa abandonar a visão quantitativa do espaço e substituí-la por outra, que ressalte as qualidades de cada parte identificada do espaço urbano e que respeite a diversidade de formas de urbanização. Além da determinação de unidades formais do espaço, é necessário, ainda, buscar os elementos que dão unidade e mantêm a agregação entre estas partes em um tecido único. Isto significa reconhecer as grandes estruturas do espaço urbano, sejam elas materiais ou imateriais.

O primeiro tipo de estrutura a ser considerado é o ambiental natural, sobretudo aquele formado pelos sistemas de corpos d'água, isto é, os rios, córregos, canais, lagoas, estuários, praias e mar. A estes agregam-se aqueles construídos pelo homem, principalmente os sistemas da mobilidade da matéria - o sistema de transporte - e da informação - os sistemas de comunicação, especialmente as telecomunicações.

O segundo é o da produção da cultura local. São as instituições e as redes de criação e disseminação de informação, como as instituições de pesquisa, ensino superior, treinamento profissional, divulgação de informação, e outras. Estes procedimentos determinam os objetos de intervenção do planejamento espacial metropolitano: as unidades ambientais e as redes. Cada um terá um tratamento diferenciado do ponto de vista dos setores do planejamento espacial (transporte, energia, saneamento, etc.). Este sistema de objetos serve de base

para serem trabalhadas as oportunidades de desenvolvimento dentro de uma perspectiva da diversidade do suporte material (ambiente natural e construído) urbano.

Em termos de gestão do processo de planejamento deste espaço, a idéia básica é reforçar as estruturas de projeto, negociação e controle de cada municipalidade e a adoção das unidades ambientais como elementos básicos do processo. Ao nível metropolitano, as redes (sistemas naturais e construídos) passam a ser planejadas e executadas em programas consorciados intermunicipais. A idéia de rede é básica para o sucesso deste processo, por sua flexibilidade de execução e capacidade de expansão por módulos. Deste modo, o foco do planejamento metropolitano desloca-se para o planejamento ambiental (natural, cultural e histórico) e o das redes de mobilidade, informação e serviços.

4.3. O FUTURO DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO

O Plano Diretor da Região Metropolitana de Florianópolis redireciona as práticas de ocupação do espaço de maneira que uma situação de sustentabilidade ambiental possa ser atingida no longo prazo. Para isto, o Plano deve apresentar um "desenho" da organização futura do espaço metropolitano. É uma situação idealizada que pode ser atingida em 2010, antes ou depois, dependendo da adesão dos atores sociais aos seus propósitos e do contexto de implantação do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano gestando projetos de caráter uniforme através das câmaras setoriais e de zoneamento ambiental.

Será importante, a utilização de levantamentos sócio-ambientais, formando um inventário da RMF, utilizando-se a análise espacial (também chamado de SIG – Sistema de Informações Georeferenciadas) para produção de indicadores e uma "topografia socioambiental", regionalizando a área metropolitana e produzindo relatórios sociais de monitoramento (POLIS, 1999).

As categorias utilizadas procuram dar ênfase às qualidades do espaço metropolitano. É uma proposta que parte da herança construída, uma reconquista e expansão dos valores criados pela ação urbanizadora no território da metrópole. Neste sentido, necessitam ser elaboradas algumas diretrizes de ação.

1) Reconquistar e requalificar os espaços públicos, que se encontram degradados e deteriorados, com o intuito de construir um sentido de urbanidade.

2) Revalorizar os espaços rurais, evitando o prosseguimento de uma urbanização desqualificada e difusa por sobre o antigo solo rural, visto que a sustentabilidade metropolitana está associada à contenção da área urbanizada atual. Desta forma, deve-se criar incentivos para práticas agroecológicas de produção no cinturão urbano, através de subsídios diretos por parte do Conselho Metropolitano.

3) Reservar espaços para o futuro, conscientizando as novas gerações sobre a necessidade de preservar a riqueza ambiental hoje existente.

4) Valorizar os atributos naturais e culturais do espaço, deixados pelas gerações passadas.

5) Utilizar as redes como estratégia de organização do espaço, visto que a diversidade de espaços urbanos qualificados somente pode existir e funcionar se existirem as redes que articulem as diferentes partes da metrópole.

4.4. A NOVA MANCHA URBANA

Uma análise da forma da mancha urbana, a partir de seus principais ramos de urbanização e de sua disposição no território, evidencia uma tendência gradativa de interligação destes ramos que estão avançando sobre áreas rurais e espaços livres, formando uma mancha urbana única. O Plano deve optar pela paralisação deste processo de urbanização predatória, evitando o crescimento espontâneo desta mancha por cima de uma área rural. Faz-se necessário manter o caráter radial-perimetral, salvaguardando os espaços entre os grandes eixos e proporcionando uma mancha mais densa. A consolidação da mancha urbana deve

respeitar o perfil tentacular histórico. A densificação e reconversão dos espaços já comprometidos com a urbanização representa um enorme potencial para a expansão urbana.

Entre os espaços da mancha urbana, deve-se fazer uma distinção:

* os grandes espaços contidos entre os grandes ramos, ainda livres e com características rurais. Estes devem ser deixados como reserva, servindo, no máximo, como espaços que confirmam nexos à mancha urbana ao redor.

* os espaços intersticiais e fragmentados, resultantes de um processo de urbanização especulativa e predatória. Estes devem ser ocupados e receber intervenções que façam a sua integração com a mancha urbana.

A nova mancha urbana não será tão diferente da atual em termos de extensão e forma. Ela deverá ter um caráter mais compacto e contínuo, sem a fragmentação atualmente existente. Para tal, deve-se ocupar os espaços vazios e fazer um esforço no sentido da requalificação de infra-estruturas e conservação de tipologias.

4.5. AS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO PARA O USO E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO

Diferentes estratégias de ação podem ser identificadas para que se possa agir nas diferentes porções do espaço metropolitano. Assim, o território da metrópole deve ser classificado em diferentes categorias de espaços, segundo as estratégias de ação específicas. No interior da mancha urbanizada são identificadas duas categorias, conforme as estratégias de ação: as áreas de conservação e as áreas de transformação.

As áreas de conservação são aquelas que possuem um padrão de ocupação do território caracterizado por uma certa uniformidade das tipologias de edificação e por um traçado urbano consolidado. A qualidade dos espaços públicos, em termos construtivos, tipológicos e infraestruturais, é maior que a de outras partes da metrópole, não significando que não precisem de ações de

reparação, melhoria e conservação. A conservação também é uma forma de ação para as áreas que tiveram uma origem popular e precária, mas que conseguiram implantar um processo de qualificação urbana nas décadas recentes, como são os casos de áreas de urbanização de morros e de baixada. A ação pública nestas áreas tem uma mesma diretriz, a da manutenção da qualidade do espaço público, a modernização e complementação das infra-estruturas e melhorias dos serviços públicos. Cabe ainda ressaltar conjuntos habitacionais construídos que apresentam uma baixa qualidade de urbanização. São áreas que não conseguiram criar um processo de integração com o tecido urbano existente, transformando-se em grandes guetos de exclusão urbana. Entretanto, são enormes áreas construídas que abrigam parcela significativa da população metropolitana e que, portanto, devem ser melhorados e integrados ao tecido urbano.

As áreas de transformação são aquelas em que, diferentemente das áreas de conservação, o processo histórico não produziu uma urbanização de qualidade nem uma identidade própria. São as áreas de urbanização mais recente, onde tanto as construções privadas como as de uso coletivo são precárias e claramente, transitórias. São as áreas de favelas, de urbanização difusa, ordenada segundo o provimento de uns poucos serviços urbanos ou de alguma infra-estrutura, como os eixos viários. São também aquelas áreas onde ocorreu uma degradação muito grande da qualidade das construções devido a uma obsolescência funcional, locacional e construtiva. Em todos os casos, as áreas de transformação apresentam uma grande descontinuidade relativamente à mancha urbana. Nas áreas de transformação, existe uma clara necessidade de complementação e/ou substituição de parte significativa do ambiente construído.

As áreas de transformação de reabilitação compreendem, em primeiro lugar, aquelas áreas de morros e das áreas baixas (alagadas ou não), ocupadas por habitações populares de estratos de renda muito baixos e em condições precárias de construção. Existe uma clara necessidade de uma intervenção apropriada às condições geológicas e morfológicas dos terrenos. Em segundo

lugar, elas compreendem as áreas de urbanização difusa ao longo dos eixos rodoviários.

As áreas de transformação de interesse paisagístico, lazer e turístico constituem significativas porções do território que, apesar de já deterem algum tipo de ocupação, possuem ainda características naturais e ambientais que podem propiciar melhor qualidade de vida à população. Tais áreas devem ser requalificadas para tomarem-se grandes espaços de lazer e de admiração da paisagem natural. A sua ocupação deve seguir critérios que garantam a conservação do patrimônio natural, o que não impede que seu potencial econômico seja aproveitado segundo esquemas empresariais.

Áreas urbanizáveis são aquelas ainda livres, ou com pequeno índice de ocupação, importantes para a complementação da área urbana metropolitana.

As áreas de expansão urbana com interesse paisagístico são porções do território que ainda mantêm significativas características naturais, estando semi-ocupadas ou muito próximas de densas áreas urbanas, como margens de rios e lagoas, canais e gamboas dos estuários, porções de mangues e alagados e pequenos remanescentes da Mata Atlântica. Estas áreas encontram-se, em geral, na eminência de serem invadidas por habitações precárias ou atividades predatórias. A sua posição no interior da estrutura urbana, transforma-as em áreas estratégicas para a reconquista da qualidade da vida urbana da metrópole. Devido a seus atributos naturais, estas áreas podem ser utilizadas para atividades urbanas de recreação, lazer e instalação de equipamentos sociais, organizados em meio a parques urbanos de média escala.

As áreas de expansão urbana com amenidades são aquelas áreas de urbanização que devem ser ocupadas de forma predominantemente residencial, de baixa densidade, de urbanização, por meio do parcelamento da terra. Deve portanto ser extremamente cautelosa, quando não inexistente. Somente aquelas porções consideradas absolutamente necessárias à complementação da mancha urbana devem ser de fato objeto de urbanização.

Áreas de reabilitação do patrimônio cultural são aquelas consideradas de grande valor histórico, artístico e cultural que, até o presente momento, têm sido

pouco explorados como pólos de expansão de atividades urbanas de serviços culturais. A metrópole possui inúmeros sítios urbanos e rurais considerados de interesse histórico, artístico e cultural. São, sem dúvida, áreas estratégicas para a retomada do processo de desenvolvimento regional devido a sua grande qualidade ambiental e à possibilidade de se tornarem locais preferenciais para as novas atividades econômicas e sociais, ligadas às atividades culturais e de serviços especializados. Além do mais, são referências para a reconquista de valores de urbanidade na vida da metrópole. A ação básica sobre estas áreas é a da conservação das estruturas ambientais construídas e naturais acompanhadas de ações de revitalização/requalificação dos espaços públicos. As ações básicas, que podem ser feitas pelo setor público ou privado, são as de melhoria das infra-estruturas existentes e de reutilização das construções históricas de grande porte com atividades sociais de uso coletivo. No sentido da formação de redes de sítios do patrimônio cultural, pode-se identificar grupos que merecem um destaque devido a sua localização. O primeiro grupo é constituído pelos sítios do núcleo histórico, centros de convergência de atividades culturais e econômicas com um padrão de serviço de maior qualidade. O segundo grupo é formado pelos sítios que detêm um potencial de lazer e recreação associado ao uso das praias e às atividades náuticas. O terceiro, composto pelos sítios é similar ao segundo, na medida em que o uso dos sítios históricos pode ser associado ao uso da orla.

Áreas de reserva são aquelas de grande valor ambiental que devem ser resguardadas como recursos estratégicos para gerações futuras. Entre estas áreas pode-se citar: os baixos estuários com seus cursos d'água e mangues; cursos d'água e zonas de alagamento temporário; restingas; morros; mananciais; matas de grande porte e os pequenos remanescentes da Mata Atlântica. Além do critério da equidade inter-gerações, deve-se ter como princípio de regulação da ação a manutenção da diversidade de formas do ambiente. A utilização extensiva e intensiva de todos os recursos ambientais provoca, inevitavelmente, a uniformização e a perda da diversidade das formas de urbanização, construção e apropriação da natureza.

As áreas rurais deverão ocupar uma porção do território igual ou maior que aquela hoje existente. Isto dar-se-á por meio de duas ações conjugadas. A primeira busca conter a extensão da área urbanizada. A segunda busca encontrar alternativas economicamente viáveis para a diversificação produtiva da área agrícola. A eminente urbanização predadora destas áreas elimina qualquer possibilidade de racionalização, no sentido da eficácia do processo de provimento de infra-estruturas, serviços, equipamentos sociais de uso coletivo e espaços públicos de qualidade.

4.6. AS REDES METROPOLITANAS

Desenvolver o espaço metropolitano pela valorização da especificidade dos lugares, isto é, ressaltando as suas diferenças ambientais, requer a existência de um provimento de redes de mobilidade e de serviços. Estas redes permitem a "aproximação" real e virtual das áreas diferentes ao criar uma proximidade sem contigüidade, evitando a homogeneização do espaço. A diversidade de espaços que interessa ao desenvolvimento sustentável é aquela calcada na especificidade cultural do lugar e não nos diferenciais de provimento de serviços urbanos. Assim, as redes devem se constituir em elementos de equidade social, econômica e espacial da coletividade. Em vez de sistemas hierarquizados, devem ser estruturadas em forma modular com opções de movimento no espaço, podendo ser implantadas gradativamente.

As redes de mobilidade são aquelas que permitem o fluxo de pessoas e informação com rapidez e baixo custo. A idéia de mobilidade substitui a idéia de acessibilidade anteriormente preponderante. A mobilidade significa a existência de um leque de possibilidades de deslocamento de pessoas, informação e cargas por intermédio de uma grande variedade de meios que estão disponíveis. São as redes de transporte, armazenagem, comunicação e informação que articulam as pessoas, as atividades e a região tanto em nível do seu próprio território como do exterior. A metrópole do futuro deve ser pensada como possuindo uma rede de

mobilidade única, constituída de dois fluxos básicos e complementares: o material (transporte) e o virtual (comunicações).

A grande novidade para o futuro das redes de mobilidade são os serviços de comunicação por sistemas de alta capacidade e velocidade, que visam, principalmente, à articulação do espaço regional com o restante do país. Estas redes são organizadas em pontos nodais, por meio dos "edifícios inteligentes", que congregam os fluxos disseminados em nível local e realizam as conexões com o exterior, a partir da conexão em fibra ótica. Este sistema integra vários espaços de concentração de atividades. Esta nova forma de organização da comunicação refletirá sobre as atividades econômicas e culturais e sobre a rede de transporte. O estabelecimento destes "teleportos" induzirá a redistribuição das atividades de serviço e dos centros de decisão empresarial, que, por sua vez, criarão novos fluxos de pessoas e veículos na região. Fluxos que serão qualitativamente diferentes, pois estarão transportando pessoas diferenciadas que requererão meios de transporte de qualidade. Além disso, as mercadorias passam a ser armazenadas e transportadas de modo qualitativamente diferente. Os processos de produção e venda são ajustados por estoques pequenos, que são atualizados em poucos dias, através de sistemas computadorizados. Os processos "just-in-time" serão dominantes nas atividades que utilizam as redes de grande tráfego de dados. Assim, aeroportos e portos passam a interagir com o sistema de distribuição de mercadorias da região com muito mais intensidade, utilizando meios diferenciados de transporte.

A implantação da rede de telecomunicações de grande velocidade significará uma nova reorganização dos sistemas de armazenamento e transbordo. Estes constituirão elementos-chaves para o processo de desenvolvimento da metrópole e de sua organização espacial. Com a rapidez da comunicação, as empresas serão impulsionadas a diminuir consideravelmente os seus estoques. Assim, o novo sistema tenderá a ser formado por grandes centrais de carga, localizadas em aeroportos, nos portos e nos eixos rodoviários. Estas centrais de carga distribuirão as mercadorias para uma rede disseminada, cuja localização ocorrerá, preferencialmente, em áreas de maior concentração em

termos de atividades de comércio e serviços. A partir daí, as mercadorias seguirão os seus destinos em pequenos veículos, tipo furgão, percorrendo um circuito fechado, várias vezes ao dia. A tendência, portanto, é tornar obsoletos os atuais armazéns de estocagem de mercadorias, pertencentes, em geral, às próprias empresas. O resultado será a existência de um importante patrimônio construído, que deverá ser requalificado para novos usos. Outra consequência será a diminuição considerável de veículos pesados de carga em áreas já congestionadas da metrópole.

Diante do previsível aumento do tráfego nacional e internacional por transporte aéreo, o Aeroporto continuará, a médio prazo, sendo uma grande porta de entrada e saída da região. Nesta nova forma de organização da mobilidade, a movimentação e a armazenagem de cargas passam a se constituir em atividades de suma importância e de grande intensidade no aeroporto, requerendo a expansão das áreas de armazenagem, recepção e expedição, movimentação e outros. Todas estas mudanças colocam desafios não somente quanto às infra-estruturas aeroportuárias, mas também à estrutura de articulação do aeroporto com os outros sistemas de circulação regional. As articulações com os sistemas metroviário e rodoviário regional são, portanto, de vital importância para o aumento do desempenho.

Os portos são pólos estratégicos do novo desenvolvimento. Na medida em que articulam amplos espaços econômicos, constituem-se no recurso econômico básico para organizar todo o sistema de distribuição nacional e internacional da produção regional. Deverão assumir um papel que poderá recolocá-los como centro dinâmico metropolitano. Este papel está associado a duas transformações básicas. A primeira é a sua caracterização como porto turístico para os navios de passageiros de rotas internacionais e regionais. A segunda é a reabilitação de grande parte da sua área de armazenagem, resgatando-as para a cidade, mais precisamente, para as atividades de serviço moderno, comércio, atividades de recreação e lazer e habitação, com ênfase especial na revalorização paisagística.

Na nova ordem metropolitana, as ações e intervenções no Sistema de Transporte Urbano da Região Metropolitana deverão ter como princípios básicos:

garantir equidade de acesso aos indivíduos em condições adequadas de conforto e segurança, assegurar o funcionamento do sistema social e produtivo da metrópole e viabilizar a ocupação desejada do solo urbano. Como diretriz geral, deverá ser assegurada a prioridade de circulação dos indivíduos, a pé ou de modo não motorizado (como as bicicletas), em relação às modalidades de transporte motorizado e, entre estas, deverão ser priorizados os transportes coletivos.

Deve-se fazer um esforço no sentido de condicionar, nas leis de uso e ocupação do solo municipais, o adensamento ou a mudança do uso existente, à capacidade do sistema viário instalado e a sua possibilidade de expansão. Além disso, os novos empreendimentos devem ser precedidos de estudos de impacto na circulação e dotados da quantidade de vagas para estacionamento necessária à demanda gerada.

As redes de serviços infra-estruturais - os serviços de saneamento ambiental (abastecimento d'água, esgotamento sanitário, drenagem e coleta de lixo), de oferta de energia (elétrica, combustíveis líquidos e gasosos) e de comunicações (telefonia e telemática) devem ser moldados pela forma do ambiente natural e construído da metrópole, devendo haver um órgão para coordenar a definição de diretrizes metropolitanas para cada setor e, através das Câmaras Técnicas Metropolitanas, estabelecer metas a serem atingidas pelos serviços públicos municipais.

Do ponto de vista político-institucional é preciso, primeiro, uma democratização do processo decisório destes serviços, tendo como premissas a descentralização e o fortalecimento do município e a criação de mecanismos de controle social. Segundo, faz-se necessário encontrar novos formatos de gestão, buscando formas de associação do poder público com a iniciativa privada, como concessões de parte do serviço ou a criação de empresas nas quais os municípios são acionários, visando criar uma maior flexibilização nos sistemas. Terceiro, deve considerar a possibilidade de criação de consórcios de municípios. Neste caso, o papel de articulação dos municípios da metrópole se apresentará como primordial. Além disso, o Estado deve aperfeiçoar o seu papel de mantenedor do controle e da racionalidade dos sistemas.

Em relação ao esgotamento sanitário faz-se necessário, a curto prazo, ações que signifiquem um maior aproveitamento das unidades existentes (coletores, estações elevatórias e de tratamento), implicando na recuperação dessas unidades, que se encontram, parcial ou totalmente, paralisadas. A longo prazo, é necessário que se estabeleça uma estratégia para a ampliação do sistema existente até que toda a extensão da metrópole possa ser atendida.

Em termos imediatos, a ação mais importante a ser feita na rede de macrodrenagem é a de manutenção, principalmente, de retirada do lixo e da lama das calhas dos rios, um dos principais fatores da precariedade do sistema de drenagem. Em relação à microdrenagem, há uma série de ações que devem ser feitas. Primeiro, deve-se fazer um grande esforço para conhecimento da própria rede, identificando as galerias, as suas dimensões e avaliando a capacidade de cada unidade existente, permitindo definir as unidades que podem receber contribuições e as que não podem. Segundo, deve-se tentar identificar despejos clandestinos e terminar obras em andamento. Terceiro, implementar uma série de ações simples que podem minorar em muito o problema, como a manutenção, limpeza e conservação da rede de drenagem existente.

O modelo tecnológico-operacional de resíduos sólidos deverá estar pautado nos princípios contemporâneos do gerenciamento integrado de resíduos sólidos, ou seja, a redução, a reutilização e a reciclagem. Em relação à redução, deve-se incentivar as grandes iniciativas de diminuição da produção de lixo e penalizar os grandes geradores (hotéis, indústrias, grandes condomínios). Em relação à reutilização e à reciclagem também deve-se incentivar e apoiar iniciativas, públicas ou privadas, que proponham formas de reutilização e de reciclagem do lixo. Deverá ser priorizada a implantação imediata e integral do Sistema Gestor do Tratamento e da Destinação Final de Resíduos Sólidos, estruturado a partir de unidades de destinação final de resíduos sólidos urbanos, através de aterros bio-remediados ou sanitários.

O abastecimento d'água também requer ações imediatas e de longo prazo. As primeiras delas dizem respeito ao controle das perdas que demanda estudos, como o dos grandes anéis, e intervenções no sistema, como a conclusão de

diversos serviços. No caso das soluções de longo prazo, faz-se necessário o aproveitamento de novos mananciais. Deve-se também melhorar o nível de tratamento das águas, de forma a se atingirem os padrões de potabilidade exigidos pelas normas. Neste sentido, o Plano de Qualidade das Águas (PQA) representa um importante passo, ao pretender melhorar a qualidade das águas através de um conjunto de intervenções baseadas na urbanização de assentamentos de baixa renda, drenagem das águas pluviais e tratamento de resíduos sólidos.

4.7. A GESTÃO METROPOLITANA

O sistema de gestão adotado deverá permitir a articulação/mobilização, a negociação e os arranjos institucionais que propiciem o desenvolvimento metropolitano desejado. O grande desafio da gestão dos serviços será conseguir a mudança dos papéis dos atores, sobretudo do estado que passará de fato a assumir a regulação, abrindo para a iniciativa privada a execução. O modelo de gestão metropolitano deverá ser estruturado segundo os seguintes pressupostos básicos:

- * Incentivar a gestão compartilhada do processo de desenvolvimento metropolitano.

- * Executar ações compartilhadas onde se observe uma convergência de interesses locais(municipais) com os da metrópole.

- * Construir uma estratégia de inserção da sociedade metropolitana - seus atores sociais e agentes públicos - no projeto de desenvolvimento da metrópole.

- * Atender a perspectiva de desenvolvimento sustentável, que tem como condição um ordenamento territorial e um meio ambiente que contribua para o desenvolvimento econômico e assegure uma qualidade de vida à população.

- * Estabelecer um processo de divulgação e conscientização da gestão metropolitana.

O órgão responsável pela viabilização das diretrizes de desenvolvimento metropolitano deve ter como principais atribuições:

- * implementar ações metropolitanas de fortalecimento institucional;
- * gerar informações que dão suporte ao planejamento metropolitano;
- * induzir e coordenar o desenvolvimento de ações de caráter metropolitano;
- * coordenar as ações metropolitanas de infra-estrutura econômica;
- * monitorar e controlar as ações metropolitanas;
- coordenar a requalificação do espaço urbano metropolitano.

A nova gestão da metrópole implica, portanto, o compartilhamento das decisões, da implementação das ações, do monitoramento, do controle do processo de desenvolvimento e da geração de informações. É uma nova atividade que requer a formação de espaços institucionais onde o processo de compartilhamento possa ocorrer dentro das regras básicas do respeito à autonomia municipal e ao bem comum metropolitano.

Este órgão com caráter regional deverá ser pensado como um organismo que presta serviços ao sistema de gestão da metrópole. Os serviços podem ser caracterizados como: informação, coordenação, negociação, monitoramento do controle e formação.

Os serviços de informação devem assumir um caráter mais disseminado, procurando atingir um público mais amplo da comunidade metropolitana e também externa, através de um amplo trabalho de divulgação da metrópole baseado em informações confiáveis e de fácil acesso e disponíveis em vários níveis de complexidade.

Os serviços de coordenação devem ser estruturados de forma a permitir que as municipalidades, agências estaduais e federais e setor privado possam, de fato, trabalhar dentro de um sistema coordenado e informado. Isto requer que tal órgão esteja presente nas municipalidades como facilitadora do sistema de coordenação, antecipando e procurando resolver problemas e conflitos que surgem a nível local, antes do acionamento dos sistemas de coordenação mais amplo. Além disso, compete ao referido órgão a responsabilidade de articulação e indução do desenvolvimento regional, identificando potencialidades de desenvolvimento, atraindo os parceiros indispensáveis e negociando os limites de

atuação dos diversos atores, de maneira a proporcionar uma maior equidade social.

O sistema de acompanhamento do monitoramento e controle é um elemento indispensável para o desenvolvimento regional, devendo ser efetivado a partir de uma estrutura descentralizada. Assim, caberia ao órgão regional, o acompanhamento do monitoramento e do controle, exercidos diretamente pelas prefeituras dos municípios metropolitanos. Para tanto, é essencial todo um processo de formação de pessoal nos quadros técnicos das prefeituras e de suas câmaras de vereadores. Este processo seria capitaneado pelo órgão metropolitano que identificaria as demandas de cada uma dessas instituições, definiria o processo de capacitação mais apropriado e estabeleceria os contratos e convênios necessários.

4.8. A METRÓPOLE NUMA ILHA – A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES METROPOLITANOS

Neste espaço, são apresentadas sugestões e propostas vinculados às principais questões urbanas, através do levantamento efetuado pelo SIG (Sistema de Informações Georeferenciadas), seguindo os fundamentos normativos definidos por SACHS (1986), através da ponderação vinculada à prudência ecológica, equidade social e racionalidade econômica, alavancadas pela implementação de um Orçamento Participativo Metropolitano e Fiscalidade Participativa, garantindo à autonomia das decisões a comunidade local.

Embora os diagnósticos realizados apresentem alguma aproximação com a realidade da grande maioria dos ambientes naturais e produzidos na cidade de Florianópolis, os indicadores demonstram que a atratividade da capital (que recebeu com maior intensidade os fluxos migratórios do interior do Estado de Santa Catarina em meados da década de 70 e início da década de 80), no momento atual ocorre fenômeno inverso. O deslocamento dos fluxos migratórios

se dinamiza para as cidades limítrofes causando um impacto na ilha que se tornou metrópole. Porém, os vários problemas que afetam estas áreas que ainda mantêm ecossistemas da região relativamente bem preservados, continuam se agravando. Logo, necessitam-se de políticas públicas ambientais que possam gerir as complexas demandas da sociedade, com suas implicações de ordem sócio-ambiental.

No que tange à legislação de restrição ou proibição de uso ou ocupação de áreas naturais, onde se enquadram as unidades de conservação e zoneamentos de uso do solo, é fundamental, para que este sistema de atuação legal tenha o mínimo de coerência, que ao menos o poder público, em parceria com a sociedade civil organizada e o poder judiciário, mantenha uma fiscalização eficiente e dimensionada de acordo com as necessidades reais. A preocupação de manter a continuidade dos ambientes, principalmente das áreas florestais que se estendem no sentido norte-sul da Ilha, deve ser incorporada na política de zoneamento do solo.

O estabelecimento de um Plano Diretor Regional definido através de técnicas de análise que incluem : a) tratamento de dados geodemográficos, com a finalidade de reduzir o problema ecológico (cf. Mapas 01 à 09 em anexo); b) Estabelecimento de modelos de superfície para dados geodemográficos a partir de dados de área (cfe Mapas 10, 11, 12); c) Redução de instabilidades associadas a diferenças de população entre setores afetados (cf. Mapas 16 à 20); d) Identificação de condições sócio-econômicas metropolitanas através da correlação de fatores múltiplos, como por exemplo emprego e renda, desemprego potencial, informalidade (cf. Mapas 21 à 30). Porém, a dinâmica de crescimento de uma metrópole numa Ilha, inserida num cenário cada vez mais globalizante da economia, parece exigir ações que vão além de medidas isoladas e fragmentadas frente às exigências sociais e ambientais cada vez maiores no processo de metropolização pela qual passa a RMF.

Programas de saneamento básico, habitação popular e outros que costumam ser encarados somente como de cunho social, são, na verdade, se concebidos dentro de políticas sérias de concepções ambientalistas e de melhora

da qualidade de vida , de fundamental importância para a preservação de ecossistemas que vivem sob a ameaça da expansão urbana. Assim, paralelo ao crescente processo de expansão das áreas urbanas sobre as áreas naturais remanescentes, o poder público e a sociedade civil organizada promovam programas de educação ambiental e conscientização da população. Este processo expansivo deve ser percebido pelas comunidades onde ocorre, numa perspectiva da "ética ambientalista" para possibilitar a participação consciente nos processos decisórios que digam respeito à qualidade de vida de suas populações. Neste sentido, as ONGs (Associações de Moradores, entidades ambientalistas, etc.), locais ou não, podem e devem desempenhar papel fundamental, tanto mais quando contarem com o apoio do poder público para desenvolver programas educacionais junto às escolas públicas, enfocando as questões ambientais das comunidades em que se encontram e relacionando-as de forma dinâmica com os problemas da região como um todo.

Como as atividades econômicas na RMF se concentram basicamente no setor terciário, tendo o turismo como grande impulsionador, quando o setor primário praticamente inexistente, incipientemente com a pesca, as relações da economia com seu substrato natural são cada vez mais distanciadas e mascaradas. Nessa ótica, a necessidade mais imediata e utilitarista de preservação dos recursos naturais e, portanto, encarada com mais seriedade pelos governantes e mesmo pela população, não é, no caso da região, tão determinante. Por outro lado, a "indústria do turismo" via-de-regra exalta, através de seus próprios investidores, a necessidade da preservação ambiental para nutrir esta atividade econômica, com belas paisagens, etc. É importante lembrar que este tipo de "utilitarismo ambiental", prescinde, na maioria das vezes, de uma preservação quase que meramente estética, pois se sabe que o ecossistema marinho é muito mais que o belo azul refletido do céu em dias de sol e que o ecossistema florestal sadio é muito mais do que montanhas verdejantes em cartões postais.

A construção de índices metropolitanos poderiam facilitar uma formulação mais adequada de políticas públicas que considere a racionalidade econômica e

uma condição político-sociológica (qualitativa) da implementação de categorias de análise como homogeneidade, heterogeneidade, polaridade, acefalia, disparidade, regularidade, etc. Desta forma o índice metropolitano deveria agregar os seguintes indicadores-chaves: Renda, Educação, Longevidade, Saúde, Habitação, Infância, Desemprego, Distribuição Espacial, Taxa de Desemprego Médio dos 12 meses, Transparência e Democratização da Gestão Pública, *Consumo de Recursos Naturais, Emissão de Poluentes, Ecossistemas Ameaçados* (MÉRICO, 1998), Índice de Oferta dos Serviços Públicos. Esta cesta de indicadores poderia ser ampliada a medida que obtivesse uma série histórica condizente com modelos institucionais e gerenciais.

A adoção e construção de indicadores sócio-ambientais metropolitanos seria o ponto de partida para formação da Agenda-21 Metropolitana, ensaiando um novo passo na promoção de políticas orientadas para a melhoria da qualidade de vida da população urbanizada, vinculando as ações do poder público ao controle social. Logo o desafio atual da gestão das cidades está em buscar modelos que combinem novas exigências de regulação pública da produção da cidade com o enfrentamento do quadro de exclusão social e deterioração ambiental. (NOVAES, 2000).

O resultado da metropolização na RMF implica na adoção de políticas de planejamento pró-ativas para os impactos negativos apontados. Esta indicação contempla as principais estratégias da Agenda Habitat, no que tange a integração setorial e espacial das políticas urbanas, através da incorporação do planejamento como alternativa ao crescimento anárquico e predador da RMF.

Desta forma, a implantação de uma Agenda-21 Metropolitana contemplaria os aspectos da chamada Agenda Marrom (melhoria da qualidade sanitário-ambiental da população metropolitana) e Agenda Verde (preservação dos recursos naturais), vinculadas aos principais normativos do ecodesenvolvimento (NOVAES, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metropolização e os impactos sócio-ambientais em Florianópolis, tema e problema deste estudo, são fenômenos gerados pelo modo de produção capitalista centrado na industrialização da economia. Por esse motivo, a marginalização social não é característica exclusiva da região, mas realidade que se estende às demais metrópoles do país. Trata-se, portanto, de um processo histórico que é consequência da estrutura econômica e sua forma de organizar a produção de bens e serviços necessários à sobrevivência dos seres humanos. A região metropolitana de Florianópolis, vem apresentando semelhanças contundentes de um processo de concentração e regionalização caracterizado por contradições inerentes do processo de inserção dinâmica da economia catarinense no marco nacional. Esse padrão de metropolização manifesta-se pela degradação e marginalização crescente no contexto da Região Metropolitana estudada.

As sugestões e propostas apresentadas no quarto capítulo não são inovadoras e tampouco serão colocadas em prática enquanto prevalecerem os valores capitalistas e a concepção neoliberal de sociedade, simplesmente porque contrariam os interesses da elite dominante e, principalmente, porque não transformam a estrutura econômica, alicerce que sustenta a concepção de sociedade. São, portanto, caminhos apontados que exigem, para percorrê-los, uma mentalidade inversa à existente, avessa, por conseguinte, ao domínio do capital, ao individualismo, às grandes fortunas, à concorrência e à competição, no livre mercado, que caracterizam o pensamento (neo)liberal e o sistema político-sócio-econômico vigente. São válidas, entretanto, porque podem incluir parcela da população que está marginalizada, como atestam os governos municipais do Partido dos Trabalhadores, aos quais foram conferidos metade dos prêmios nacionais e internacionais, em função de projetos que melhoraram a qualidade de vida da população urbana. Considerando que o PT detém, apenas, 2% das prefeituras municipais brasileiras, trata-se de um exemplo que deveria ser

seguido. Não é e nem será, todavia, enquanto os governantes nacionais, estaduais e municipais permanecerem comprometidos com o projeto neoliberal.

Com diferente concepção filosófico-política de sociedade, o Plano Diretor pode ser um instrumento importante na construção de uma história e de um território metropolitano, cujo maior patrimônio é uma melhor qualidade de vida para todos. É, ao mesmo tempo, um instrumento imprescindível no processo de integração e competitividade da metrópole na economia globalizada. O seu sentido de mudança, representado na situação desejada, é o da requalificação geral do espaço metropolitano existente e, portanto, de transformação daquilo que o processo histórico construiu. Isto significa agregação de valor àquilo que há de específico e de irreprodutível na metrópole. É uma proposta que parte da diversidade das formas de urbanização (unidades ambientais), procurando os elementos (os sistemas naturais e as redes de serviços e de mobilidade de pessoas e informação), que mantêm a agregação entre as partes, formando um tecido único. Assim, a essência da proposta é a do planejamento ambiental (natural, cultural e histórico) e o das redes de mobilidade e informação. No entanto, o alcance do futuro desejado depende da adesão dos atores sociais a seus propósitos.

Muitas mudanças estão ocorrendo no espaço metropolitano, e elas estão diretamente vinculadas com o processo de reestruturação econômica ao nível mundial e nacional, cujas conseqüências, tanto no País como no Estado poderão vir a assumir características dramáticas, intensificando o quadro de exclusão social já existente.

Acrescente-se a este rol de problemas urbanos, os efeitos do desemprego em larga escala, principalmente nas maiores cidades ou aglomerações urbanas, que tendem a assumir proporções bastante significativas em termos de comprometimento da qualidade de vida e do aumento da pobreza urbana, ficando cada vez mais acirrada a disputa por espaços de trabalho em todos os setores da economia urbana.

O desenvolvimento espacial da economia metropolitana vem sofrendo importantes mudanças nas últimas décadas. De um movimento que levou a uma

crecente concentração de atividades industriais e de serviços a partir da sede metropolitana passou-se a observar um re-arranjo espacial da produção industrial a partir do final dos anos 1960.

Em função do diagnóstico da realidade, podem ser apontados quatro futuros alternativos para a RMF. O primeiro consiste em um cenário de estagnação econômica com inércia dos atores e agravamento social, fruto da combinação de um cenário nacional de crise econômica e instabilidade político-institucional com um contexto metropolitano marcado pela incapacidade dos atores de conceberem um projeto alternativo de enfrentamento da crise.

O segundo, é um cenário de crescimento econômico com hegemonia liberal, resultado da influência direta do modelo de desenvolvimento predominante no país, de cunho neoliberal, marcado pela estabilidade econômica, retomada do crescimento e redução da presença do estado na promoção de políticas sociais e regulação da economia com um projeto de desenvolvimento metropolitano que privilegia a lógica de mercado.

O terceiro consiste em um cenário de crescimento moderado com políticas compensatórias, que também se processa em meio a um cenário nacional de estabilidade com exclusão, mas que é mediado por uma proposta alternativa puxada pelo Governo do Estado e alguns Governos Municipais de promoção de um desenvolvimento com políticas sociais e ambientais mais ativas, não obstante as restrições de verbas federais.

O quarto é um cenário de crescimento econômico com respeito ao meio ambiente e justiça social, resultante da combinação de um cenário nacional de estabilidade política e econômica, com o estado exercendo efetivamente as funções de promotor de políticas sociais e regulador da economia, com um contexto metropolitano balizado por um projeto pactuado pelos diversos atores metropolitanos em torno de um desenvolvimento em bases sustentáveis. É evidente que este seria o cenário ideal a ser perseguido, o que depende de políticas que invertam as prioridades defendidas pelo pensamento que valoriza o capital e esquece os seres humanos e suas mazelas sociais. Nesse sentido, os impactos socioeconômicos e ambientais podem ser definidos como

conseqüências de um modelo perverso que necessita ser combatido e transformado.

A elaboração deste trabalho consistiu em uma experiência interessante, visto que, a contextualização e construção de indicadores de impactos sócio-ambientais na Região Metropolitana de Florianópolis induz uma nova visão sobre as formas de gestão dos problemas derivados de um processo social intenso no período recente. Assim, no momento em que a metropolização toma-se evidente, a construção de indicadores de impacto implica em uma perspectiva histórica que procura demonstrar que a sociedade e o produto das relações dos seres humanos entre si e com a natureza, consistindo em um caminho para buscar uma nova mentalidade que valorize a participação comunitária visando à construção de uma sociedade melhor, que resulte na efetiva melhoria da qualidade de vida dos habitantes da Grande Florianópolis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? As metamorfoses do mundo do trabalho e dimensões da crise do sindicalismo*. Campinas: mimeo , Unicamp, 1994.
- BAER, Werner. *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.
- BID- BANCO INTERAMERICANO DE DESAROLLO. *América Latina Frente a La Desiguald*. Washington, D.C.: 1998.
- BÓGUS, Lúcia; PAULINO, Ana Yara. *Políticas de emprego, políticas de população e direitos sociais*. São Paulo: EDUC, 1997.
- BÓGUS, L. e MONTALI, L. - *A Reestruturação Metropolitana de São Paulo*. Revista Margem, no. 3. São Paulo: EDUC, 1994, p.159-178.
- BARAT, Josef. *Política de desenvolvimento urbano: aspectos metropolitanos e locais*. Rio de Janeiro; IPEA, 1976.
- BASE DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS** [CD-ROM]. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana. *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro; EDITORA UFRJ, 1997.
- BELUZZO, Luiz G. M & COUTINHO, Renato. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. Vol 1 e 2. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BEZERRA, Maria do Carmo de Lima & FERNANDES, Rubem César (Coord). *Redução das Desigualdades Sociais*. In: Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira. Brasília: MMA/IBAMA, 2000.
- BINOTTO, Gelson Afonso. *O Estado e a Política Habitacional: Um Estudo da Região Conurbada de Florianópolis no período de 1964/1992*. Dissertação de Mestrado. UFSC, 1994.
- BONDUKI, Nabil G. *Habitat : as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo: Stúdio Nobel, 1996.
- CANO, Wilson. *Concentração e Desconcentração Econômica Regional no Brasil: 1970/95*. Revista Economia e Sociedade. Campinas: no. 8, Jun/97, p.101-142.

- CARDOSO, Adauto. ***A utopia em construção: modernidade, ecologia e urbanização***. In: Brasil, território de desigualdade: descaminhos da modernização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p. 85-95.
- _____, ***Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro***. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1996.
- CASTELLS, Manuel. ***A questão urbana***. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- CÁRIO, Sílvio. ***Análise do comportamento do mercado formal em Santa Catarina e seu desdobramento no setor formal***. Fpolis: mimeo, UFSC, 1989.
- CARNOY, Martin. ***Estado e Teoria Política***. Campinas: Papyrus, 1986.
- CARVALHO, Isabel e SCOTTO, Gabriela. ***Conflitos Sócio-Ambientais no Brasil***. Vol. I. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.
- CARUSO, Mariléa Martins Leal. ***O desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais***. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990, 2ª ed.
- CEAG/SC. ***Evolução histórica e econômica de Santa Catarina/ Estudo das Alterações Estruturais (Séc. XVII - 1960)***. Fpolis: CEAG/ SC, 1980.
- CECCA/FNMA.. ***Uma cidade numa Ilha - Relatório sobre os Problemas Sócio-Ambientais da Ilha de Santa Catarina***. Fpolis: INSULAR, 1996.
- CLEMENTINO, Ma. do Livramento. ***Decifrando a Participação: montagem de uma experiência de Orçamento Participativo***. Rio de Janeiro: IEI/IUPERJ, 1995.
- _____. ***Traços Gerais dos Gastos Municipais no Nordeste do Brasil***. In: Anais do III Encontro de Economistas de Língua Portuguesa. Território de Macau, Jun/98.
- CHILCOTE, Ronaldo H. ***Teoria de Classe***. In: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências. N. 39 PP. 85 - 101. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- CONTAGEM POPULACIONAL 1996** [CD -ROM]. IBGE, 1998.
- DAWBOR, Ladislau. ***A intervenção dos Governos Locais no Processo de Desenvolvimento***. São Paulo: Revista Pólis no. 25, 1996.
- DEAK, Csaba ; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs). ***O processo de urbanização no Brasil***. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- DELGADO, Guilherme da Costa. ***Capital financeiro e agricultura no Brasil***. São Paulo: Ícone, 1985.
- DIAS, Genebaldo Freire. ***Populações Marginais em Ecossistemas Urbanos***. Brasília: IBMARNR, 1989.
- DIEESE. ***Desigualdade e Concentração de Renda no Brasil***. Pesquisa 11. São Paulo: 1995.

- DIEESE. *O desemprego e as políticas de Emprego e Renda*. Pesquisa 10. São Paulo: 1992.
- DONNE, Marcella Delle. *Teorias sobre a cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- DUPAS, Gilberto. *Economia Global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ENGELS, Friederich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global Editora, 1986.
- ENGELS, Friederich. *A questão da habitação*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.
- ESPINDOLA, Célio. *Periodização do Processo de desenvolvimento e crise da Economia Brasileira nas décadas de 70 e 80 à Crise Financeira do Estado*. Fpolis: mimeo, UFSC, 1989.
- FARIA, Vilmar E. *Cinquenta Anos de Urbanização no Brasil: Tendências e Perspectivas*. São Paulo : Revista Novos Estudos CEBRAP; no. 29, Março 1991.
- FERREIRA, José Maria Carvalho. *Necessidades Sociais, Marginalidade Social e Movimentos Sociais no Contexto Urbano*. Lisboa:Universidade Técnica de Lisboa. Mimeo, 1992.
- FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE (FIDEM). *Plano de Desenvolvimento Metropolitano (PDM)*. Recife,1983.
- _____. *Metrópole 2010. Potencialidades Metropolitanas*. Recife, 1997.
- _____. *Região Metropolitana do Recife: Diagnóstico Situacional de Desenvolvimento Sócio-Econômico*. Recife, 1997.
- FIORI, José Luís. *Sonhos Prussianos, crises brasileiras - leitura política de uma industrialização tardia*. Ensaios FEE. Porto Alegre, 1990.
- FISCHER, Tânia. *Gestão Contemporânea. Cidades e Organizações Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GADELHA, Regina M. A. Fonseca (Org.). *Globalização, Metropolização e políticas neoliberais*. São Paulo: EDUC, 1997.
- GENRO, Tarso. *Combinar Democracia Direta e Democracia Representativa*. In: Desafios do Governo Local: O modo petista de governar. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1997.
- GEORGE, Pierre. *Geografia Urbana*. São Paulo: Difel, 1983.
- GONZÁLEZ, Juan R., ESPÁRCIA, Javier P. *Pobreza y desigualdad en los países en desarrollo*. Madrid : Sintesis, 1992
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.

- GUIMARAES, Roberto P. *Desenvolvimento Sustentável: Da retórica à formulação de políticas públicas*. In: A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro; EDITORA UFRJ, 1997.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- _____. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *Los limites del capitalismo y la teoría Marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- IANNI, Octávio. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- IBGE, *Anuário Estatístico*, Vários exemplares.
- IPUF, *Diagnóstico das Áreas Carentes em Fpolis, 1991*
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- KURZ, Robert. *Perdedores Globais*. Folha de São Paulo, pag. 5-9, Mais. São Paulo: 1995.
- LAGO, Paulo F. *A polêmica urbana*. Fpolis: Palavra Comunicação. 1996.
- LISBOA, Armando de Melo. *Desordem do Trabalho, Economia Popular e Exclusão Social: Algumas Considerações*. Fpolis: UFSC. Mimeo, 1998.
- LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LOJKINE, Jean. *A classe operária em mutações*. Belo Horizonte: Nosso Tempo, 1990.
- MANTEGA, Guido & MORAES, Maria. *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MARCUSE, P. *The enclave, the citadel and the guetto. What has changed in the post-fordist U.S. City*. Urban Affairs Review, Sage Pbl. Inc., vol. 33, n. 2, Nov. 97, p. 228-264.
- MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARMMARELLA, Rosetta. *Desigualdade e exclusão social*. ANPOCS., 1998. Capturado na Internet: [[http://www.clacso.org/~sala de leitura.html](http://www.clacso.org/~sala%20de%20leitura.html)].
- MARTIGNAGO, Décio. *Análise Institucional Das Experiências De Planejamento Governamental Em Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado Administração.UFSC/CPGA,1981.
- MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Ed. Caetes., 1987.
- _____. *Desenvolvimento, Dinâmica Demográfica e Meio Ambiente: Repensando a Agenda Ambiental Brasileira*. Brasília: Instituto SPN, 1991.

- MARTINE, George (Org.) . **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas; SP: Unicamp, 1993.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro I , Vol I. São Paulo: Difel, 1985.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro I , Vol II. São Paulo: Difel , 1985.
- MERICO, Luiz Fernando Krieger. **Proposta Metodológica de Avaliação de Desenvolvimento Econômico na Região do Vale do Itajaí – SC – Através de Indicadores Ambientais**. Mimeo. Blumenau: FURB, 1996.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- MICHELS, Ido Luiz. **Uma Crítica à Economia Política Catarinense**. Tese de Mestrado Campina Grande- UFPb, 1993.
- MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico -1956 aos precatórios-1997**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1998.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cidades Sustentáveis: subsídios para à elaboração da Agenda 21 Brasileira**. Brasília: Edições IBAMA, 2000.
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **Industrialização e Ecodesenvolvimento: Contradições, Possibilidades e Limites em Economia Capitalista Periférica - o Estado de Santa Catarina**. Dissertação de mestrado. UFSC: Fpolis, 1994.
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Tese de Doutorado.UFSC: Fpolis,1999.
- NASCIMENTO, Elimar P. **Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários**. Cad.CRH. Salvador, n.21. p.29-47, jul./dez. 1994.
- NAKANO, Yoshiaki. **Globalização, Competividade e novas regras do comércio mundial**. In: Revista de Economia Política, vol. 14. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- NOVAES, Washington (Coord). **Agenda 21 Brasileira – Bases para Discussão**. Brasília: MMA/PNUD, 2000.
- OLÍMPIO, José. **Caracterização e conservação dos ecossistemas da Ilha de Santa Catarina**. Internet, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

- OURIQUES, Helton Ricardo. *Turismo em Florianópolis: uma crítica a "indústria pós-moderna"*. Tese de Mestrado Fpolis - UFSC, 1996.
- PANORAMA SOCIAL DE AMERICA LATINA**. Santiago de Chile, 1996.
- PERES, Lino Fernando Bragança. *Crisis de un patrón de desarrollo territorial y su impacto urbano-habitacional en Brasil (1964-1992) - La Punta del iceberg: los "sin-techo" en la región de Fpolis, SC*. Tese de Doutorado. UNAM: México, 1994.
- PRETECEILLE, Edmond. *O conceito de classe social na pesquisa urbana*. In: Revista de Ciências Sociais, vol. 31, N. 2, Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- _____. *Cidades globais e Segmentação Social*. In: QUEIROZ RIBEIRO, L. C. e O. Santos Junior. *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p.65-92.
- PIQUET, Rosélia; TAVARES, Hermes de Magalhães e Ribeiro, Ana Clara Torres. *O Desenvolvimento Urbano em Questão: textos didáticos*. Rio de Janeiro: Publipur/UFRJ, 1986.
- PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres. (Orgs.). *Brasil, Território de Desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- QUINTAS, Jose Silva. *A questão ambiental*. IBAMA, 1997.
- RODRIGUES, Edmilson Brito. *Aventura Urbana: urbanização, trabalho e meio-ambiente em Belém*. Vanguarda Comunicação, 1996.
- ROHR, João Alfredo. 1977. *O Sítio Arqueológico do Pântano do Sul*. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina.
- ROJAS, Eduardo y DAUGHTERS, Robert (edit). *La ciudad en el siglo XXI: experiencias exitosas en gestión del desarrollo urbano en América Latina*. Washington, D.C.: 1998.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- . *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1986.
- . *Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente*. São Paulo: Stúdio Nobel, Fundap, 1993.
- SADER, Emir; GENTILLI, Pablo. *Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SALAMA, Pierre. *Pobrezas e desigualdades no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1997.
- SANTA CATARINA, *Anuário Estatístico de Santa Catarina*, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reinventar a Democracia: entre o pré-contratualismo e pós-contratualismo*. In: A crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

- SASSENS, S. - "*The Global City*" in F. Campbell Readings in Urban Theory, Oxford, Blackwell, 1997, p. 61-71.
- SCHNEIDER, Leda. *Marginalidade e delinquência juvenil*. São Paulo: Cortez, 1987.
- SCHMITZ, P.I.; DE MASI, M. A.; VERARDI, I.; LAVINA, R.; JACOBUS, A. L. 1992. *Escavações Arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr - O Sítio Arqueológico da Armação do Sul*. Pesquisas Nº 48. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas.
- SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE. *Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico*. Fpolis, 1996.
- SERRA, José. *Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Após Guerra: A Crise Recente*. Revista de Economia Política. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SILVA, Etienne Luiz. *O Desenvolvimento Econômico Periférico e a Formação da Rede Urbana*. Tese de Mestrado UFRGS, 1978.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.
- SORJ, Bernard et alli. *Camponeses e Agroindústria. Transformação Social e Representação Política na Avicultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- SORJ, Bernard. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- TAVARES, Hermes M. *Inovações tecnológicas e suas implicações territoriais*. In: Brasil, território de desigualdade: descaminhos da modernização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991. pp 85-95.
- TOLEDO, Ana Helena Pompeu; CAVALCANTI, Marly. (Orgs.). *Planejamento urbano em debate*. São Paulo: Cortez de Moraes, 1978.
- THORP, Rosemary. *Progresso, Pobreza e Exclusão: uma História Econômica da América Latina no Século XX*. Washington, D.C.: BID, 1998.
- TUMSER, Gabriele; OLIVIERI, Silvio; SENEJOVICH, Héctor (Orgs.). *Sistemas Ambientales, planificación y desarrollo*. México: Ediciones SIAP, 1987.
- UNGER, Nancy Mangabeira. (Org.). *Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico*. São Paulo: Loyola, 1992.
- VAN KEMPEN e MARCUSE, P. *A new spatial order in cities?* American Behavioral Scientist, Nov/Dez, 1997, p. 285-298.(mimeo)

- VÉRAS, Maura P. B. **Territorialidade e segregação sócio-espacial em São Paulo**. Texto apresentado ao III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Lisboa, 1994.
- VIEIRA, Paulo Freire. **Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento**. In: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 1995.
- VIEIRA, Paulo Freire; GUERRA, Michel Pedro (Orgs.). **Biodiversidade, biotecnologia e ecodesenvolvimento**. Anais do I Simpósio nacional - o sol é nosso: perspectivas de ecodesenvolvimento para o Brasil. Fpolis: UFSC, 1994.
- VIEIRA, Paulo Freire et alli (Org.) **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs**. Porto Alegre: Palotti /APED, 1998.
- XAVIER, Jurandir A. **O Capitalismo Financeiro no Brasil**. Tese Doutorado. USP. Mimeo. São Paulo, 1989.
- ZICCARDI, Alicia. **Las ciudades y la cuestión social**. UNAM . Capturado na Internet em 1998 [[http://www.clacso.org/~sala de leitura.html](http://www.clacso.org/~sala%20de%20leitura.html)].
- ZIMMERMANN, Ilaine. **Educação e a modernização da produção: algumas considerações**. *Indicadores Econômicos FEE*, 1995, v.22, n.4, p.293-307.

ANEXOS

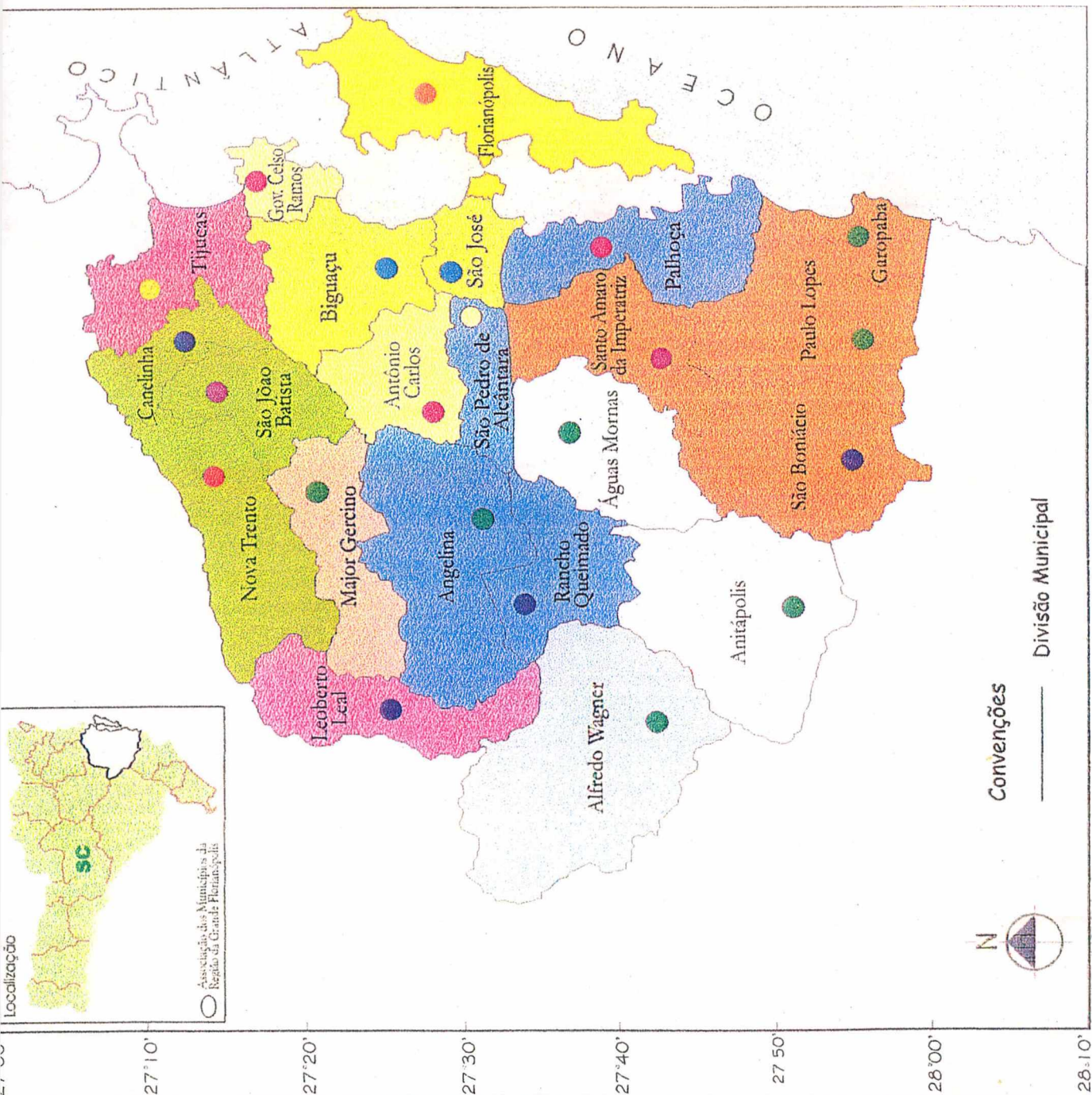
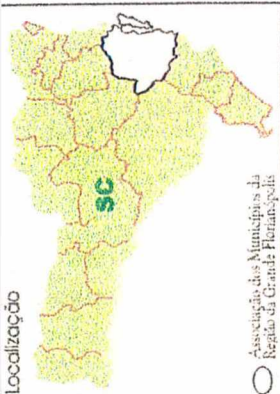
Metropolização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis (1986 - 1996)

Quadro 1 - Distribuição Espacial da População - Associação dos Municípios da Grande Fpolis 1980-1996

Município	1980			1991			1996		
	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
1 Aguas Mornas	4626	3830	796	4611	3569	1042	4840	3208	1632
2 Alfredo Wagner	9492	7518	1974	9795	7623	2172	9187	7002	2185
3 Angelina	6669	6049	620	6268	5535	733	6051	5280	771
4 Anitapólis	4598	4038	560	3584	2534	1050	3345	2308	1037
5 Antônio Carlos	8412	4655	757	5613	4636	977	6007	4797	1210
6 Biguaçu	21441	5339	16102	34063	5856	28207	40047	4937	35110
7 Canelinha	7156	3979	3177	8165	4439	3726	8209	4206	4003
8 Florianópolis	187880	26678	161201	255390	15394	239996	271281	26624	250657
9 Garopaba	8238	5371	2867	9918	4740	5178	11718	6068	5658
10 Gov. Celso Ramos	7814	3477	4337	9629	2157	7472	10864	2895	7869
11 Leoberto Leal	4237	3966	271	4268	3787	481	4120	3629	491
12 Major Gercino	3846	2958	888	3785	2681	1104	3534	2514	1020
13 Nova Trento	9110	5521	3589	9122	3886	5236	9369	3549	5820
14 Palhoça	38023	2890	35133	68430	2639	65791	81176	2566	78610
15 Paulo Lopes	5490	3327	2163	5530	2712	2818	5589	2413	3176
16 Rancho Queimado	2514	1695	819	2359	1422	937	2443	1375	1668
17 Sto Amaro da Imperatriz	11316	5511	5805	13392	5691	7701	14569	5790	8779
18 São Bonifácio	3534	2958	576	3373	2717	656	3199	2478	631
19 São João Batista	10693	4780	5913	12765	4484	8281	13637	4700	8937
20 São José	87822	8168	79654	139493	11118	128375	151024	13365	137659
21 São Pedro Alcântara(*)	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd
22 Tijucas	14608	5624	8984	19650	5316	14334	20160	4618	15542
Total GRANFPOLIS	464519	118333	338186	629183	102938	526247	880279	108422	571857
SANTA CATARINA	3628292	1476715	2151577	4542030	1330815	3211216	4876244	1310114	3565130
BRASIL	119011062	38559551	80451471	146815747	36823042	110992705	167070161	33883331	123076830

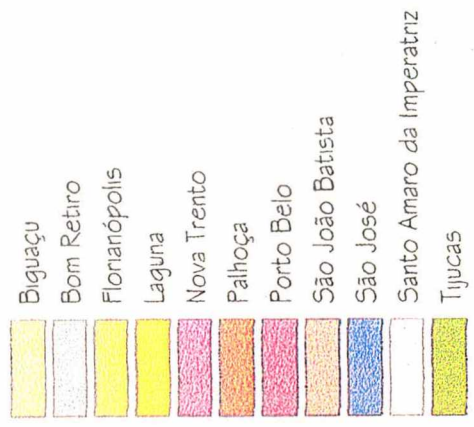
Fonte: Censo Demográfico - IBGE 1980/1991
Contagem Populacional - IBGE 1996

Localização

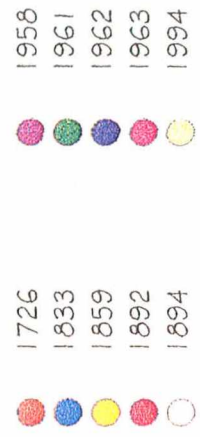


Legenda

Municípios de origem



Ano de Criação



Projeto: **Metroplização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis**

Referências:

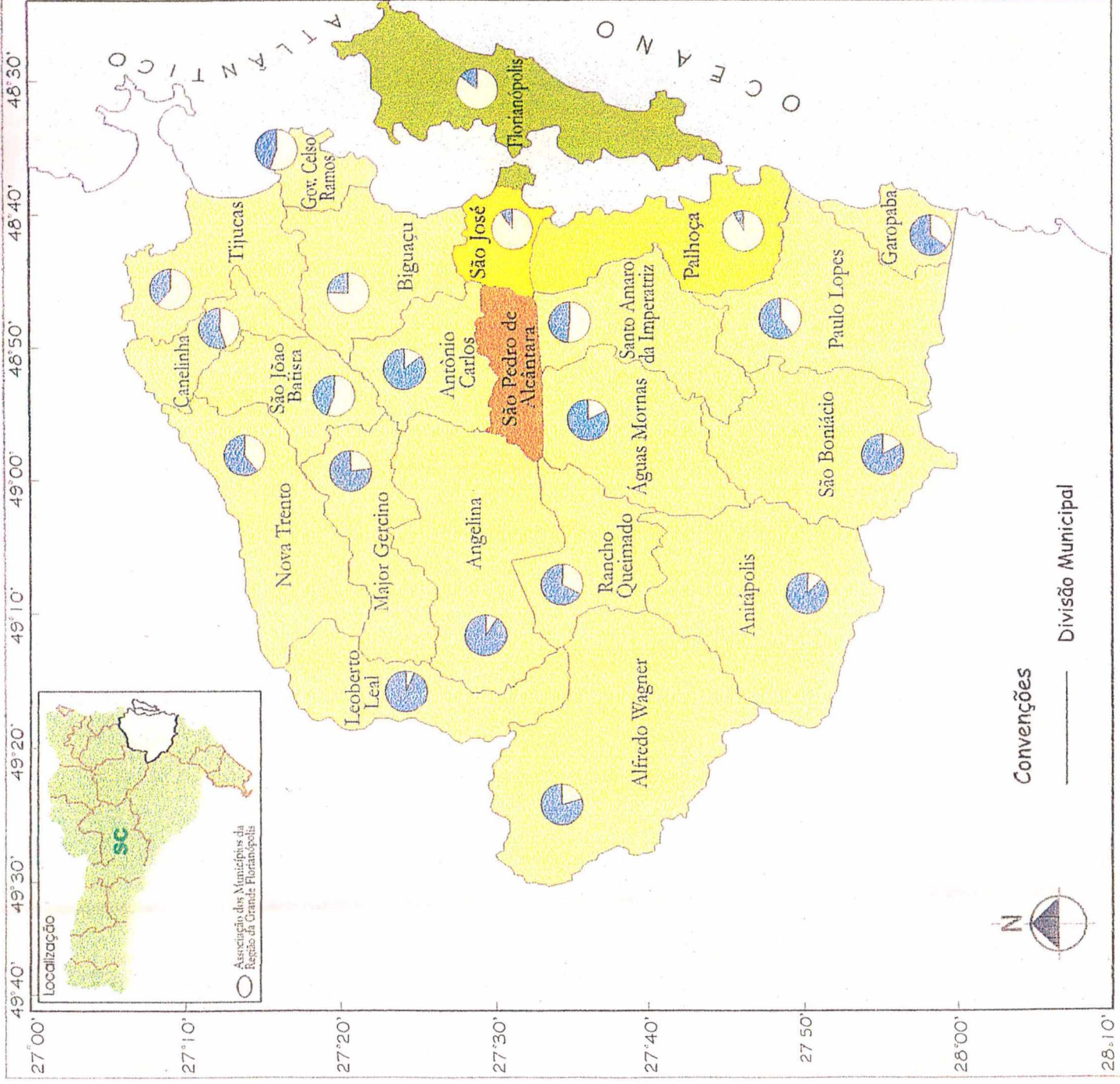
Especialização da Origem dos Municípios

Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala: 1:1750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cartas\Origem

Instituição: PPGSP/CFH/UFSC Carta Temática: **01**

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul - 1999!



Legenda

População (Nº Habitantes)

- Menos de 25.000
- 25.000 a 40.000
- 40.000 a 100.000
- 100.000 a 200.000
- Mais de 200.000
- Informação Não Disponível

Distribuição da População

- Rural
- Urbana

População (Nº Habitantes)

- BRASIL
- SANTA CATARINA
- GRANFLOPIS

Projeto: **Metropolização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis**

Referência: **Espacialização da População Urbana e Rural - 1980**

Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

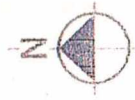
Escala: 1:750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cartas\Pop80

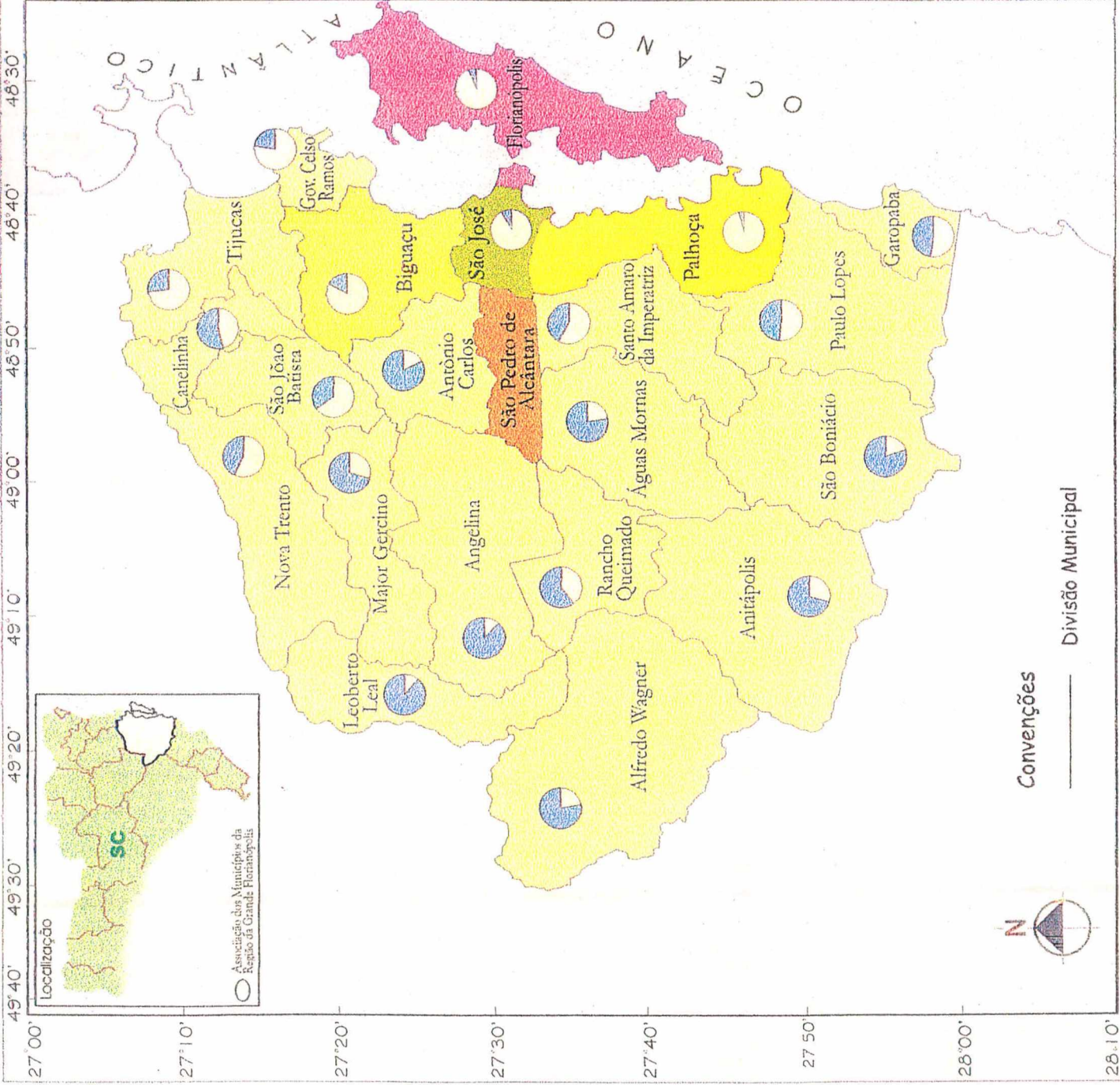
Instituição: PPGSP/CFH/UFSC Carta Temática: 02

Fonte: Censo Demográfico - IBGE 1980/1991
Contagem Populacional - IBGE 1996

Convenções

- Divisão Municipal





Legenda

- População (Nº Habitantes)
- Menos de 25.000
 - 25.000 a 40.000
 - 40.000 a 100.000
 - 100.000 a 200.000
 - Mais de 200.000
 - Informação Não Disponível

Distribuição da População

- Rural
- Urbana

População (Nº Habitantes)

- BRASIL 146.815.747
- SANTA CATARINA 4.542.030
- GRANFIOPOLIS 629.183

Projeto: Metropolição e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis
 Referência:

Espacialização da População Urbana e Rural - 1991

Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala:	1/750.000	Data:	Abril/2000	Arquivo:	C:\CartasPop91
Instituição:	PPGSP/CFH/UFSC		Cartas Temáticas:	03	
Fonte:	Censo Demográfico - IBGE 1980/1991 Contagem Populacional - IBGE 1996				

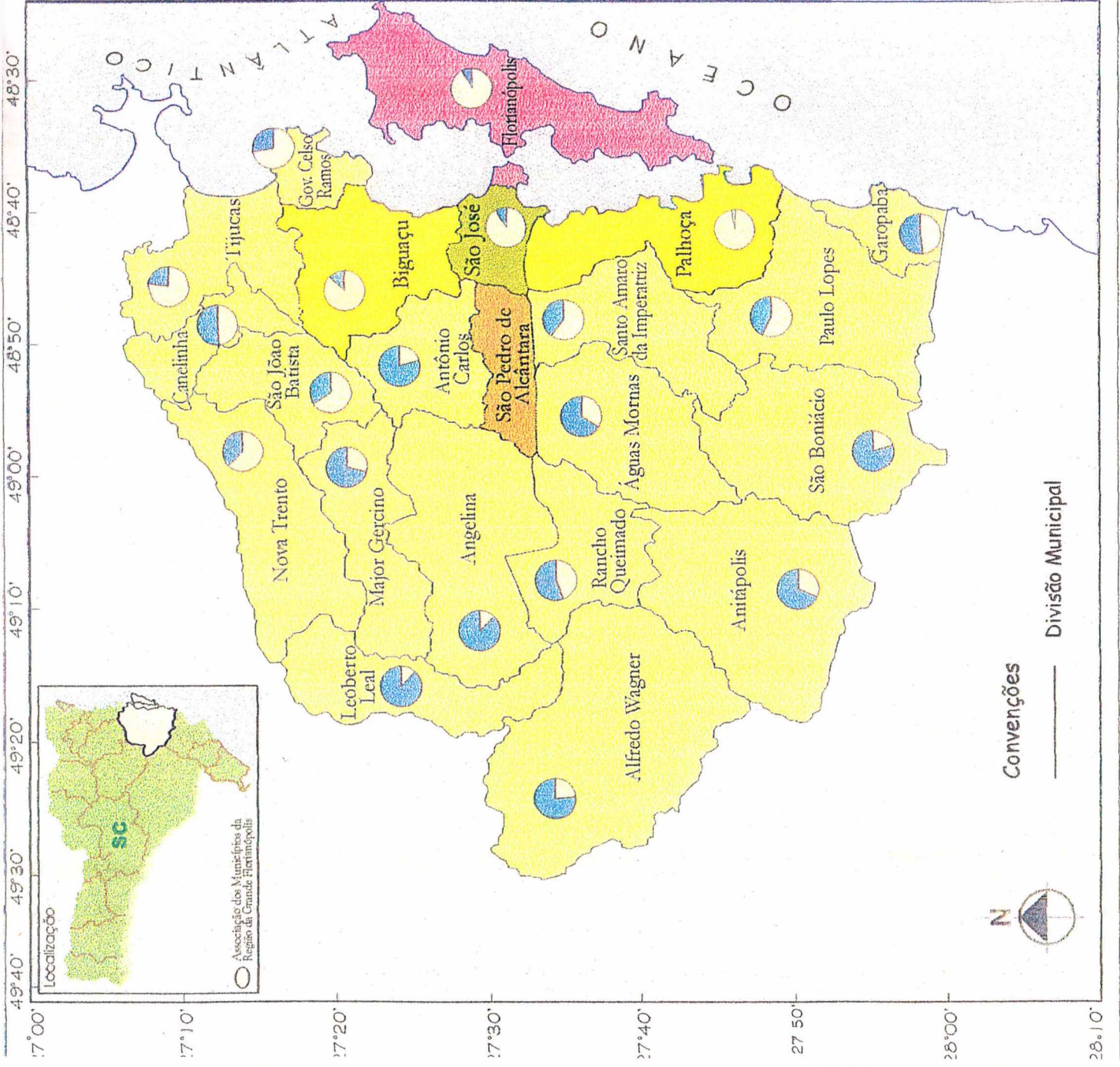
Convenções

— Divisão Municipal

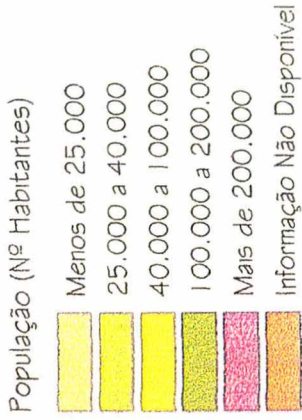


49° 40' 49° 30' 49° 20' 49° 10' 49° 00' 48° 50' 48° 40' 48° 30'

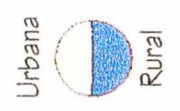
27° 00' 27° 10' 27° 20' 27° 30' 27° 40' 27° 50' 28° 00' 28° 10'



Legenda



Distribuição da População



População (Nº Habitantes)



Projeto: **Metropolização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis**

Referência:

Espacialização da População Urbana e Rural - 1996

Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala: 1:750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cartas\Pop96

Instituição: PPGSP/CFH/UFSC Carta Temática: **04**

Fonte: Censo Demográfico - IBGE 1980/1991
Contagem Populacional - IBGE 1996

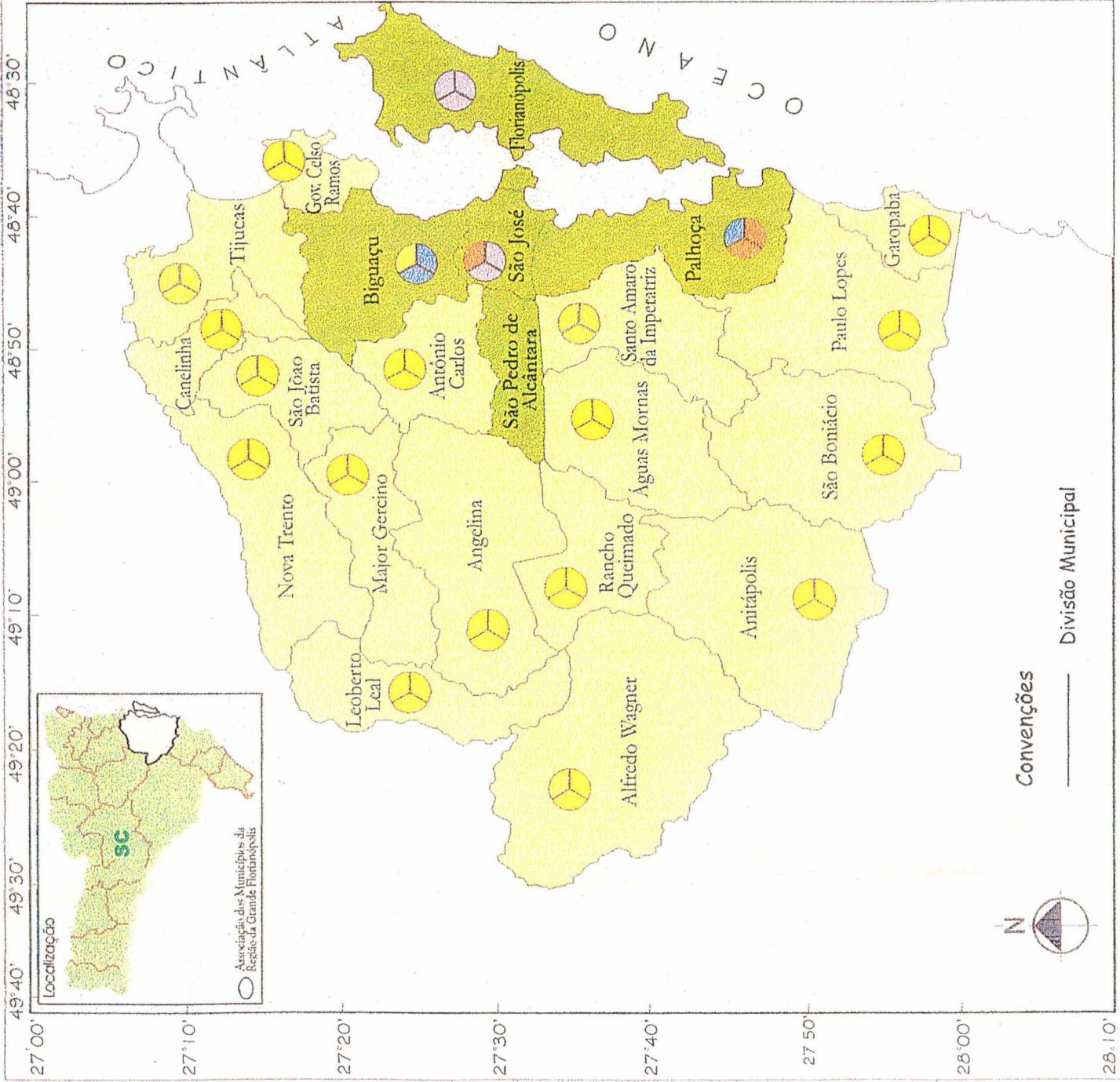
Convenções

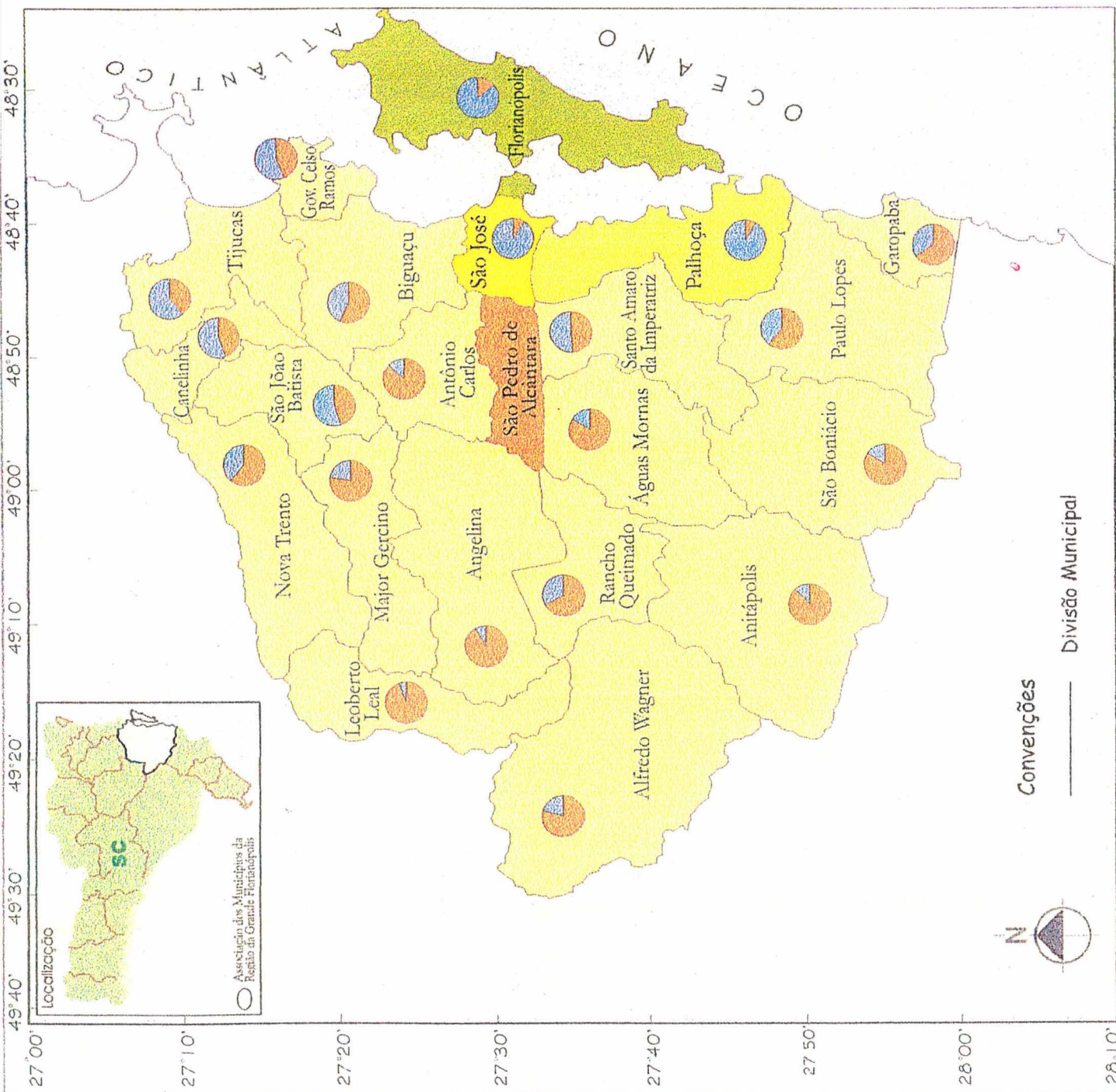
Divisão Municipal



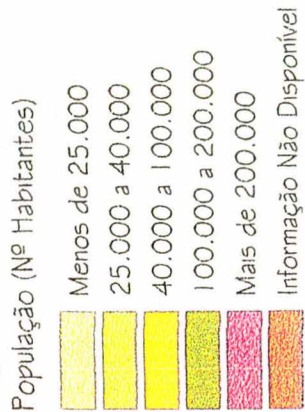
49°40' 49°30' 49°20' 49°10' 49°00' 48°50' 48°40' 48°30'

27°00' 27°10' 27°20' 27°30' 27°40' 27°50' 28°00' 28°10'

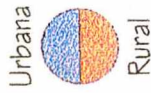




Legenda



Participação Relativa da População



Participação Relativa da População



Projeto: **Metropolização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis**

Referência: **Espacialização da Participação Relativa da População Urbana e Rural - 1980**

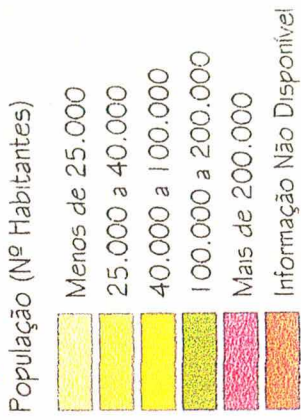
Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala: 1:750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Catas\Partrel80

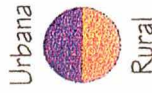
Instituição: PPGSP/CFH/UFSC Carta Temática: **06**

Fonte: Censo Demográfico - IBGE 1980/1991
Contagem Populacional - IBGE 1996

Legenda



Distribuição da População



População (Nº Habitantes)



Projeto: Metropolitização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis

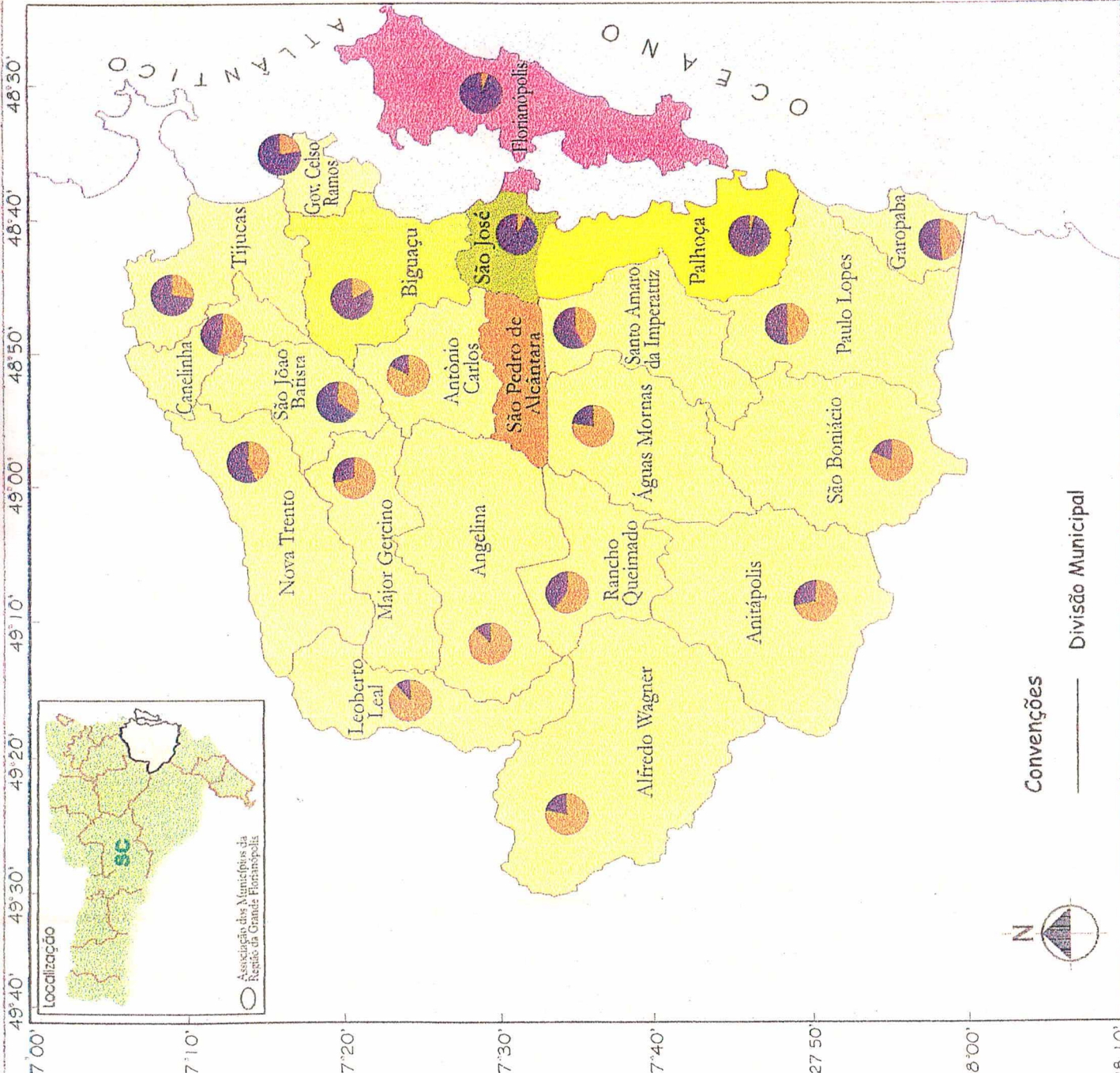
Referência: Espacialização da Participação Relativa da População Urbana e Rural - 1991

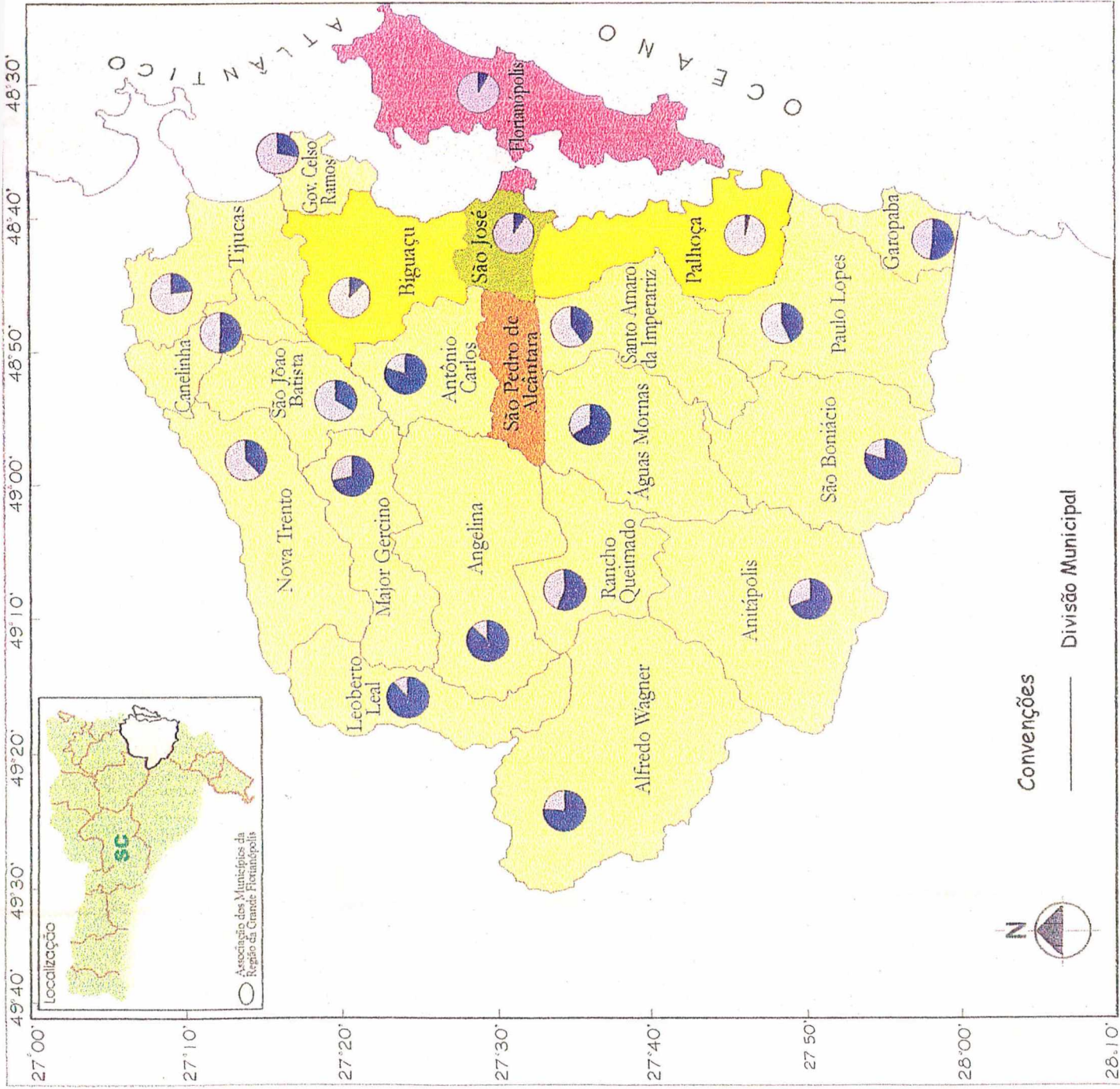
Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala: 1:750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cartas\Partre91

Instituição: PPGSP/CFH/UFSC Carta Temática: 07

Fonte: Censo Demográfico - IBGE 1980/1991 Contagem Populacional - IBGE 1996





Legenda

- População (Nº Habitantes)**
- Menos de 25.000
 - 25.000 a 40.000
 - 40.000 a 100.000
 - 100.000 a 200.000
 - Mais de 200.000
 - Informação Não Disponível
- Distribuição da População**
- Urbana
- Rural
- População (Nº Habitantes)**
- BRASIL 157.070.161
- SANTA CATARINA 4.875.244
- GRANDFLOPIS 680.279

Projeto: **Metropolização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis**

Espacialização da Participação Relativa da População Urbana e Rural - 1996

Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala: 1/750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cartas\Fatrel96

Instituição: PPGSP/CFH/UJFSC Carta Temática: **08**

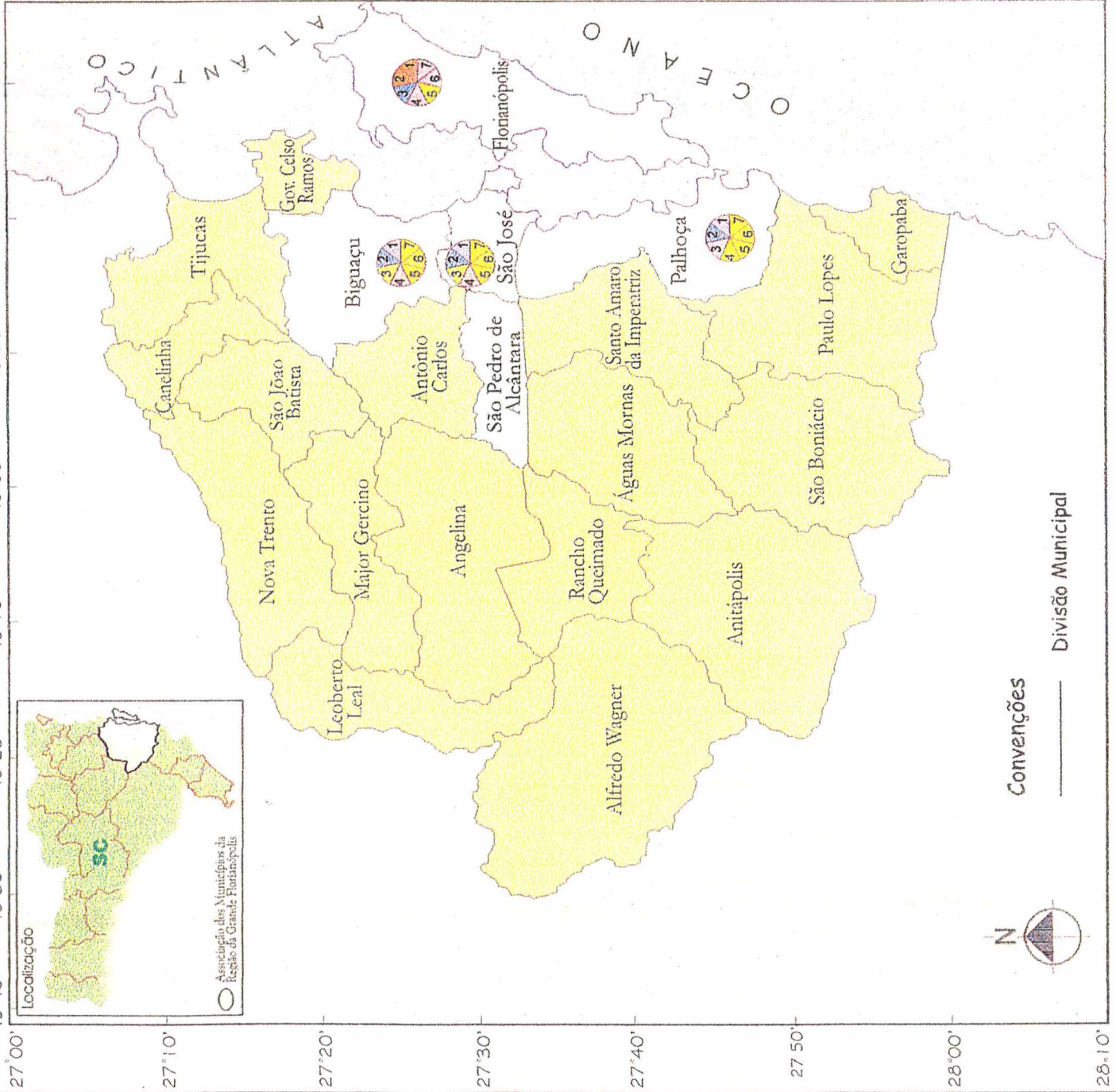
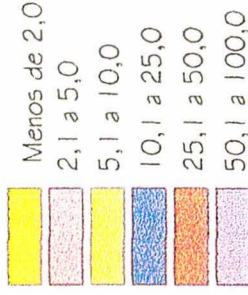
Fonte: Censo Demográfico - IBGE 1980/1991
Contagem Populacional - IBGE 1996

Legenda



Associação dos Municípios da Grande Florianópolis
Municípios da Área Conurbada

Migração na área conurbada - 4 anos ou mais (%)



Projeto: Metropolitização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis

Referência: Especialização do Percentual de Pessoas Migrantes na Área Conurbada (4 anos ou mais) - 1996

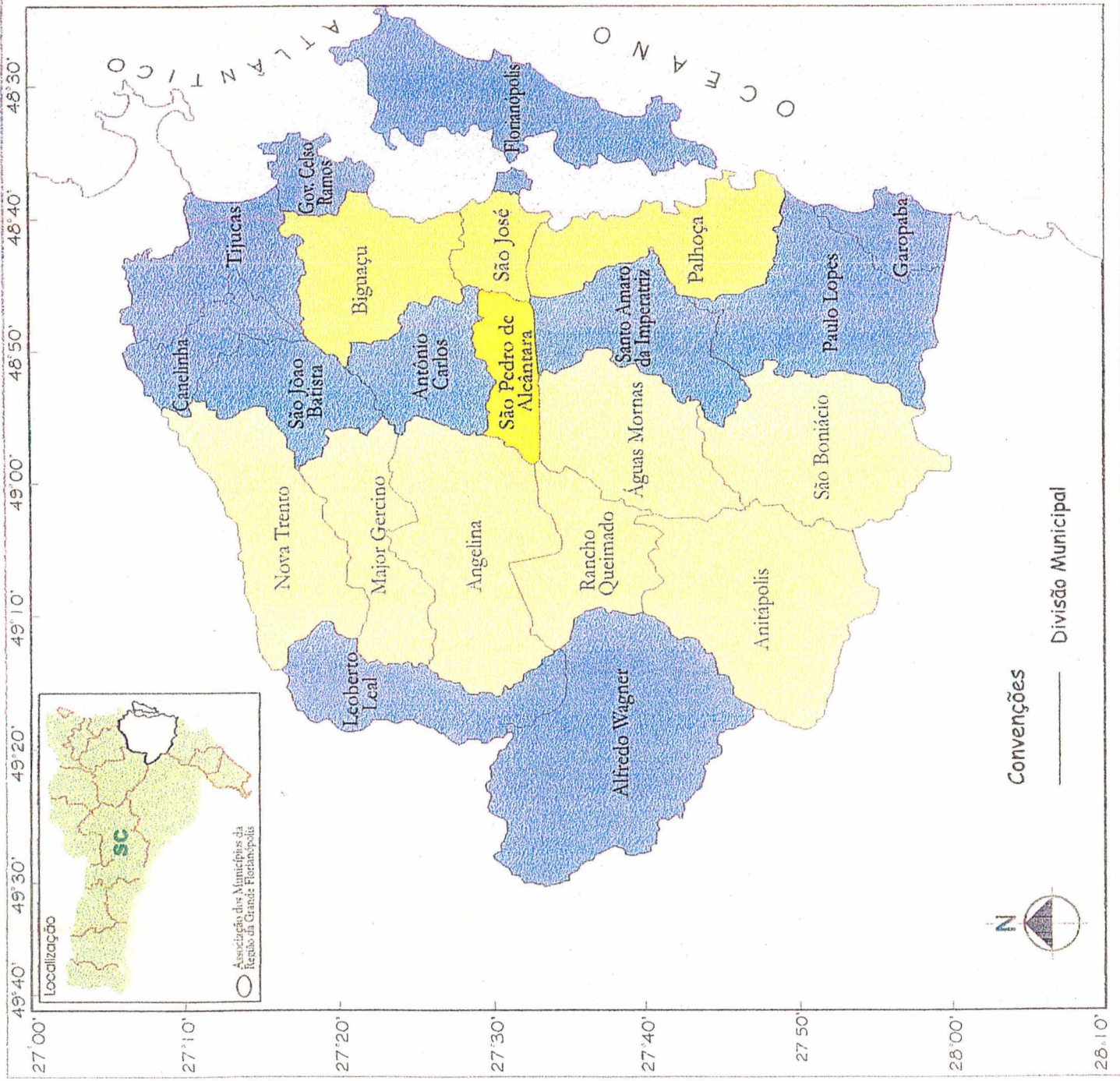
Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala: 1:750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cartas\migração

Instituição: PPGSP/CFH/UFSC Carta Temática: **09**

Fonte: Base de Informações Municipais - IBGE - 1998

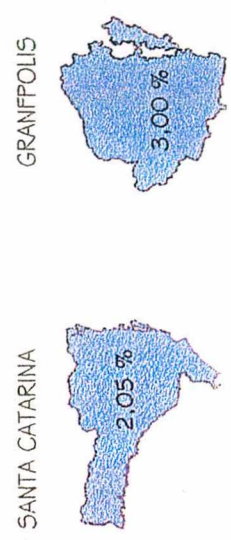
Convenções Divisão Municipal



Legenda

- Taxa de Crescimento (%)
- Menos de 0
 - 0,01 a 3
 - Mais de 3
 - Informação não Disponível

Taxa de Crescimento no Estado e Região



Projeto: Metropolitização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis

Referência: **Espacialização da Taxa de Crescimento Geométrico Anual 1980-1991**

Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala: 1/750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cartas\popgeo

Instituição: PPGSP/CFH/UFSC Carta Temática: **10**

Fonte: IBGE

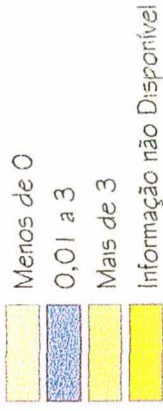
Convenções

— Divisão Municipal



Legenda

Taxa de Crescimento (%)

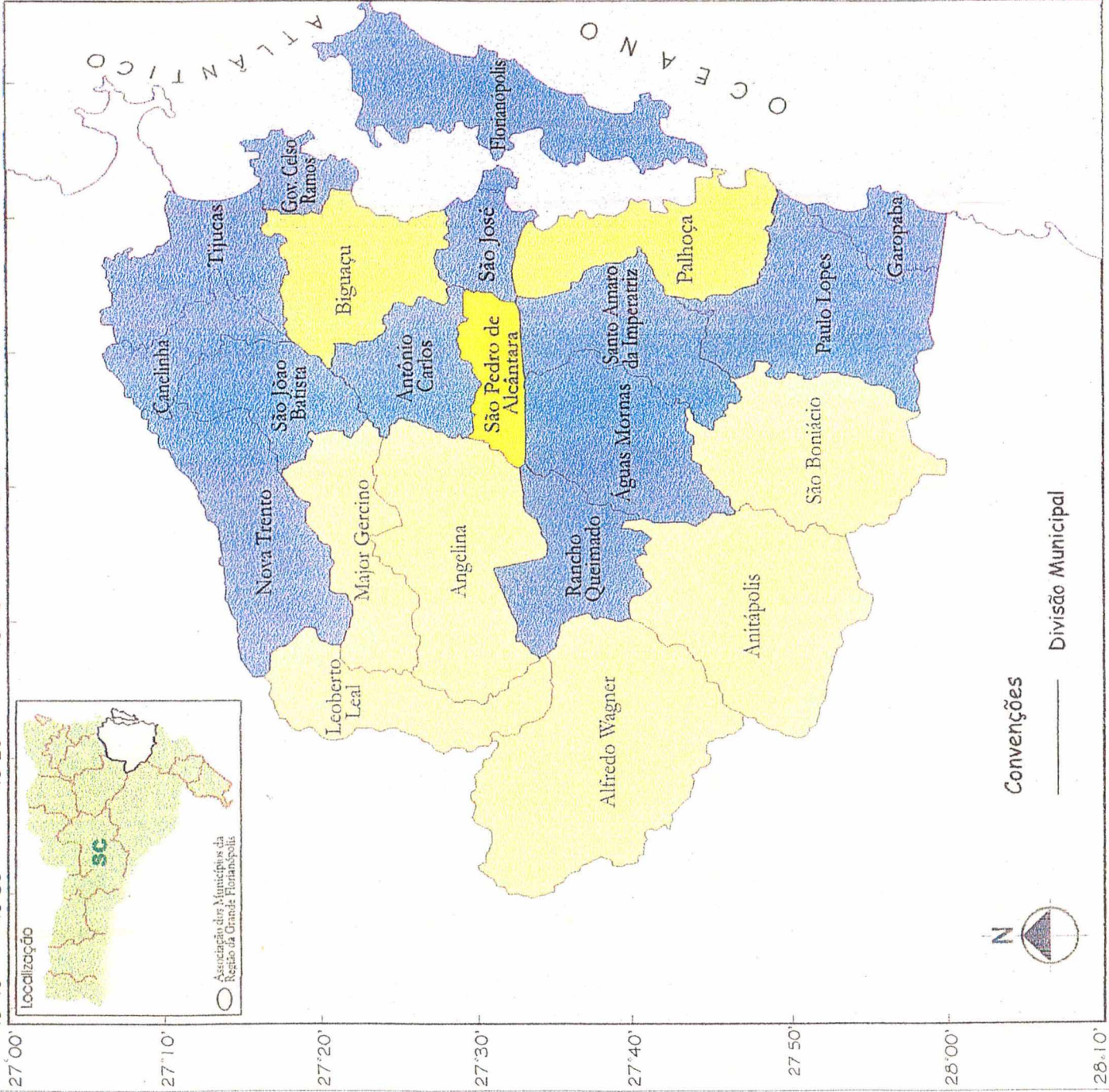


Taxa de Crescimento no Estado e Região

SANTA CATARINA



GRANIPOLIS



Projeto: Metropolização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis

Referência:

Espacialização da Taxa de Crescimento Geométrico Anual 1991-1996

Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

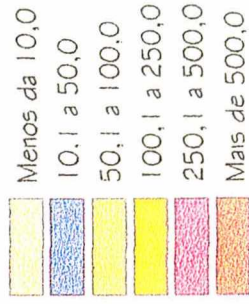
Escala: 1:750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cafazapopge02

Instituição: PPGSP/CFH/UFSC Carta Temática: 11

Fonte: IBGE

Legenda

Densidade Demográfica (Hab/Km²)



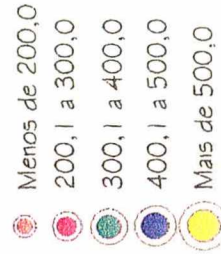
BRASIL

SANTA CATARINA

GRANFÓPOLIS



Área Geográfica (Km²)



Projeto: Metropolização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis

Referência:

Área Geográfica e Densidade Demográfica - 1996

Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala: 1:750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cartas\densidade

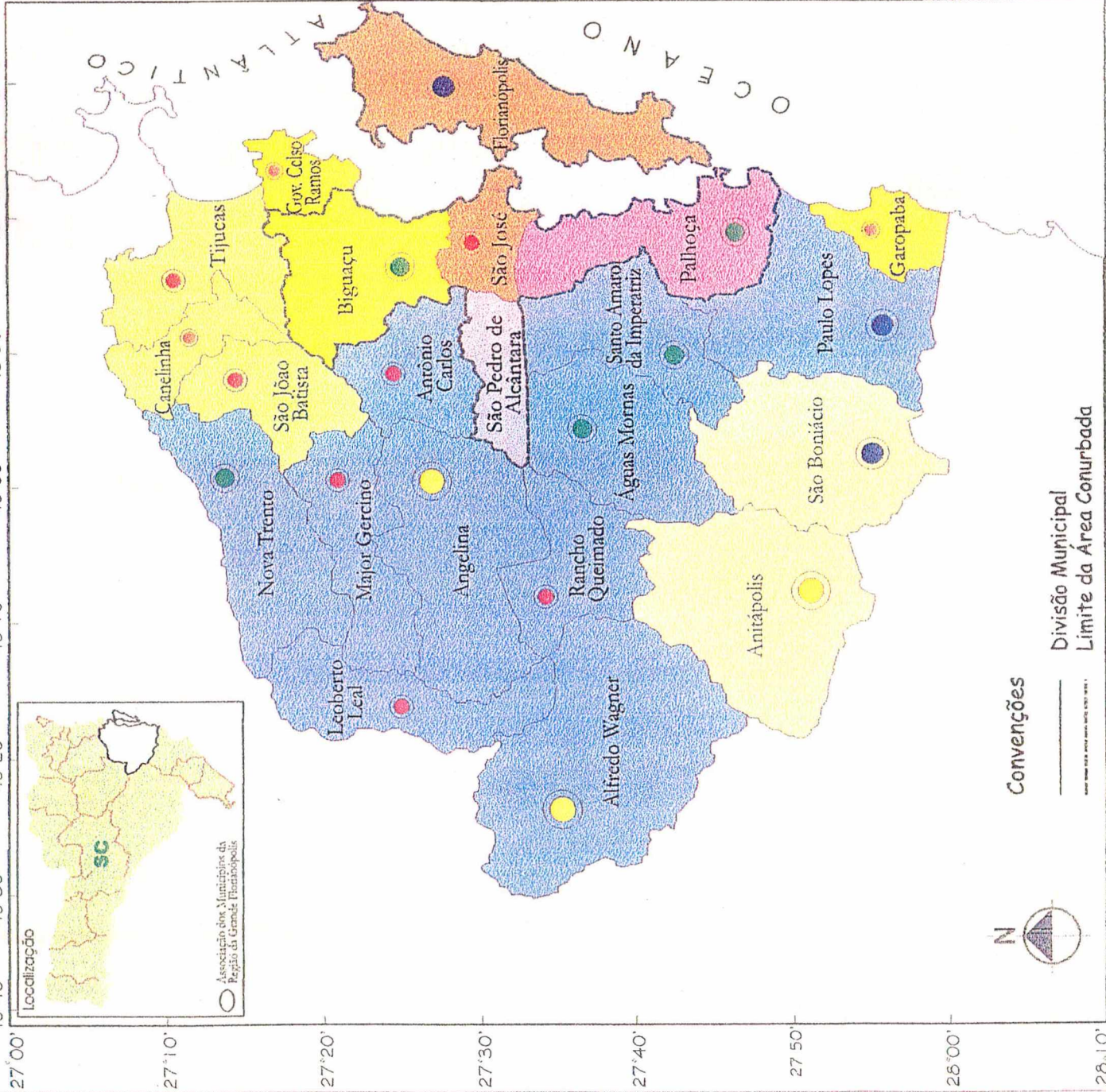
Instituição:

PPGSP/ICFH/UFSC

Carta Temática:

12

Fonte: Contagem Populacional - IBGE - 1996



Legenda

Número de Trabalhadores por Faixa Salarial

A	Até 0,5 SM
B	0,50 a 1,00 SM
C	1,00 A 2,00 SM
D	2,00 A 3,00 SM
E	3,00 A 4,00 SM
F	4,00 A 5,00 SM
G	5,00 A 7,00 SM
H	7,00 A 10,00 SM
I	10,00 A 15,00 SM
J	15,00 A 20,00 SM
K	Acima de 20,00 SM
L	Ignorado

Participação Relativa por Faixa Salarial

Até 0,5 SM
0,50 a 1,00 SM
1,00 A 2,00 SM
2,00 A 3,00 SM
3,00 A 4,00 SM
4,00 A 5,00 SM
5,00 A 7,00 SM
7,00 A 10,00 SM
10,00 A 15,00 SM
15,00 A 20,00 SM
Acima de 20,00 SM
Ignorado

Projeto:

Metropolização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis

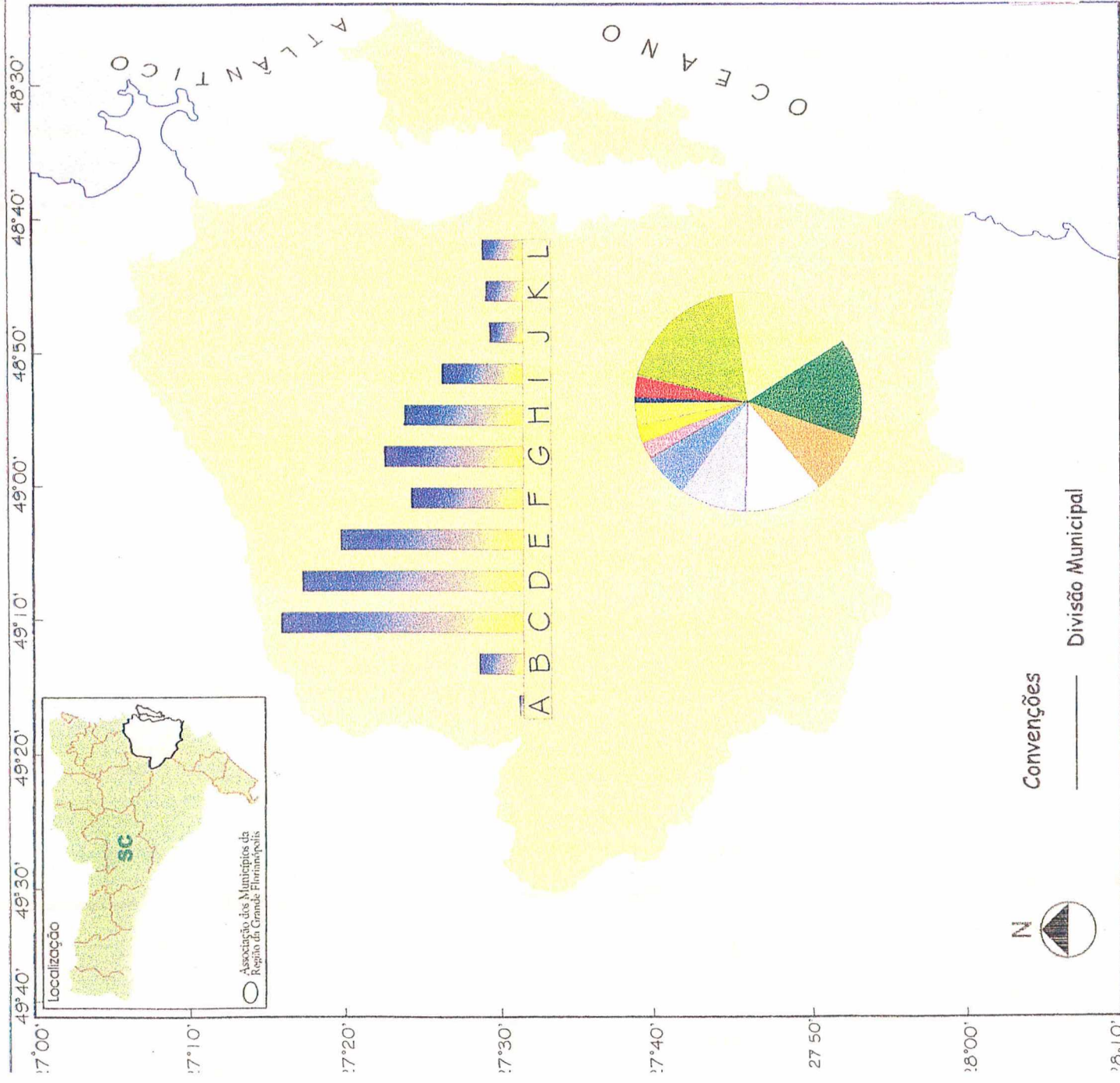
Referência:
Espacialização do Número de Trabalhadores e Participação Relativa por Faixa Salarial - 1986

Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala: 1:750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cartalab\laza 06

Instituição: PPGSP/CFH/UFSC Carta Temática: 13

Fonte: Mtb / CAGED - RAIS 1986 - 1996



Convenções

— Divisão Municipal



Legenda

Número de Trabalhadores por Faixa Salarial

- A Até 0,5 SM
- B 0,50 a 1,00 SM
- C 1,00 A 2,00 SM
- D 2,00 A 3,00 SM
- E 3,00 A 4,00 SM
- F 4,00 A 5,00 SM
- G 5,00 A 7,00 SM
- H 7,00 A 10,00 SM
- I 10,00 A 15,00 SM
- J 15,00 A 20,00 SM
- K Acima de 20,00 SM
- L Ignorado

Participação Relativa por Faixa Salarial

- Até 0,5 SM
- 0,50 a 1,00 SM
- 1,00 A 2,00 SM
- 2,00 A 3,00 SM
- 3,00 A 4,00 SM
- 4,00 A 5,00 SM
- 5,00 A 7,00 SM
- 7,00 A 10,00 SM
- 10,00 A 15,00 SM
- 15,00 A 20,00 SM
- Acima de 20,00 SM
- Ignorado

Fonte:

Metrópolis e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis

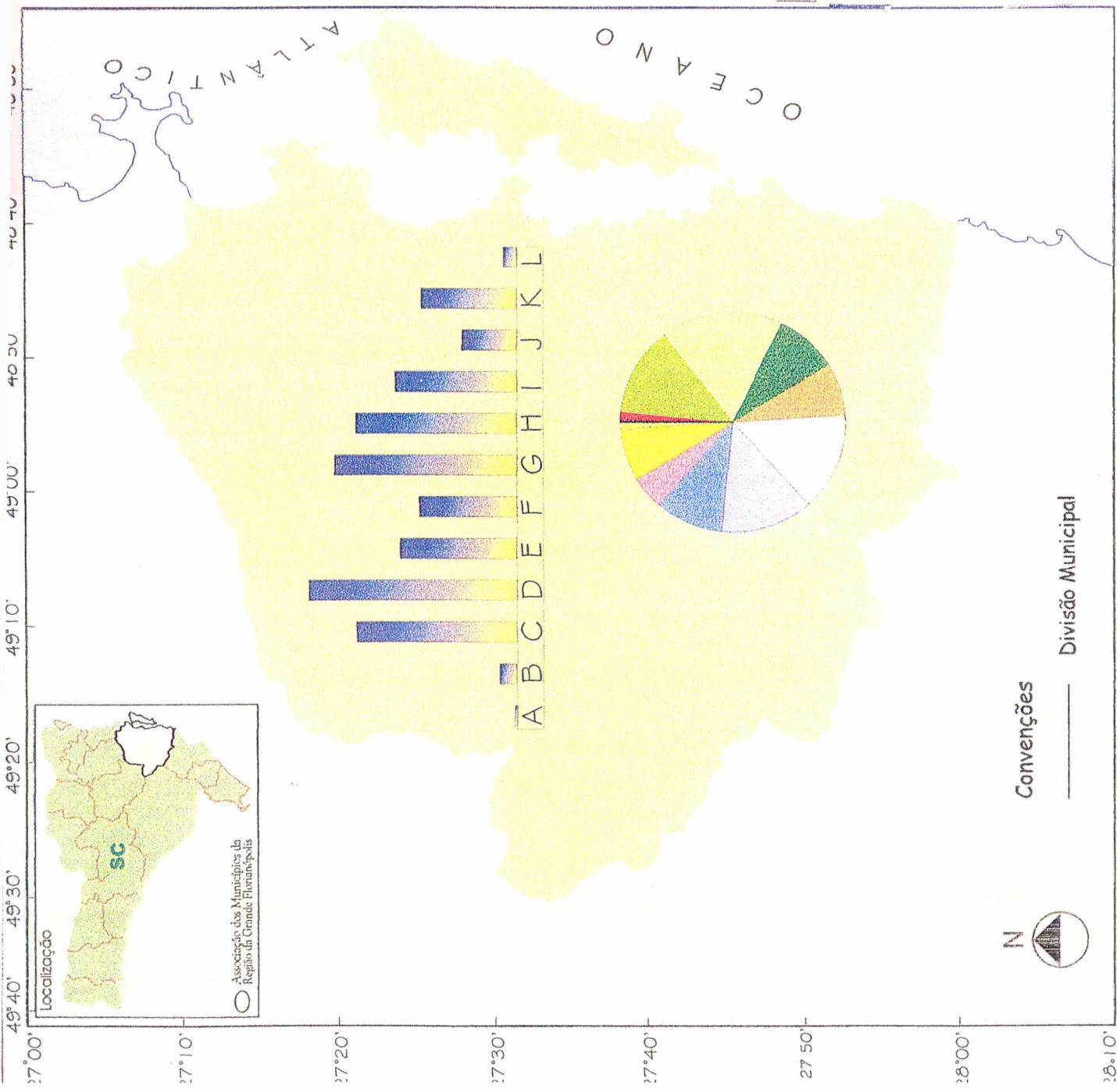
Referências:
Especialização do Número de Trabalhadores e Participação Relativa por Faixa Salarial - 1991

Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala: 1:1750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cartas\lab\lata 91

Instituição: PPGSP/CFH/UJFSC Carta Temática: **14**

Fonte: Mtb / CAGED - RAIS 1986 - 1996



Legenda

Número de Trabalhadores por Faixa Salarial

- A Até 0,5 SM
- B 0,50 a 1,00 SM
- C 1,00 A 2,00 SM
- D 2,00 A 3,00 SM
- E 3,00 A 4,00 SM
- F 4,00 A 5,00 SM
- G 5,00 A 7,00 SM
- H 7,00 A 10,00 SM
- I 10,00 A 15,00 SM
- J 15,00 A 20,00 SM
- K Acima de 20,00 SM
- L Ignorado

Participação Relativa por Faixa Salarial

- Até 0,5 SM
- 0,50 a 1,00 SM
- 1,00 A 2,00 SM
- 2,00 A 3,00 SM
- 3,00 A 4,00 SM
- 4,00 A 5,00 SM
- 5,00 A 7,00 SM
- 7,00 A 10,00 SM
- 10,00 A 15,00 SM
- 15,00 A 20,00 SM
- Acima de 20,00 SM
- Ignorado

Projeto:

Metropolização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis

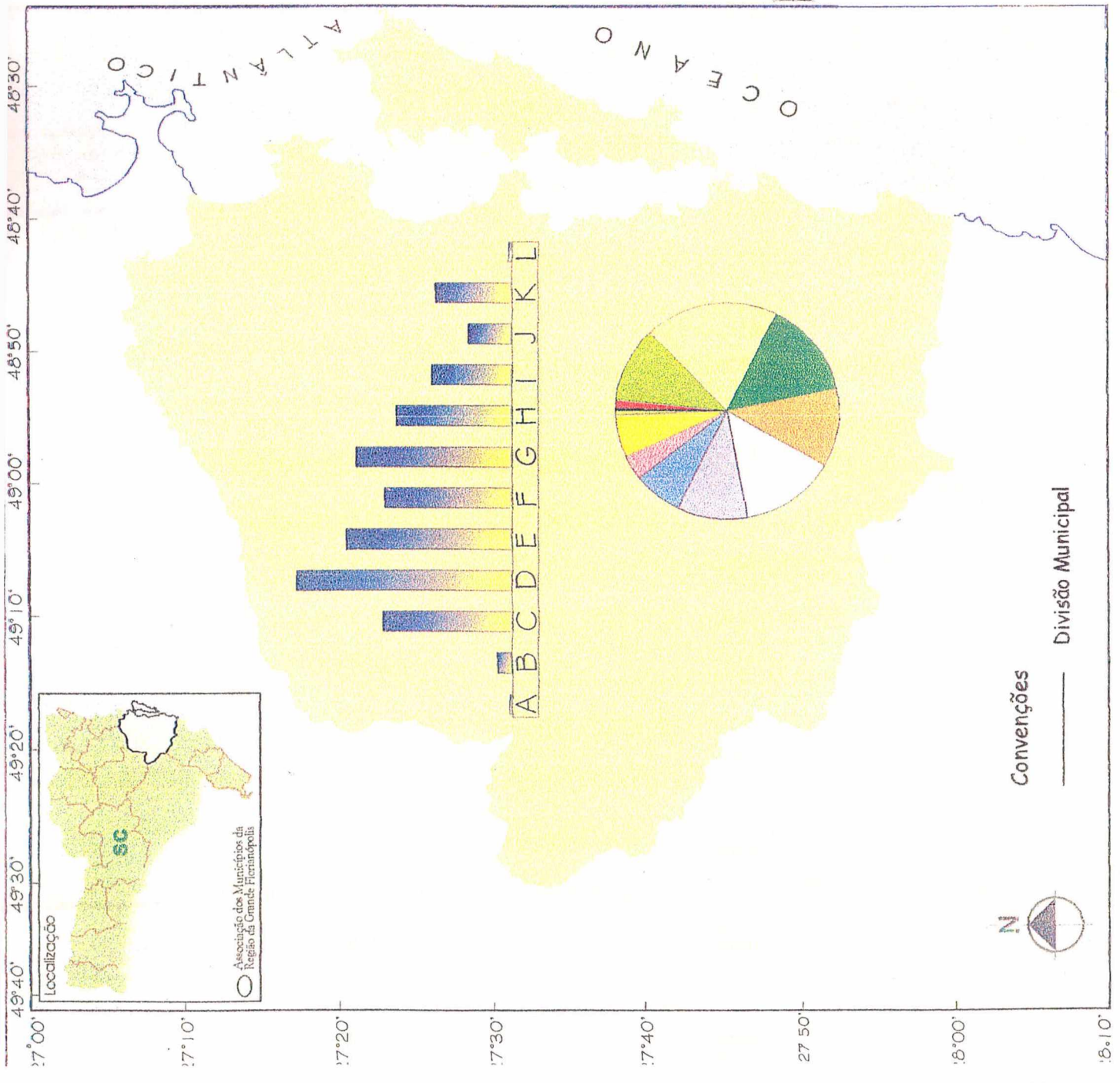
Espacialização do Número de Trabalhadores e Participação Relativa por Faixa Salarial - 1996

Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala: 1/750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cadastrab\lata 96

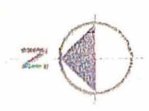
Instituição: PPGSP/CFH/UFSC Carta Temática: 15

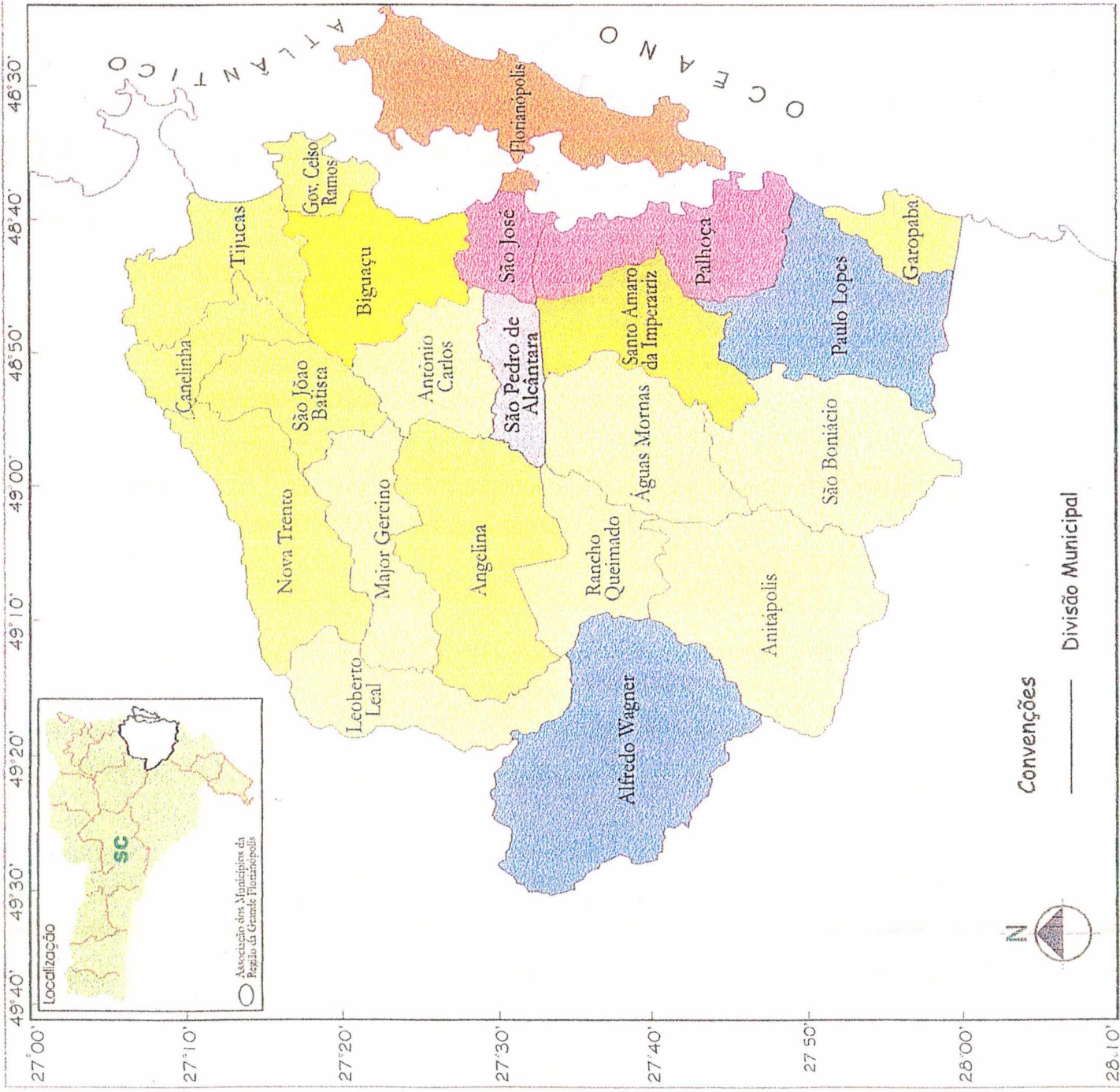
Fonte: Mtb / CAGED - RAIS 1986 - 1996



Convenções

— Divisão Municipal





Projeto: Metropolização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis

Referência:

Déficit Habitacional Urbano Estimado - 1980

Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala: 1:750.000

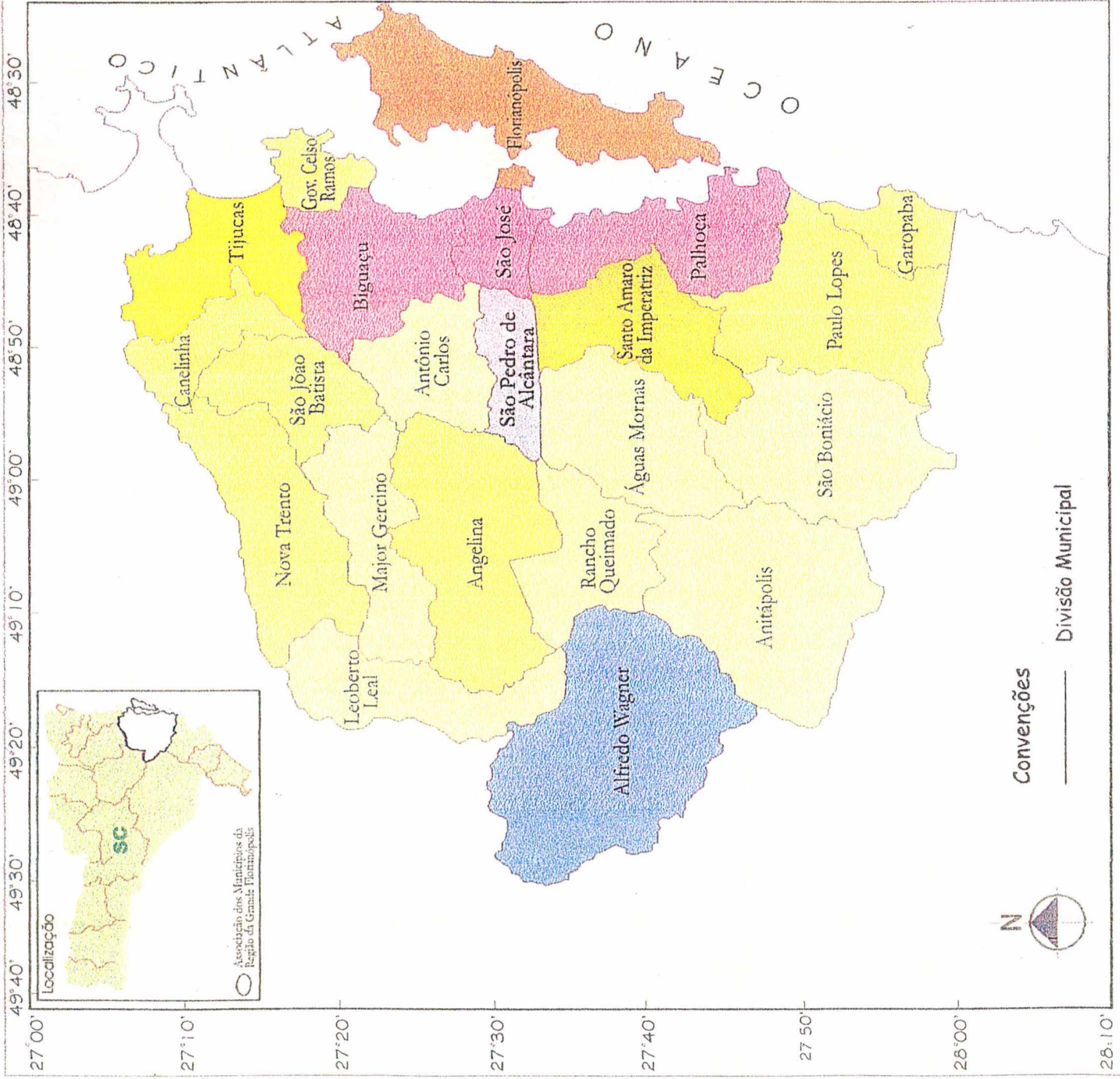
Data: Abril/2000

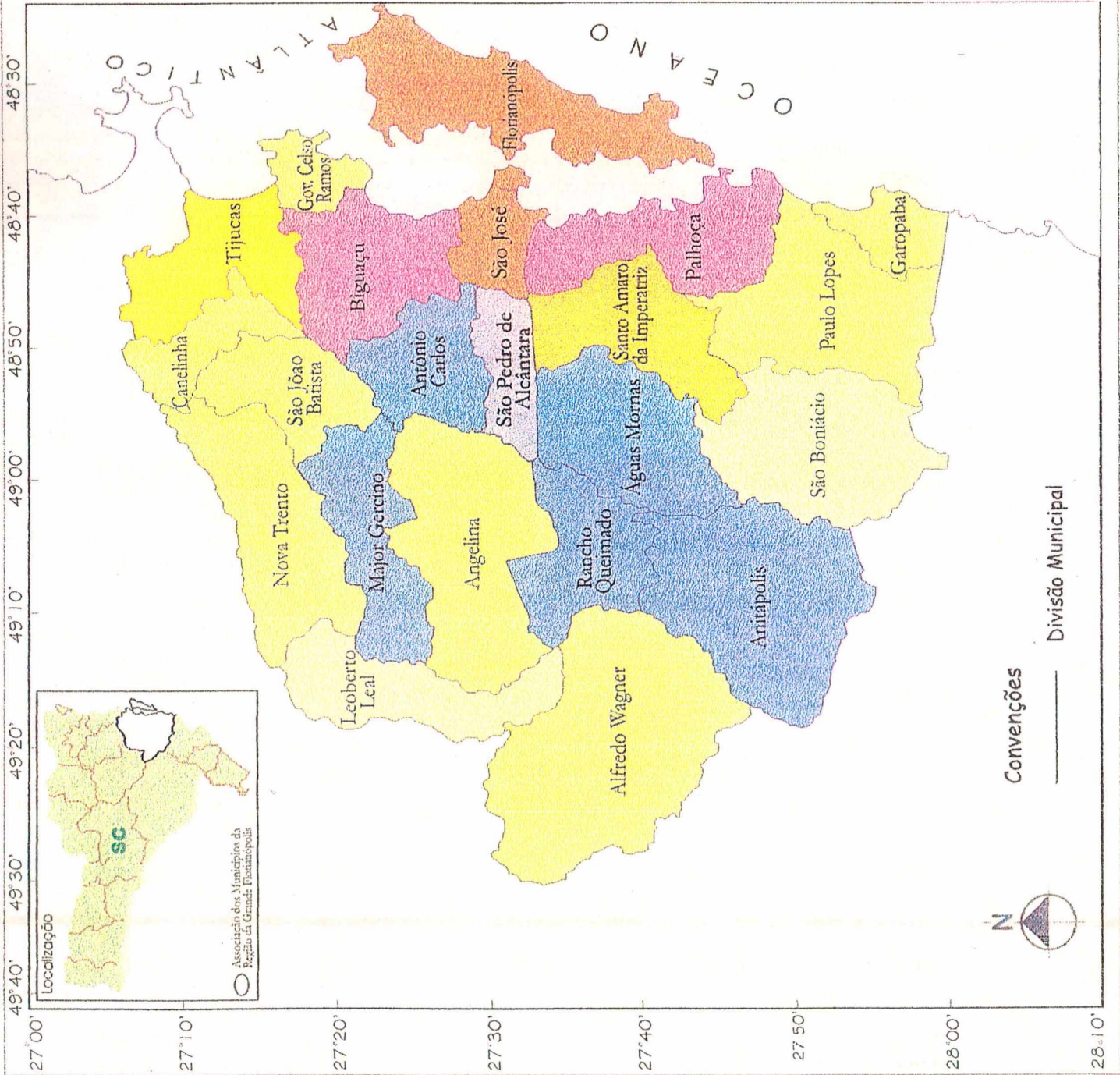
Instituição: PPGSP/CFH/UFSC

Arquivo: C:\Cartas\defic80

Carta Temática: 16







Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família - 1998





Legenda

Déficit Habitacional Urbano Estimado

-  Menos de 50,0
-  50,1 a 100,0
-  100,1 a 500,0
-  500,1 a 1000,0
-  1000,1 a 5000,0
-  Mais de 5000,0
-  Informação não Disponível

Déficit Habitacional Urbano na Região



Projeto: Metropolitanização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis

Referência:

Déficit Habitacional Urbano Estimado - 1996

Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

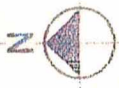
Escala: 1:750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cartas\del0406

Instituição: PPGSP/CFH/UFSC Carta Temática: **18**

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família - 1998

Convenções

— Divisão Municipal



Legenda

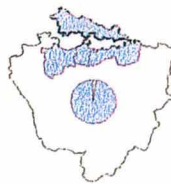
- Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis
- Municípios do Aglomerado Urbano de Florianópolis

Número de Empregos na Área Conurbada



% Participação Relativa do Emprego nos Municípios do Aglomerado Urbano

- 0 a 2,0 SM
- 2,1 a 3,0 SM
- 3,1 a 5,0 SM
- Mais de 5,0 SM



- Municípios do Aglomerado Urbano
- Microregião

Projeto: **Metropolização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis**

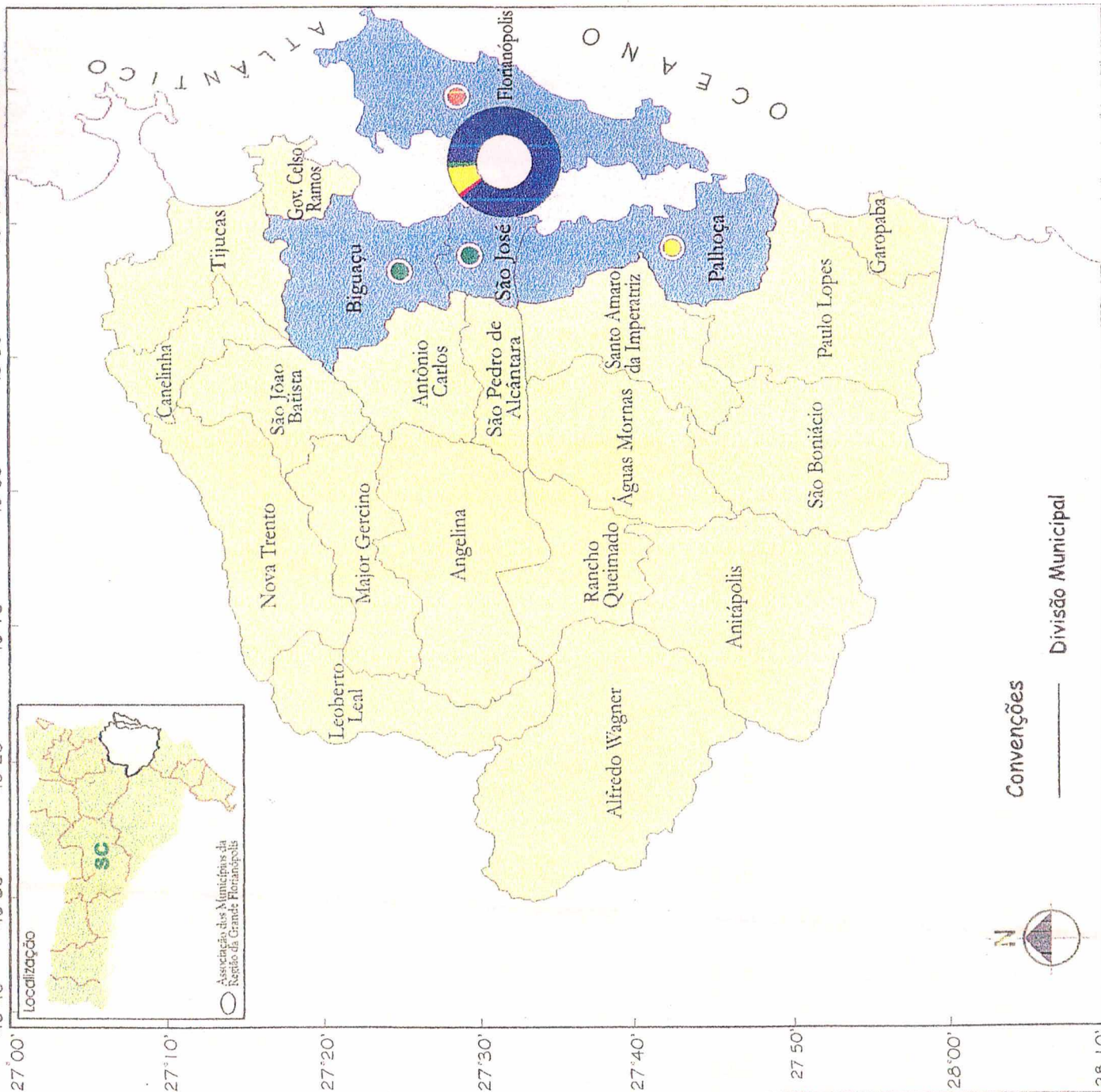
Referência: **Espacialização do Total de Empregos e Salário Médio no Aglomerado Urbano de Florianópolis - 1986**

Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala: 1/750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cartas\empregos86

Instituição: PPGSP/CFH/UFSC Carta Temática: **19**

Fonte: CAGED/RAIS - Mtb - 1986-1996



Legenda

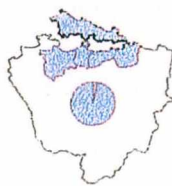
- Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis
- Municípios do Aglomerado Urbano de Florianópolis

Número de Empregos na Área Conurbada



Salário Médio

- 0 a 2,0 SM
- 2,1 a 3,0 SM
- 3,1 a 5,0 SM
- Mais de 5,0 SM



- Municípios do Aglomerado Urbano
- Microrregião

Projeto: Metropolização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis

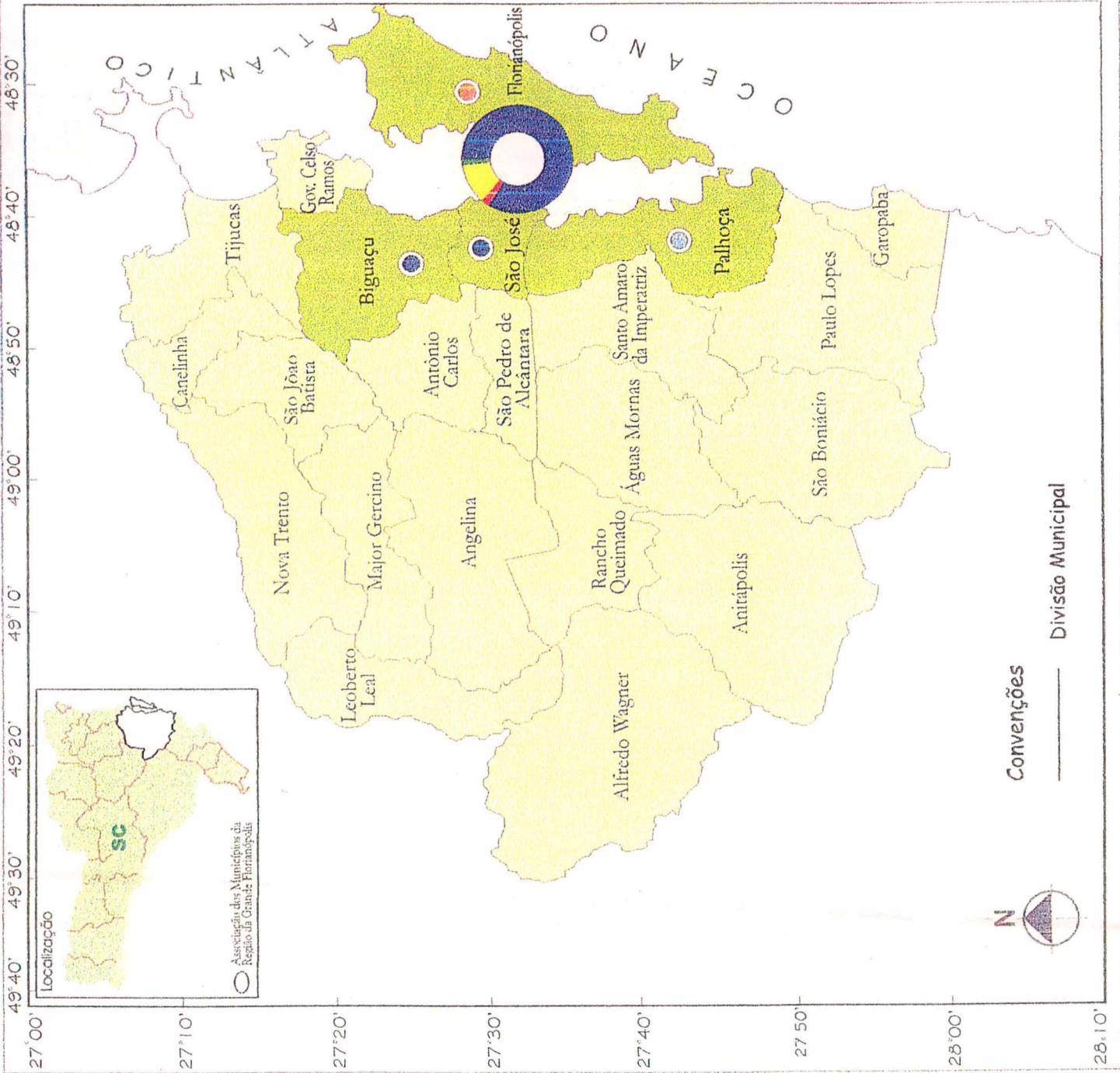
Referência: Especialização do Total de Empregos e Salário Médio no Aglomerado Urbano de Florianópolis - 1991

Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala: 1/750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cartas\emprego81

Instituição: PPGSP/CTHUFSC Carta Temática: **20**

Fonte: CAGEDIRAIS - Mtb - 1986-1996



Legenda

- Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis
- Municípios do Aglomerado Urbano de Florianópolis

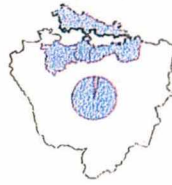
Número de Empregos na Área Conurbada



Biguaçu
Florianópolis
São José

Salário Médio

- 0 a 2,0 SM
- 2,1 a 3,0 SM
- 3,1 a 5,0 SM
- Mais de 5,0 SM



- Municípios do Aglomerado Urbano
- Microregião

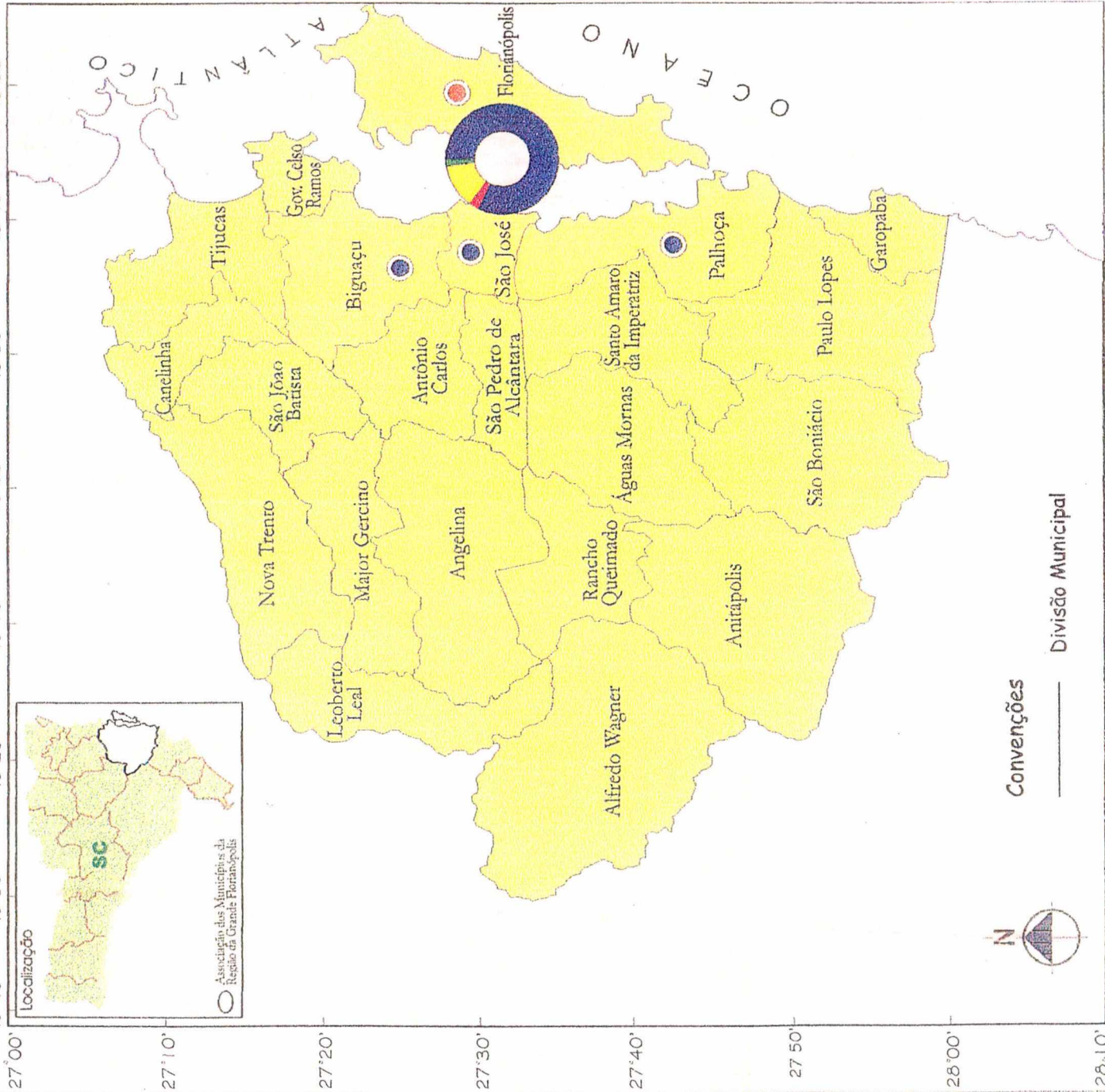
Projeto: **Metropolização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis**
 Referência: **Espacialização do Total de Empregos e Salário Médio no Aglomerado Urbano de Florianópolis - 1996**

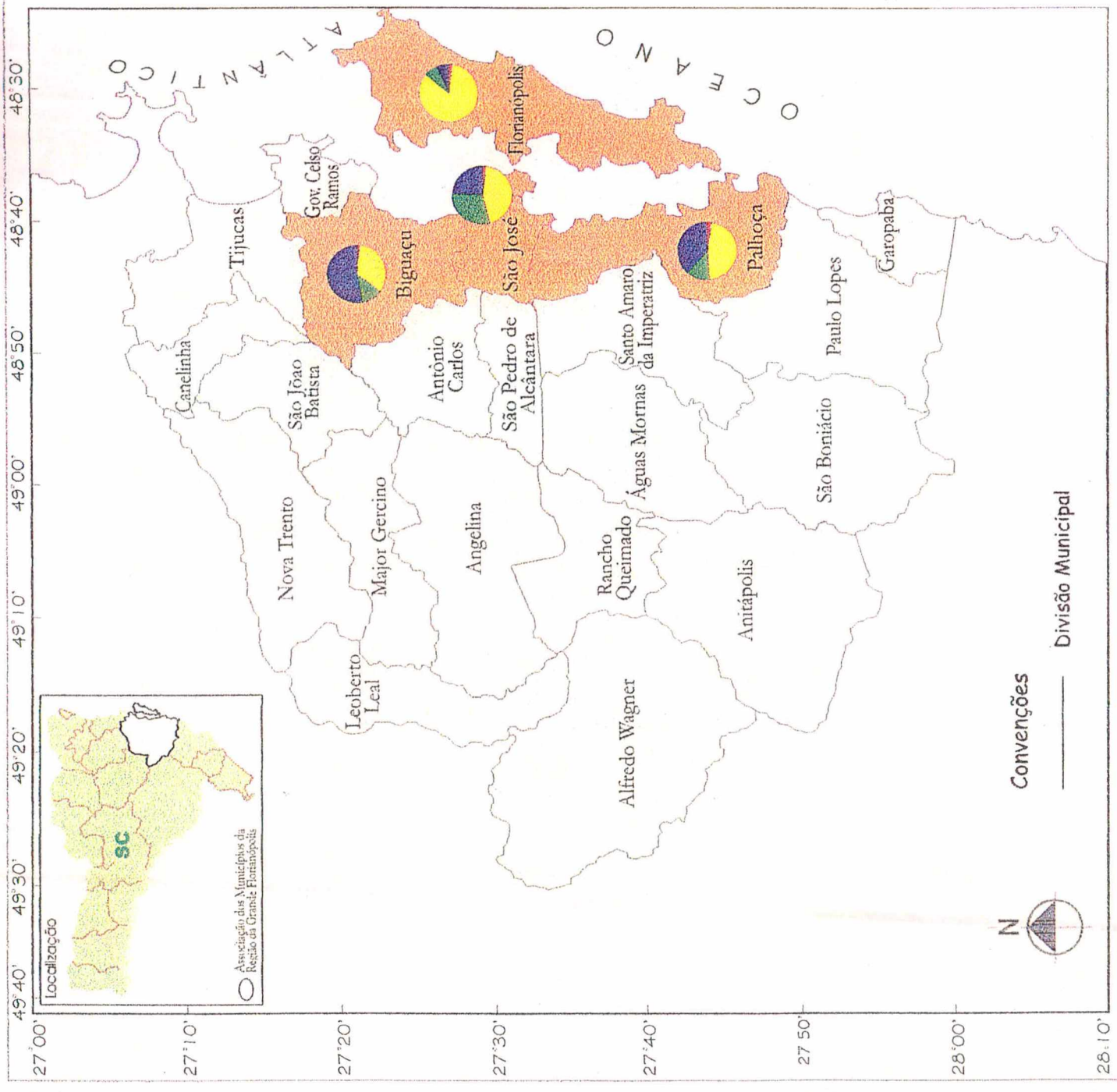
Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala: 1:750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Arq\emprego86

Instituição: PPGSP/CFH/UFSC Carta Temática: **21**

Fonte: CAGED/RAIS - Mtb - 1986-1996





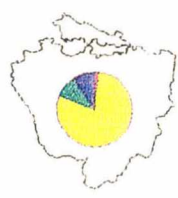
Legenda

Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis
 Municípios do Aglomerado Urbano de Florianópolis

Número de Empregos por Setor

Comércio
 Serviços
 Indústria
 Agricultura

GranFlópolis



Projeto: Metropolitização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis

Referência: Especialização do Total de Empregos por Setor no Aglomerado Urbano de Florianópolis - 1986

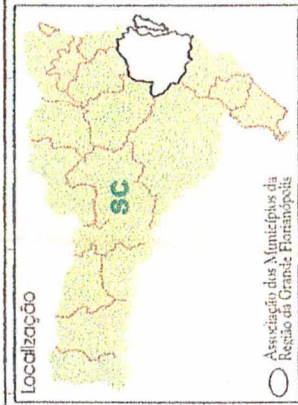
Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala: 1/750.000
 Data: Abril/2000
 Arquivo: C:\Cartas\setor86

Instituição: PPGSP/CFH/UFSC
 Carta Temática: 22



Fonte: CAGED/RAIS - Mbb - 1986-1996

49° 40' 49° 30' 49° 20' 49° 10' 49° 00' 48° 50' 48° 40' 48° 30'



Convenções
 ————— Divisão Municipal

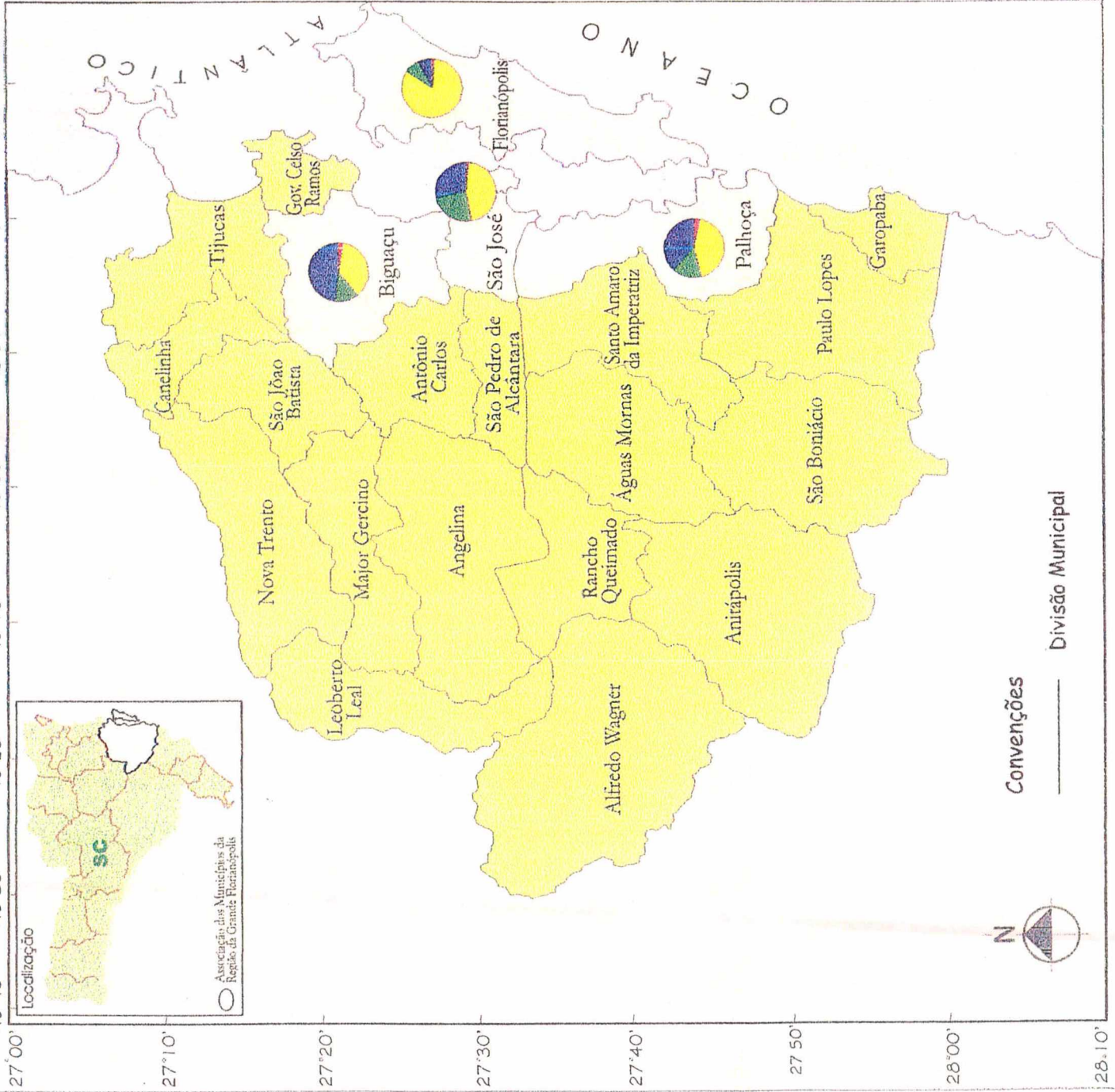
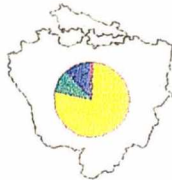
Legenda

-  Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis
-  Municípios do Aglomerado Urbano de Florianópolis

Número de Empregos por Setor

-  Comércio
-  Serviços
-  Indústria
-  Agricultura

GranFpolis



Projeto: **Metropolização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis**

Referência: **Espacialização do Total de Empregos por Setor no Aglomerado Urbano de Florianópolis - 1991**

Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

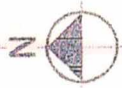
Escala: 1:750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cartas\setor91

Instituição: PPGSP/ICFH/UFSC Carta Temática: **23**

Fonte: CAGED/RAIS - Mtb - 1986-1996

Convenções

— Divisão Municipal



Legenda

Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis
 Municípios do Aglomerado Urbano de Florianópolis

Número de Empregos por Setor

Comércio
 Serviços
 Indústria
 Agricultura

GranFpolis



Projeto: **Metropolização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis**

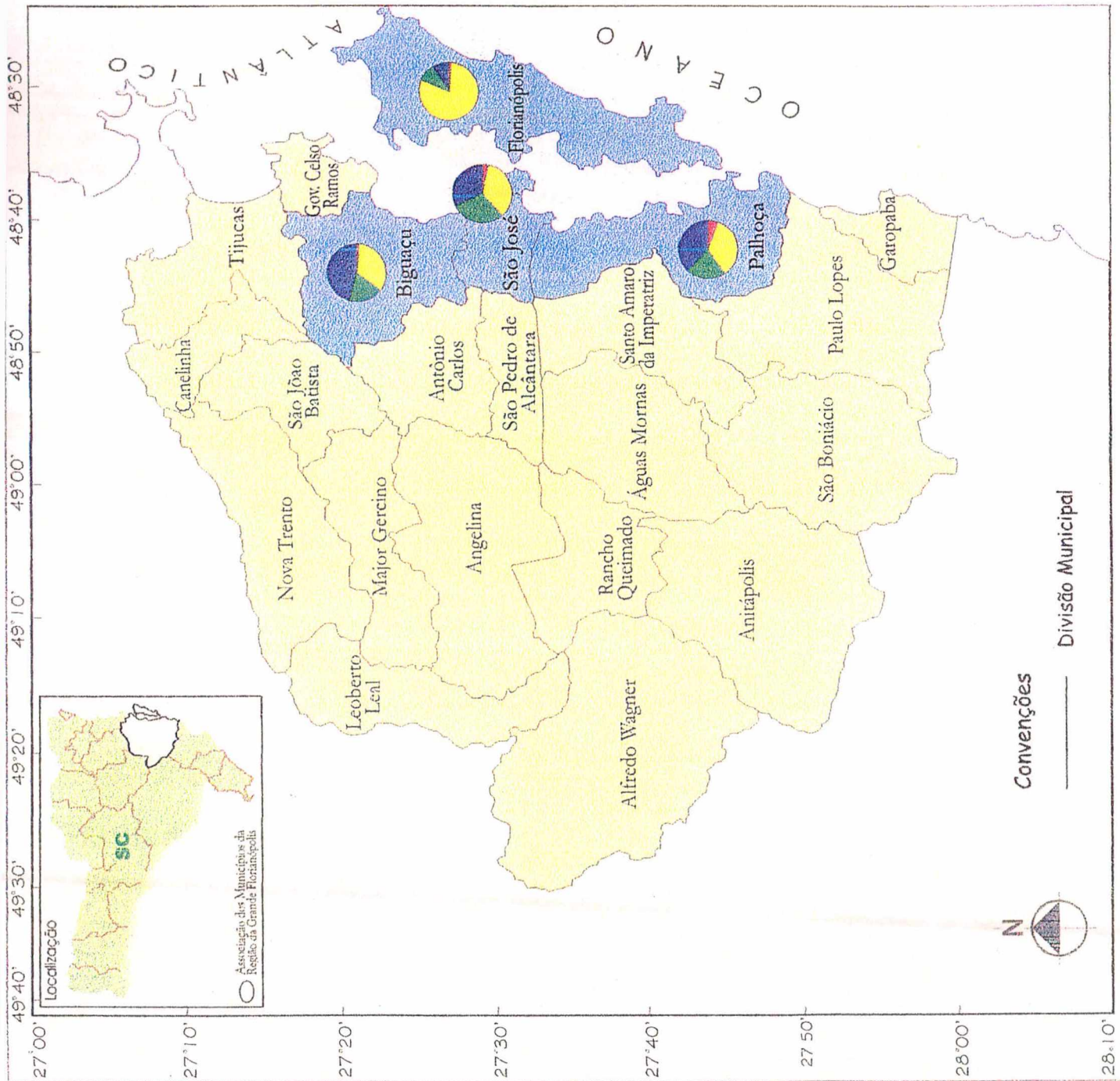
Referência: **Especialização do Total de Empregos por Setor no Aglomerado Urbano de Florianópolis - 1996**

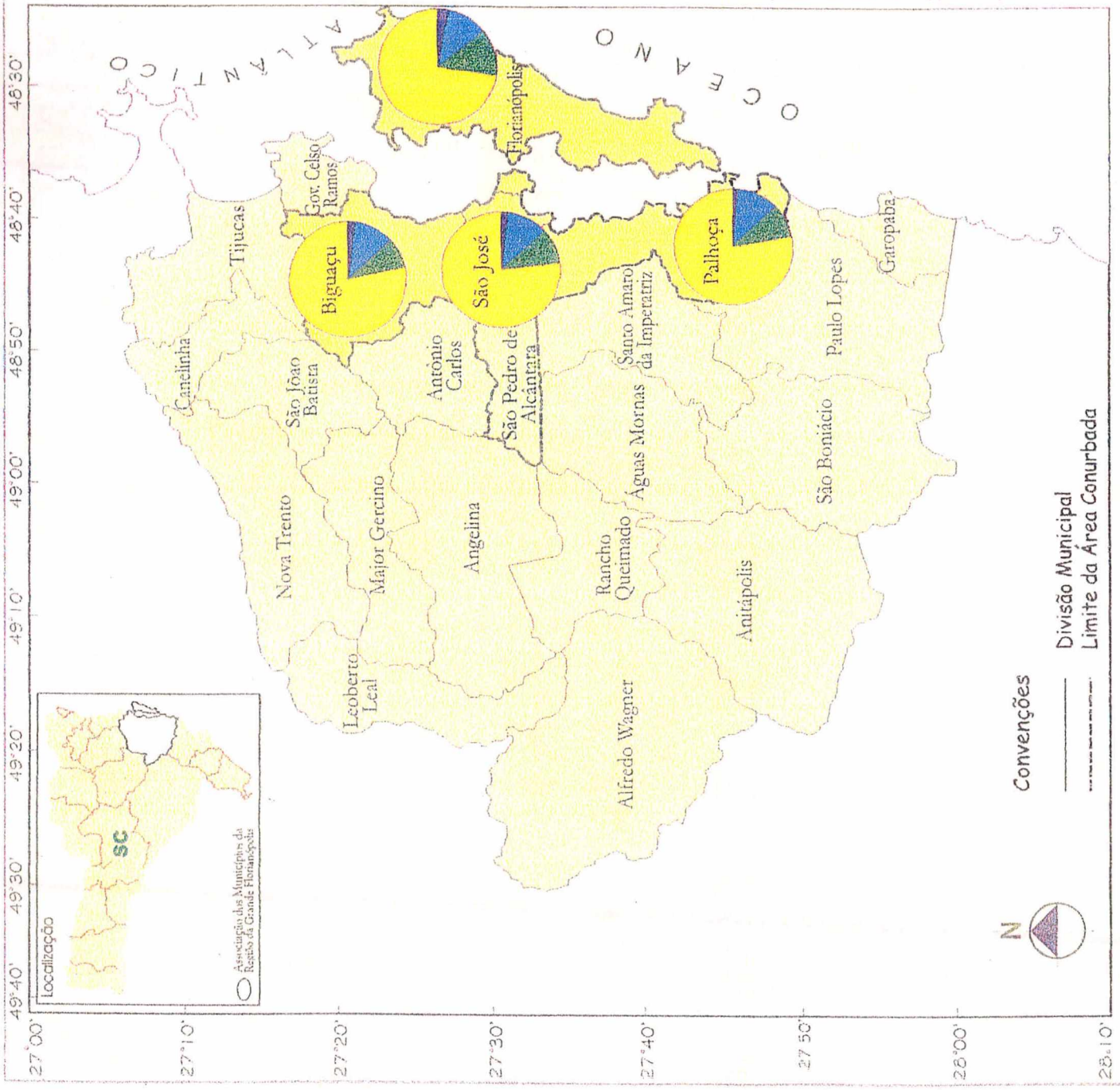
Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala: 1:750.000
 Data: Abril/2000
 Arquivo: C:\Cartas\setor96

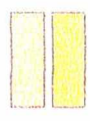
Instituição: PPGSP/CFH/UFSC
 Carta Temática: **24**

Fonte: CAGED/RAIS - Mtb - 1986-1996



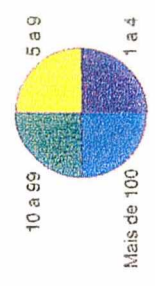


Legenda

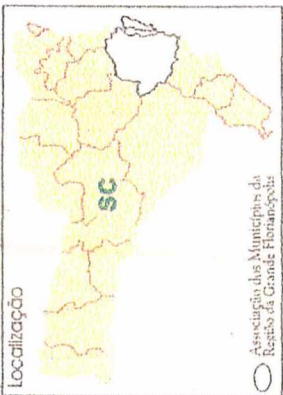


Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis
 Municípios do Aglomerado Urbano de Florianópolis

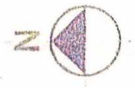
Estrutura Empresarial (nº Pessoas)



Projeto: Metropolização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis
Referência: **Especialização da Estrutura Empresarial no Aglomerado Urbano - 1996**
 Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis
 Escala: 1/750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cartas\empresas
 Distribuição: PPGSP/ICFHH/UFSC Carta Temática: **25**
 Fonte: Base de Informações Municipais - 1996



Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis



Convenções

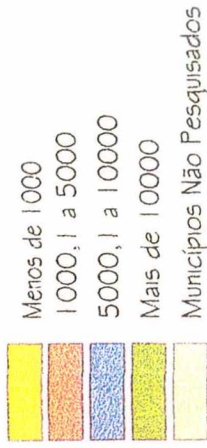
— Divisão Municipal
 - - - Limite da Área Conurbada

49°40' 49°30' 49°20' 49°10' 49°00' 48°50' 48°40' 48°30'

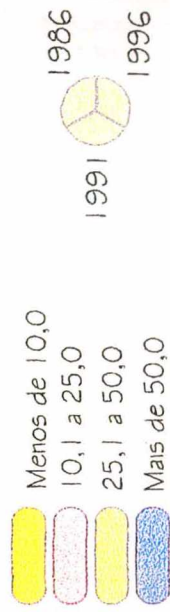
27°00' 27°10' 27°20' 27°30' 27°40' 27°50' 28°00' 28°10'

Legenda

Total de Empregos



Participação Relativa (%)



Projeto: **Metropolização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis**

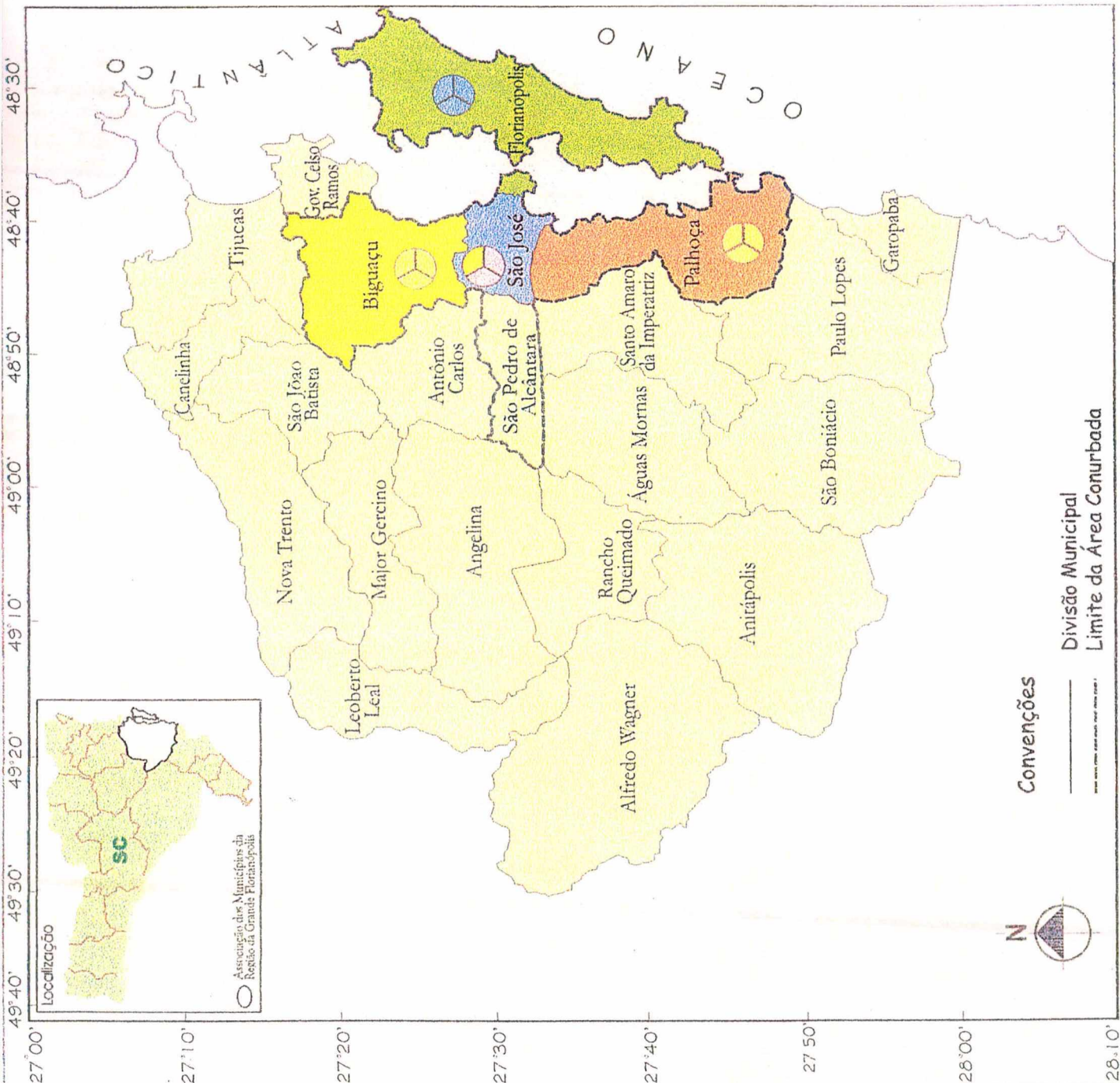
Especialização da Participação Relativa da Administração Pública no Setor de Serviços

Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala: 1:750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cartas\partreladm

Instituição: PPGSP/CFH/UFSC Carta Temática: **26**

Fonte: CAGED/RAIS - 1986-1996

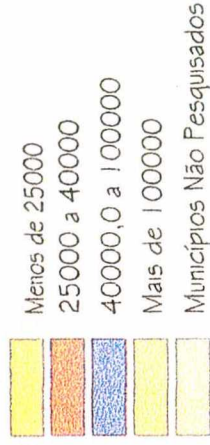


Convenções

— Divisão Municipal
 - - - Limite da Área Conurbada

Legenda

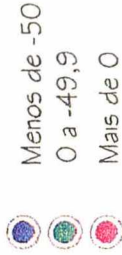
População em Idade Ativa (PIA)



Número de Empregos na Área Conurbada



Desemprego Potencial (%)



Projeto: Metropolização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis

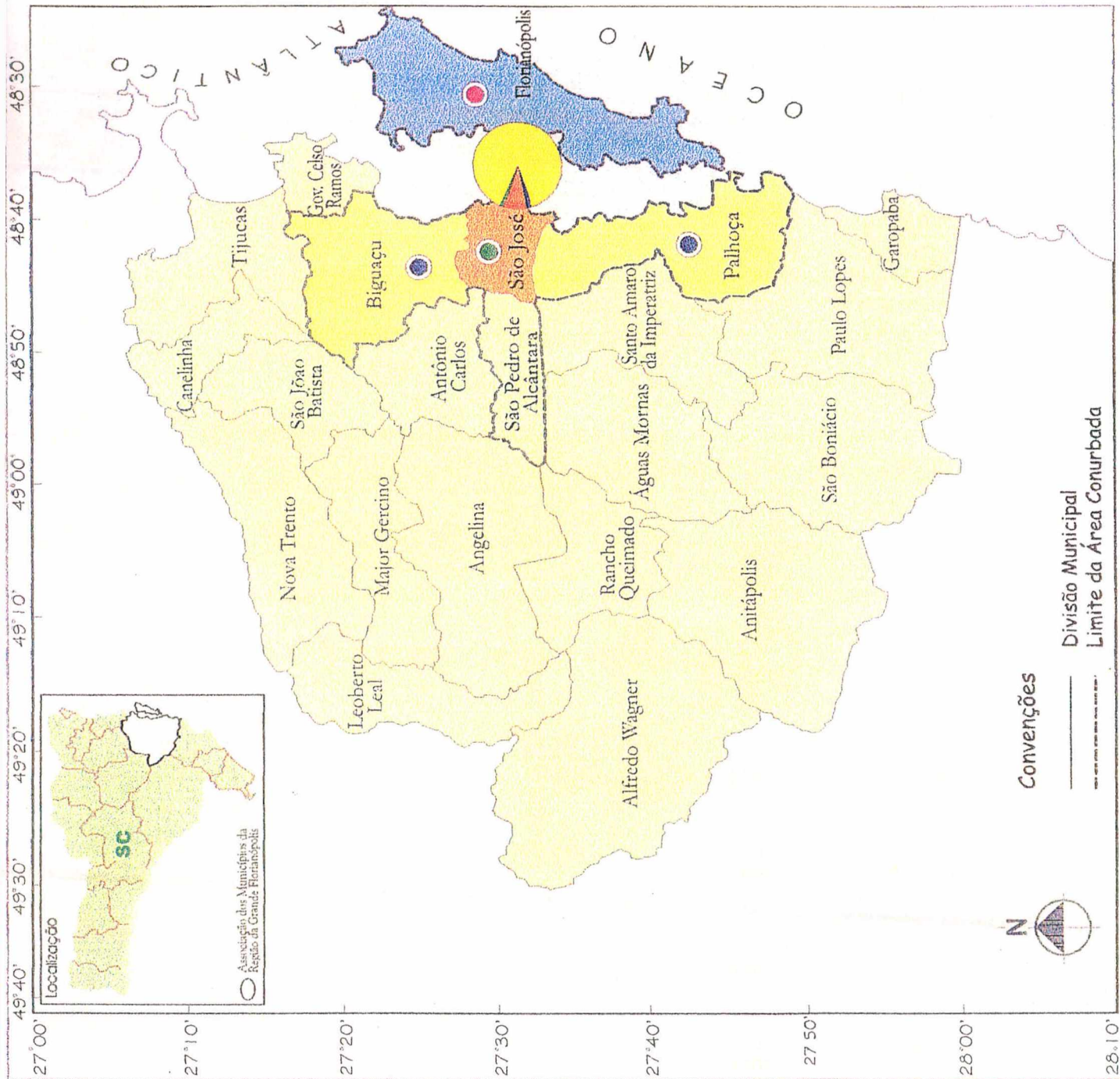
Espacialização da População em Idade Ativa e Desocupação Potencial - 1991

Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala: 1:750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cruz\ppgsc\com91

Instituição: PPGSP/CFH/UFSC Carta Temática: **27**

Fonte: CAGED/RAIS - Mtb - 1991-1996



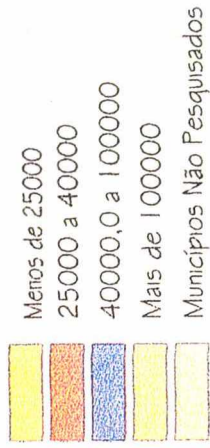
Convenções

— Divisão Municipal

- - - Limite da Área Conurbada

Legenda

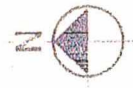
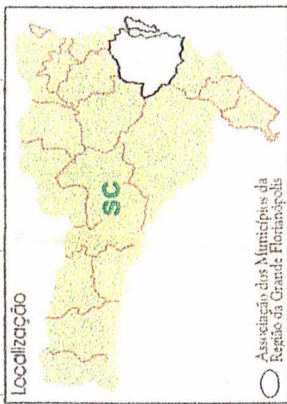
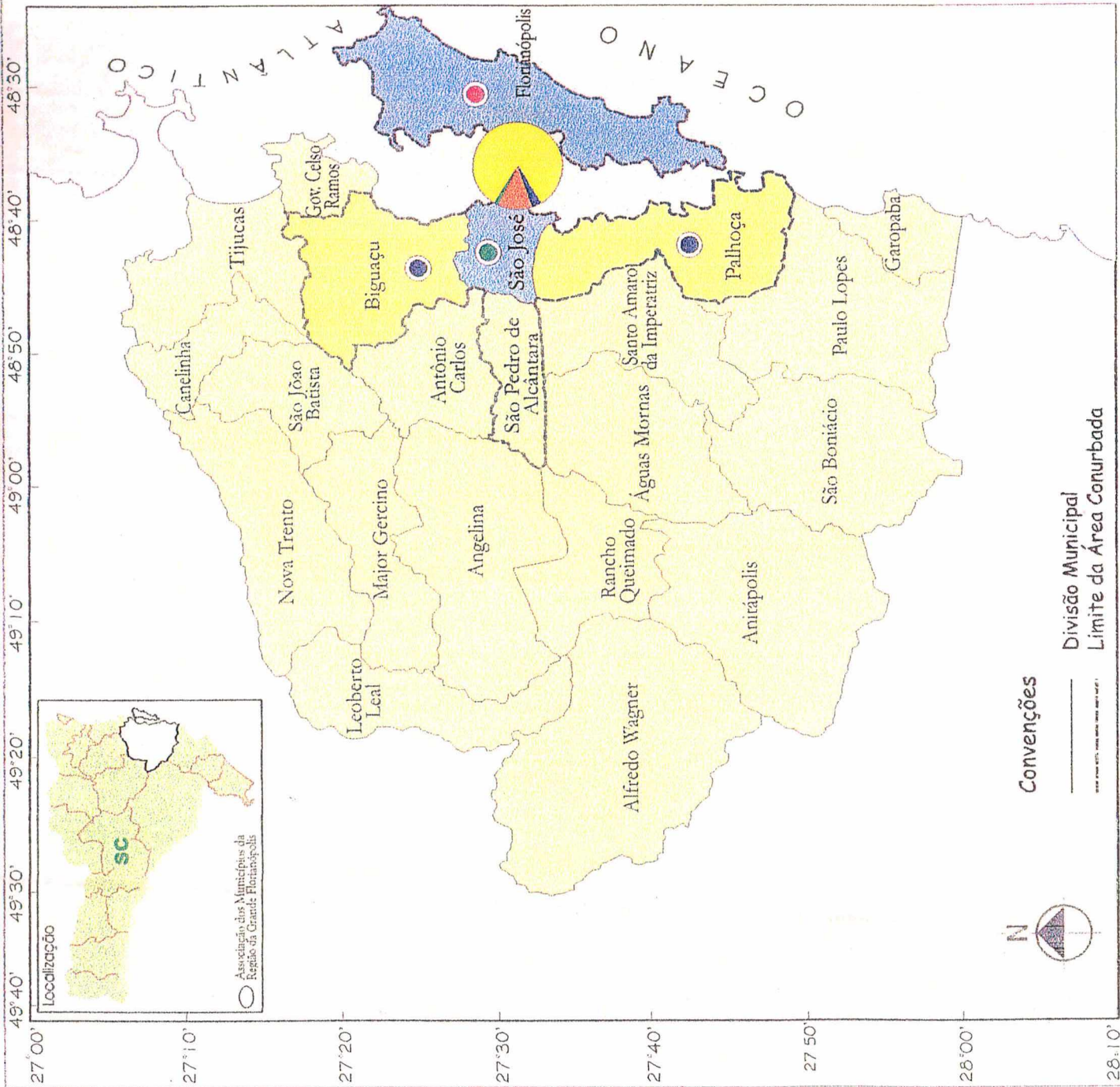
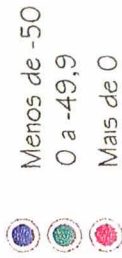
População em Idade Ativa (PIA)



Número de Empregos na Área Conurbada



Desemprego Potencial (%)



Convenções

— Divisão Municipal
 - - - - - Limite da Área Conurbada

Projeto: Metropólização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis

Relatância: **Espacialização da População em Idade Ativa e Desocupação Potencial - 1997**



Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

Escala: 1:750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cartas\poc\com7

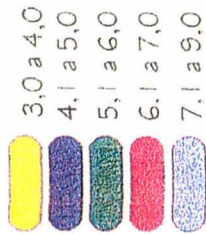
Instituição: PPGSP/CFH/UFSC Carta Temática: **28**

Fonte: CAGED/RAIS - Mtb - 1991-1996

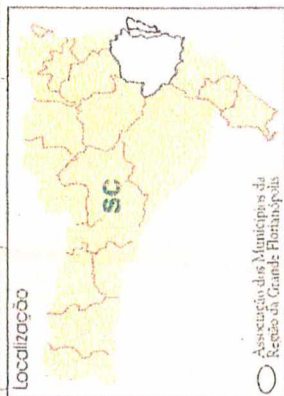
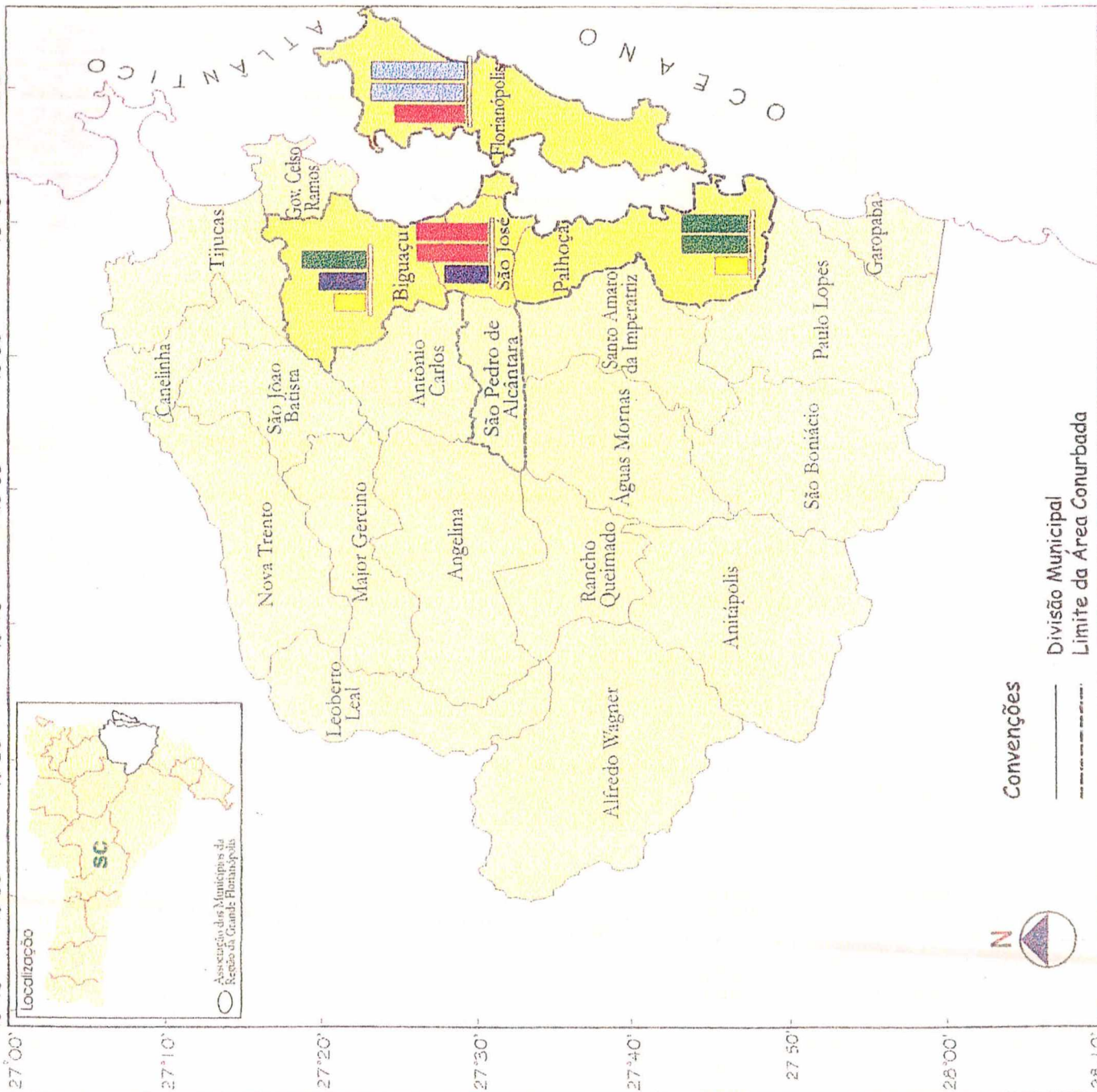
Legenda

-  Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis
-  Municípios do Aglomerado Urbano de Florianópolis

Média de Anos de Estudo



9661
1661
0861



Convenções
 ————— Divisão Municipal
 - - - - - Limite da Área Conurbada

Projeto: **Metropolização e Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis**
 Referência: **Espacialização da Média de Anos de Estudo - 1980/1996**
 Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis
 Escala: 1:750.000 Data: Abril/2000 Arquivo: C:\Cartas\estudo
 Instituição: PPGSP/ICHT/UFSC Carta Temática: **29**
 Fonte: Base de Informações Municipais - 1998
 PNUD/CEIFP - Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil - 1998

